

MEMÓRIA &

RESISTÊNCIA



4 ANOS SEM

MARIELLE
FRANCO

QUEM MANDOU
MATAR MARIELLE?

ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS

ANEXO AO CADERNO DE TEXTOS

40º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional

Porto Alegre/RS, 27 de março a 1º de abril de 2022

Tema Central: A vida acima dos lucros: ANDES-SN 40 anos de luta!

**ANDES
SINDICATO
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Quadra 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

<http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

Gestão 2020/2022

1º Vice-Presidente (Presidente em Exercício): Milton Pinheiro

Secretária-Geral: Maria Regina de Avila Moreira

1º Tesoureiro: Amauri Fragoso de Medeiros

Diretora responsável por Imprensa e Divulgação: Francieli Rebelatto

SUMÁRIO

TEMA II - PLANOS DE LUTAS DOS SETORES	
Texto 58 – Escassez de Financiamento, Ingerências e Violações de Direitos Docentes nas Universidades Estaduais da Bahia - <i>Diretoria da ADUNEB.</i>	11
Texto 59 – Reforma do Ensino Médio: O Desmonte da Educação Básica pela Pedagogia da Acumulação Flexível - <i>Assembleia Docente do SINDCEFET-MG, realizada em 14 de março de 2022.</i>	15
TEMA III – PLANO GERAL DE LUTAS	
Texto 60 – Instituir uma Comissão Nacional de Docentes no ANDES-SN, Composta por um Representante Titular e um Suplente de cada Regional, Eleito por seus Pares em Congresso, para Assessorar Tecnicamente a Diretoria e o Jurídico do Sindicato Nacional - <i>Antônio Carlos Freitas Vale de Lemos (SEDUFMS), Francisco E. de Freitas (SEDUFMS), Gihad Mohamad (SEDUFMS), João Batista Dias de Paiva (SEDUFMS), Maria Beatriz B. de M. Carnielutti (SEDUFMS), Narã de Fátima Quadros da Silveira (SEDUFMS).</i>	20
Texto 61 – Um Passo no Sentido da Necessária Reorganização da Classe Trabalhadora: O ANDES-SN Deve Sair da CSP-CONLUTAS - <i>Assembleia de base do SindoIF realizada em 9 de março de 2022.</i>	22
Texto 62 – Resoluções 02/2019 e 01/2020: Revogação Já! Por uma Formação que Defenda os Interesses das/dos Trabalhadoras/res - <i>GTPE da ADUFU (Iara Maria Mora Longhini; Leonice Matilde Richter; Lúcia Helena de Paula Menezes; Marina Ferreira de Souza Antunes e Olenir Maria Mendes) e da Diretoria Executiva da ADUFU (Sidiney Ruocco Junior; João Marcos Alem; Silma do Carmo Nunes; Vanessa Matos dos Santos; Diogo Gomes Novaes; Liliane Parreira Tannus Gontijo; Edilson José Gracioli; Edilamar Rezende; Marisa Aparecida Elias; Karina Klinke).</i>	24
Texto 63 – GTPE como Espaço de Fortalecimento da Política Educacional que Defendemos - <i>Diretoria da ADUFFel.</i>	26
Texto 64 – Sobre a Saúde do e da Trabalhadora do Ensino Superior: Impasses e Perspectivas de Superação do Sofrimento Docente - <i>Adriano Vitti Mota (ADUFRA); Albany Mendonça (APUR); Aloizio Soares Ferreira (ASPUV); Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG); Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV); Angelica Lovatto (ADUNESP); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU); Antônio Luis de Andrade – Tato (ADUNESP); Antônio José Mayhé Nunes (ADURRJ); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Celia Regina Otranto (ADURRJ); Cícera Vanessa Maia (SINDCEFET-MG); Dayse Iara dos Santos (ADUNESP); Dilenio Dustan (APES-JF); Fábria Barboza Heluy Caram (SINDCEFET-MG); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP); Fernando Ramalho Martins (ADUNESP); Francisco Carlos Duarte Vitória (ADUFFel); Gabriel Muñoz Palafox (ADUFU); Gilberto Marques Pereira (SINDCEFET-MG); Igor Mota Morici (SINDCEFET-MG); Janete Luzia Leite (ADUFRJ); João da Costa Chaves Júnior (ADUNESP); José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT); Juliana Barbosa de Segadas Vianna (ADURRJ); Lúcia Emilia Letro Ribeiro (SINDCEFET-MG); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADURRJ); Marcelo Soares Pereira da Silva (ADUFU); Márcio Pereira da Silva (ADUNESP); Marisol Valencia (ADURRJ); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP); Monica Pirozi (ASPUV); Samuel França Alves (SINDCEFET-MG); Sueli Guadalupe de Lima (ADUNESP); Zenilde Moreira (ADUFERPE).</i>	28
Texto 65 – Avançar na Luta Antirracista no Âmbito do ANDES-SN! - <i>Cecília Maria Izidoro Pinto (ADUFRJ), Céli Palácios (ADUFRJ), Cleusa Santos (ADUFRJ), Cristina Miranda (ADUFRJ), Eduardo Maia (ADUFRJ), Fernanda Vieira (ADUFRJ), Graça Reis (ADUFRJ), Jorge Ricardo (ADUFRJ), Laís Buriti de Barros (ADUFRJ), Luciano Prado da Silva (ADUFRJ), Maya Inbar (ADUFRJ), Michele Fonseca (ADUFRJ), Renata Flores (ADUFRJ), Renato Mendonça Barreto da Silva (ADUFRJ), Rogéria Mota de Ipanema (ADUFRJ), Alexandre Palma de Oliveira (ADUFRJ), Luciana Boiteaux (ADUFRJ), Thais Motta (ADUFRJ), Sara Graneman (ADUFRJ), Antoniana Defilippo (ADUFF), Vitor Leonardo (ADUFF), Eblin Farage (ADUFF), Carlos Augusto Aguilár Junior (ADUFF), Sonia Lucio Rodrigues De Lima (ADUFF), Felipe Brito (ADUFF), Marina Cavalcanti Tedesco (ADUFF), Edson Teixeira da Silva Júnior (ADUFF), José Rodrigues (ADUFF), Rodrigo Torquato (ADUFF), Clarice Carvalho (ADUFF), Juarez Duayer (ADUFF), João Claudino Tavares (ADUFF), Juan Retana Jiménez (ADUFF), Kátia Marro (ADUFF), Maria Raimunda Penha Soares (ADUFF), Ramiro Marcos Dulcich Piccolo (ADUFF), Renata Cardoso (ADUFF), Suênya Santos (ADUFF), Susana Maria Maia (ADUFF),</i>	32

<p><i>Virgínia Fernanda Januário (ADUFF), Francine Helfreich Coutinho dos Santos (ADUFF), Felipe Brito (ADUFF), João Claudino Tavares (ADUFF), Wanderso Mello (ADUFF), Aruã Silva de Lima (ADUFAL), Micael Carvalho dos Santos (APRUMA), Denise Bessa Leda (APRUMA), Celia Soares Martins (APRUMA), Joanir Pereira Passos (ADUNIRIO), Celso Sanchez (ADUNIRIO), Javier Lifschitz (ADUNIRIO), Bruno José de Oliveira (ADUNIRIO), Rodrigo de Souza Dantas (ADUNIRIO), Thereza Cardoso (ADUNIRIO), Cleier Marconsin (ASDUERJ), Luis Paulo Borges (ASDUERJ), Máira Freitas (ASDUERJ), Andressa Lacerda (ASDUERJ), Ana Carolina Barbosa (ASDUERJ), Joana Xênia (ASDUERJ), Lorene Figueiredo (APES-JF), Luciane Soares da Silva (ADUENF), Gustavo do Nascimento Lopes (ADESFAETEC), Selma Maria da Silva (ADESFAETEC), Daniel Antiquera (ADUFPB), Eliane Maciel (ADUFPB), Mariana Trotta (ADUFRJ), Claudia Piccinini (ADUFRJ); Gisele Souza (ADUNIRIO), Morena Marques (ADUNIRIO) e Cláudio Ribeiro (ADUFRJ).</i></p>	
<p>Texto 66 – Atividade Minerária, Energia e Questões Sócioambientais: A Necessidade de Maior Envolvimento do ANDES-SN - <i>José Domingues de Godoi Filho (ADUFMAT); Francisco de Arruda Machado (ADUFMAT); Haya Del Bel (ADUFMAT); Irenilda Ângela dos Santos (ADUFMAT); Waldir Bertúlio (ADUFMAT); Althen Teixeira Filho (ADUFPEL); Antônio Luís Andrade (ADUNESP); Carlos Domingos da Silva (ADUR-RJ).</i></p>	35
<p>Texto 67 – A Guerra da Rússia sobre a Ucrânia: Reflexões Importantes - <i>Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Luís Silva (SINDIFPI). Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI), Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT), Gisele Cardoso Costa (ADUA), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Mônica Vermes (ADUFES), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Sandra Moreira (ADUFPA), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Marco A. Escher (APES-UFJF), Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS).</i></p>	38
<p>Texto 68 – Abaixo a Limpeza Étnica contra o Povo Yanomami! Solidariedade Efetiva para a Autodeterminação e a Autodefesa dos Povos Indígenas - <i>Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Luís Silva (SINDIFPI). Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI), Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT), Gisele Cardoso Costa (ADUA), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Jonise Nunes Santos (ADUA), Alayde Maria Pinto Digiovanni (ADUNICENTRO), Sílvia Cristina Conde Nogueira (ADUA), Nádia Maciel Falcão (ADUA), Wagner Roberto do Amaral (ADUEL), Graziela Luchesi Rosa da Silva (APUFPR), Edson Riutiro Oyama (SESDUF-RR), Altiva Barbosa da Silva (SEDUSF-RR), Jonildo Viana dos Santos (SEDUSF-RR), Maria Edith Romano Siems Marcondes (SEDUSF-RR), Jaqueline Kalmus (ADUNIFESP), Sílvia Beatriz Adoue (ADUNESP), José Rodrigues (ADUFF), Lygia de Souza Viegas (APUB), Marilene Proença Rebello de Souza (ADUSP), José Fernando Andrade Costa (ADUFS), Edlauva Oliveira dos Santos (SEDUSF-RR), Pedro Augusto Hercks Menin (SEDUSF-RR), Leuda Evangelista de Oliveira (SEDUSF-RR), Leny Sato (ADUSP), Maria Luisa Sandoval Schmidt (ADUSP), Thais Seltzer Goldstein (APUB), Marli Lúcia Tonatto Zibetti (ADUNIR), Gustavo Zambenedetti (ADUNICENTRO), Iracema Neno Cecília Tada (ADUNIR), Gabriela Pereira Vasters (ADUNIFESP), Patrícia Martins Goulart (ADUNIFESP), Fernando de Almeida Silveira (ADUNIFESP), Carlos Augusto Evangelista (SESDUF-RR), Elizângela Barbosa (SESDUF-RR), Herundino Ribeiro do Nascimento Filho (SESDUF-RR), Cinara Rechico (SESDUF-RR), Ise de Goreth Silva (SESDUF-RR), Marinês Viana de Souza (ADUA), Maria Lidiuina de Oliveira e Silva (ADUNIFESP), Stella Maris Nicolau (ADUNIFESP), Inara do Nascimento Tavares (SESDUF-RR), Adriana Gomes Santos (SESDUF-RR), Leonardo Dourado de Azevedo Neto (ADUA), Romildo de Castro Araújo (ADUFPI), Geraldo do Nascimento Carvalho (ADUFPI), Egmar Oliveira Souza Júnior (SINDIFPI), Sean Purdy (ADUSP), Simone Contente (SINDUNIFESSPA), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Sandra Moreira (ADUFPA), Gelta Xavier (ADUFF), Mônica Vermes (ADUFES), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Welbson do Vale Madeira (APRUMA), Marco A. Escher (APES-UFJF), Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS).</i></p>	47
<p>Texto 69 – Contra as Redes de Tráfico de Mulheres e Contra o Feminicídio - <i>Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Luís Silva (SINDIFPI). Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI), Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT), Gisele Cardoso Costa (ADUA), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Mônica Vermes (ADUFES), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Sandra Moreira (ADUFPA), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Marco A. Escher (APES-UFJF), Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS).</i></p>	48
<p>Texto 70 – Todo Migrante é Legal: Por uma Campanha em Defesa dos Migrantes Congolezes na África - <i>Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Luís Silva (SINDIFPI). Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI), Irenilda Angela dos Santos</i></p>	49

	<i>(ADUFMAT), Gisele Cardoso Costa (ADUA), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Mônica Vermes (ADUFES), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Sandra Moreira (ADUFPA), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Marco A. Escher (APES-UFJF), Welbson do Vale Madeira (APRUMA), Adriana Gomes Santos (SESDUF-UFRR), Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS).</i>	
Texto 71	<i>– Nem Mais Um Dia Para Bolsonaro! - Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Luís Silva (SINDIFPI), Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI), Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT), Gisele Cardoso Costa (ADUA), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Mônica Vermes (ADUFES), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Sandra Moreira (ADUFPA), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Marco A. Escher (APES-UFJF), Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS).</i>	53
Texto 72	<i>– Por uma Palestina Livre, Laica, Unificada E Socialista, do Rio Jordão ao Mar Mediterrâneo - Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Luís Silva (SINDIFPI), Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI), Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT), Gisele Cardoso Costa (ADUA), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Mônica Vermes (ADUFES), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Sandra Moreira (ADUFPA), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Marco A. Escher (APES-UFJF), Welbson do Vale Madeira (APRUMA), Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS).</i>	54
Texto 73	<i>– Combater as Opressões Sobre as Mulheres, Negros, Homossexuais e Transexuais com um Programa que Parta das Reivindicações por Empregos, Salários, Direitos e Terra E Projete a Luta Pelo Fim da Sociedade de Classes, Raiz de Toda Opressão - Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Elis Regina Fernandes Alves (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando Cesar Paulino Pereira (ADCAC), Lorena Ferreira Portes (SINDIPROL/ADUEL), Lourival Felix (SESDUEM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhucci (SINDIPROL/ADUEL) e Viviane Vidal da Silva (ADUA).</i>	55
TEXTO 74	<i>– Política Educacional: Combater as Consequências da Política Burguesa de Destruição do Ensino Público e da Educação Básica - Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Elis Regina Fernandes Alves (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando Cesar Paulino Pereira (ADCAC), Lorena Ferreira Portes (SINDIPROL/ADUEL), Lourival Felix (SESDUEM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhucci (SINDIPROL/ADUEL), Viviane Vidal da Silva (ADUA).</i>	63
Texto 75	<i>– Os Hospitais Universitários são Patrimônio das Universidades Públicas. Não à EBSEH - Ana Paula Moura (ADUFRJ); Angela Beatriz de Carvalho (ADUFRJ); Bianca de Carvalho Pinheiro (ADUFRJ); Carmen Tindó (ADUFRJ); Cláudia Lino Piccinini (ADUFRJ); Dora Santa Cruz (ADUFRJ); Gumercinda Gonda – Cinda (ADUFRJ); Jacqueline Girão (ADUFRJ); Janete Luzia Leite (ADUFRJ); Maria de Fatima Siliansky de Andreazzi (ADUFRJ); Maria Inês de Souza Bravo (ADUFRJ); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Monica Fagundes (ADUFRJ); Rodrigo Volcan (ADUFRJ); Romildo Vieira do Bomfim (ADUFRJ); Ronaldo Lima Lins (ADUFRJ); Sara Granemann (ADUFRJ); Selene Alves Maia (ADUFRJ); Sofia de Sousa Silva (ADUFRJ); Sonia Reis (ADUFRJ); Vera Lins (ADUFRJ); Victor Lemus (ADUFRJ); Yolanda Guerra (ADUFRJ).</i>	68
Texto 76	<i>– Novo Ensino Médio: A Pedagogia do Opressor - Adelson Fernandes Moreira (SINDCEFET-MG); Adriano Vitti Mota (ADUFRA); Albany Mendonça (APUR); Aloizio Soares Ferreira (ASPUV); Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG); Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV); Angelica Lovatto (ADUNESP); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU); Antônio Luís de Andrade – Tato (ADUNESP); Antônio José Mayhé Nunes (ADURRJ); Bráulio Silva Chaves (SINDCEFET-MG); Catarina Barbosa Torres Gomes (SINDCEFET-MG); Celia Regina Otranto (ADURRJ); Cícera Vanessa Maia (SINDCEFET-MG); Dayse Iara dos Santos (ADUNESP); Dilenno Dustan (APES-JF); Edilson Rodrigues Palhares (SINDCEFET-MG); Fábila Barboza Heluy Caram (SINDCEFET-MG); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP); Fernando Ramalho Martins (ADUNESP); Francisco Carlos Duarte Viória (ADUFPEL); Gabriel Muñoz Palafox (ADUFU); Gilberto Marques Pereira (SINDCEFET-MG); Igor Mota Morici (SINDCEFET-MG); Janete Luzia Leite (ADUFRJ); João da Costa Chaves Júnior (ADUNESP-SSind.); Joao Francisco de Almeida Vitor (SINDCEFET-MG); José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT); Juliana Barbosa de Segadas Vianna (ADURRJ); Lúcia Emília Letro Ribeiro (SINDCEFET-MG); Luís Mauro Sampaio Magalhães</i>	73

<p>(ADURRJ); Marcelo Soares Pereira da Silva (ADUFU); Márcio Pereira da Silva (ADUNESP); Maria Célia Nunes Borges de Lima (SINDCEFET-MG); Maria De Lourdes Couto Nogueira (SINDCEFET-MG); Marisol Valencia (ADURRJ); Milney Chasin (SINDCEFET-MG); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP); Monica Pirozi (ASPUV); Paulo Cesar Lage de Oliveira (SINDCEFET-MG); Samuel França Alves (SINDCEFET-MG); Sueli Guadalupe de Lima (ADUNESP); Valter Luiz de Almeida Vitor (SINDCEFET-MG); Vicente Donizete da Silva (SINDCEFET-MG); Virgílio Coelho De Oliveira Junior (SINDCEFET-MG.); Zenilde Moreira (ADUFERPE).</p>	
<p>Texto 77 – É Preciso Voltar a Mirar os Nossos Horizontes - Construir o Projeto de Educação Para Toda a Classe Trabalhadora - Adriano Vitti Mota (ADUFRA); Albany Mendonça (APUR); Aloizio Soares Ferreira (ASPUV); Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG); Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV); Angelica Lovatto (ADUNESP); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU); Antônio Luís de Andrade – Tato (ADUNESP); Antônio José Mayhé Nunes (ADURRJ); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Celia Regina Otranto (ADURRJ); Cícera Vanessa Maia (SINDCEFET-MG); Dayse Iara dos Santos (ADUNESP); Dilenno Dustan (APES-JF); Fábila Barboza Heluy Caram (SINDCEFET-MG); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP); Fernando Ramalho Martins (ADUNESP); Francisco Carlos Duarte Vitória (ADUFPEL); Gabriel Muñoz Palafox (ADUFU); Gilberto Marques Pereira (SINDCEFET-MG); Igor Mota Morici (SINDCEFET-MG); Janete Luzia Leite (ADUFRRJ); João da Costa Chaves Júnior (ADUNESP); José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT); Juliana Barbosa de Segadas Vianna (ADURRJ); Lúcia Emília Letro Ribeiro (SINDCEFET-MG); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADURRJ); Marcelo Soares Pereira da Silva (ADUFU); Márcio Pereira da Silva (ADUNESP); Marisol Valencia (ADURRJ); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP); Monica Pirozi (ASPUV); Samuel França Alves (SINDCEFET-MG); Sueli Guadalupe de Lima (ADUNESP); Zenilde Moreira (ADUFERPE).</p>	78
<p>TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS</p>	
<p>Texto 78 – O Estatuto do ANDES-SN é a Consolidação das Normas Aprovadas Democraticamente, e não uma Peça Burocrática ao Sabor das Conveniências - As Eleições para a Diretoria e sua Posse Devem Ocorrer em 2022 - Aderaldo Alexandrino de Freitas (ADUFERPE); Adriana Machado Penna (ADUFF); Adriano Severo Figueiró (SEDUFMS); Adriano Vitti Mota (ADUFRA); Agatha Justen (ADUFF); Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Airton Paula Souza (ADUFS-SE); Alair Silveira (ADUFMAT); Albany Mendonça (APUR); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre José Medeiros do Nascimento (ADUFPI); Alexandre Macedo (ADUFPB); Aloizio Soares Ferreira (ASPUV); Alyne Sousa (SINDIFPI); Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV); Angelica Lovatto (ADUNESP); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP); Antonia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU); Antonio de Pádua Bosi (ADUNIOESTE); Antonio Francisco Lopes Dias (ADCESP); Antônio José Mayhé Nunes (ADUR-RJ); Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCEG); Antônio Luís de Andrade – Tato (ADUNESP); Antônio Rodrigues Belon (ADUFMS); Aparecida Darc de Souza (ADUNIOESTE); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Beatriz Tupinambá Freitas (ADUFS-SE); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Bráulio Silva Chaves (SINDCEFET-MG); Carlos Costa (ADCESP), Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP); Cássio Alves (APUFPR); Catarina Barbosa Torres Gomes (SINDCEFET-MG); Catharina Marinho Meirelles (ADUFF); Celeste Pereira (ADUFPEL); Celia Regina Otranto (ADUR-RJ); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); Ceres Torres (ADUFPEL); César Honorato (ADUFF); Cícera Vanessa Maia (SINDCEFET-MG); Claudete Sales Sampaio (ADUFS-SE); Claudia Alves Durans (APRUMA); Claudia March (ADUFF); Cláudio Gurgel (ADUFF); David Junior de Souza Silva (SINDUFAP); Dayse Iara dos Santos (ADUNESP); Denise Monte Braz (ADUR-RJ); Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP); Dilenno Dustan (APES-JF); Edgard Leite (ASPUV); Egmar Oliveira Souza Júnior (SINDIFPI); Elaine da Silva Neves (ADUFPEL); Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); Eliane Fazolo (ADUR-RJ); Elizandra Garcia da Silva (ADUFF); Elyson Carvalho (ADUFS-SE); Eptácio Macário Moura (SINDUECE); Erlenias Sobral do Vale (SINDUECE); Fábila Barboza Heluy Caram (SINDCEFET-MG); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP); Fabiola Kato (ADUFPA); Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG); Fernando Ramalho Martins (ADUNESP); Franci Gomes Cardoso (APRUMA); Francisca Raquel da Costa (SINDIFPI); Francisco Carlos Duarte Vitória (ADUFPEL); Francisco Carlos Jacinto Barbosa</p>	85

(SINDUECE); Francisco Santiago (SINDUFAP); Gabriel Muñoz Palafox (ADUFU); Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA); Gelta Xavier (ADUFF); Geraldo do Nascimento Carvalho (ADUFPI); Gihad Mohamad (SEDUFMS); Gilberto Marques Pereira (SINDCEFET-MG); Graziela Lucci de Angelo (SEDUFMS); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR); Igor Mota Morici (SINDCEFET-MG); Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP); Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT); Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI); Jacira Maria Machado de Oliveira (ADUFF); Jairo Paes Selles (ADUFF); Janete Brito (ADCESP); Janete Luzia Leite (ADUFRJ); João Batista Farias Junior (SINDIFPI); João Carlos Gilli Martins (SEDUFMS); João da Costa Chaves Júnior (ADUNESP); João Francisco de Almeida Vitor (SINDCEFET-MG); José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL); José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT); José dos Santos Souza (ADUR-RJ); José Itabiricy (ADUFRA); José Jailton Marques (ADUFS-SE); José Raphael Bokehi (ADUFF); José Vitório Zago (ADUNICAMP); Juliana Barbosa de Segadas Vianna (ADUR-RJ); Juliana Iglesias Melim (ADUFES); Júlio Figueiredo (ADUFF); Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Léia Soares da Silva (SINDIFPI); Leonardo Dourado de Azevedo Neto (ADUA); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Lorena Moraes (ADCESP); Lúcia Izabel Silva (ADUFPA); Lucas Pacheco Campos (APES-JF); Lúcia Emilia Letro Ribeiro (SINDCEFET-MG.); Luciano Coutinho (ADUFRJ); Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ); Luis Silva (SINDIFPI); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL); Luiz Paiva Carapeto (ADUFPEL); Marcelo Barreto Cavalcanti (ADUFEPE); Marcelo Massayoshi Ueki (ADUFS-SE); Marcelo Soares Pereira da Silva (ADUFU); Márcio Leonardo Lima Pereira (SINDIFPI); Márcio Pereira da Silva (ADUNESP); Marco Antonio Escher (APES-JF); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Caral Coutinho (ADUR-RJ); Maria Augusta Tavares (ADUFAL); Maria Célia Nunes Borges de Lima (SINDCEFET-MG); Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA); Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA); Maria das Graças Soares Floresta (ASPUV); Maria de Lourdes Couto Nogueira (SINDCEFET-MG); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); Maria Edilene S. Ribeiro (ADUFPA); Maria Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS); Maria Isabel Duarte Rodrigues (ADUFPA); Maria Luzinete Alves Vanzeler (ADUFMAT); Maria Suelly Soares (APUFPR); Maria Thereza Cândido Gomes de Menezes (ADUFF); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Marisol Valencia (ADUR-RJ); Maristela da Silva Souza (SEDUFMS); Marli Clementino Gonçalves (ADUFPI); Marluce Souza e Silva (ADUFMAT); Máuri de Carvalho (UFES); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Milena Martinez (APUFPR); Milney Chasin (SINDCEFET-MG); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP); Monica Pirozi (ASPUV); Mônica Vermes (ADUFES); Olgaises Maués (ADUFPA); Olinto Silveira Alves Filho (ADUFS-SE); Omar Albomoz (ADCESP); Oneize Amoras de Araújo (ADUFS-SE); Onice Teresinha Dall'Oglio (ADUFMAT); Paulo Antonio Cresciulo de Almeida (ADUFF); Paulo César Lage de Oliveira (SINDCEFET-MG); Osmar Gomes de Alencar Júnior (ADUFPI); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Raimundo Sérgio de Farias Junior (SINDUEPA); Raphael Góes Furtado (ADUFES); Raquel Angela Speck (APUFPR); Regiana Wille (ADUFPEL); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPB); Romildo de Castro Araújo (ADUFPI); Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA); Rosana Mendes Éleres de Figueiredo (APRUMA); Rosângela Assunção (ADCESP); Rosely Cabral Giordano (ADUFPA); Rosimê Meguins (ADUFPA); Rute Glésia Lima Noletto (SINDIFPI); Samuel França Alves (SINDCEFET-MG); Sandra Alessi (APUFPR); Sandra Moreira (ADUFPA); Saulo Arcangeli (SINDUEMA); Sérgio Inácio Nunes (ADUFU); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Sérgio Darwich (SINDUEPA); Sônia Maria Araújo (ADUFPA); Sônia Pimentel (ADUFS); Sônia Regina Teixeira (ADUFPA); Sueli Guadalupe de Lima (ADUNESP); Suly Rose Pereira Pinheiro (APRUMA); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Tamara Cardoso André (UDUNIOESTE); Tarcísio Luiz Pereira (ADUFMS); Valdelaine Mendes (ADUFPEL); Valter Luiz de Almeida Vitor (SINDCEFET-MG); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA); Vera Núbia Santos (ADUFS-SE); Vicente Donizete da Silva (SINDCEFET-MG); Vilson Aparecido da Mata (APUFPR); Vilemar Gomes da Silva (APRUMA); Virgílio Coelho Oliveira Júnior (SINDCEFET-MG); Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADUFMS); Viviane Narvaes (ADUNIRIO); Waldir Bertúlio (ADUFMAT); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA); Waldyr Lins de Castro (ADUFF); Wanderley Padilha (SINDUNIFESSPA); Welbson do Vale Madeira (APRUMA); Wilma Pessôa (ADUFF); Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP); Zenilde Moreira (ADUFERPE).

ERRATA AO CADERNO DE TEXTOS DO 40º CONGRESSO DO ANDES-SN

92

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA II - PLANOS DE LUTAS DOS SETORES	
TR 58 – Escassez de Financiamento, Ingerências e Violações de Direitos Docentes nas Universidades Estaduais da Bahia	13
TR 59 – Reforma do Ensino Médio: O Desmonte da Educação Básica pela Pedagogia da Acumulação Flexível	18
TEMA III – PLANO GERAL DE LUTAS	
TR 60 – Instituir uma Comissão Nacional de Docentes no ANDES-SN, Composta por um Representante Titular e um Suplente de cada Regional, Eleito por seus Pares em Congresso, para Assessorar Tecnicamente a Diretoria e o Jurídico do Sindicato Nacional	21
TR 61 – Um Passo no Sentido da Necessária Reorganização da Classe Trabalhadora: O ANDES-SN Deve Sair da CSP-CONLUTAS -	24
TR 62 – Resoluções 02/2019 e 01/2020: Revogação Já! Por uma Formação que Defenda os Interesses das/dos Trabalhadoras/res	26
TR 63 – GTPE como Espaço de Fortalecimento da Política Educacional que Defendemos	27
TR 64 – Sobre a Saúde do e da Trabalhadora do Ensino Superior: Impasses e Perspectivas de Superação do Sofrimento Docente	31
TR 65 – Avançar na Luta Antirracista no Âmbito do ANDES-SN!	34
TR 66 – Atividade Minerária, Energia e Questões Sócioambientais: A Necessidade de Maior Envolvimento do ANDES-SN	37
TR 67 – A Guerra da Rússia sobre a Ucrânia: Reflexões Importantes	46
TR 68 – Abaixo a Limpeza Étnica contra o Povo Yanomami! Solidariedade Efetiva para a Autodeterminação e a Autodefesa dos Povos Indígenas	48
TR 69 – Contra as Redes de Tráfico de Mulheres e Contra o Feminicídio	49
TR 70 – Todo Migrante é Legal: Por uma Campanha em Defesa dos Migrantes Congolese na África	52
TR 71 – Nem Mais Um Dia Para Bolsonaro!	53
TR 72 – Por uma Palestina Livre, Laica, Unificada E Socialista, do Rio Jordão ao Mar Mediterrâneo	55
TR 73 – Combater as Opressões Sobre as Mulheres, Negros, Homossexuais e Transexuais com um Programa que Parta das Reivindicações por Empregos, Salários, Direitos e Terra E Projete a Luta Pelo Fim da Sociedade de Classes, Raiz de Toda Opressão	62
TR 74 – Política Educacional: Combater as Consequências da Política Burguesa de Destruição do Ensino Público e da Educação Básica	68
TR 75 – Os Hospitais Universitários são Patrimônio das Universidades Públicas. Não à EBSEH	72
TR 76 – Novo Ensino Médio: A Pedagogia do Opressor	77
TR 77 – É Preciso Voltar a Mirar os Nossos Horizontes - Construir o Projeto de Educação Para Toda a Classe Trabalhadora	82
TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 78 – O Estatuto do ANDES-SN é a Consolidação das Normas Aprovadas Democraticamente, e não uma Peça Burocrática ao Sabor das Conveniências - As Eleições para a Diretoria e sua Posse Devem Ocorrer em 2022	91

TEMA II - PLANOS DE LUTAS DOS SETORES

TEXTO 58

Contribuição da Diretoria da ADUNEB.

ESCASSEZ DE FINANCIAMENTO, INGERÊNCIAS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS DOCENTES NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA BAHIA

TEXTO DE APOIO

As universidades estaduais da Bahia (UEBA) – UNEB, UEFS, UESC e UESB – estão presentes em 29 municípios do estado, atendendo a população de todos os territórios de identidade da Bahia, com cursos de graduação e pós-graduação. No entanto, a situação atual dessas instituições de ensino superior (IES) é de extrema precarização devido ao insuficiente financiamento pago pelo governo do estado da Bahia.

Os recursos utilizados para esse financiamento são, em grande parte, oriundos do tesouro do governo do estado – em torno de 5% da Receita Líquida de Impostos (RLI). Outra pequena parte desses recursos vem da captação própria das universidades e de convênios com o Governo Federal. Nessa perspectiva, conforme assinala Barbosa (2016)¹, o financiamento das UEBA depende intimamente do desempenho econômico do Estado, não sendo, portanto, resultado de um plano de metas do Governo Estadual.

Um fato agravante é que esse parco financiamento ainda é submetido a diversas variáveis limitadoras como, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Como consequência, as universidades não atingem seus objetivos mais primários, que é oferecer ensino de qualidade cumprindo o tripé constitucional na articulação com as atividades de extensão e de pesquisa. Quando se considera a verba destinada às IES estaduais da Bahia dentro do valor global da Educação, torna-se fácil perceber como o financiamento das UEBA tem estado em queda desde 2013.

Barbosa afirma que esse financiamento incremental (em que as verbas são alocadas em cada universidade em função do orçamento do ano anterior, obedecendo a critérios que variam em razão do cenário econômico e político) favorece o controle do Governo do Estado sobre a gestão da universidade e “afeta a autonomia universitária, na medida em que as universidades recebem os recursos já consignados para grupos e elementos de despesas específicos” (BARBOSA, 2016, p. 84). Ademais, esse modelo incremental de financiamento – cujos critérios de alocação de recursos para as UEBA são desconhecidos pelos gestores dessas IES – faz com que as universidades estaduais concorram entre si na alocação de recursos orçamentários. Como um agravante para as dificuldades administrativo-financeiras das UEBA, tudo isso ainda se combina com outros mecanismos que, desde o ano de 2015, o governo da Bahia cria com a finalidade de realizar ingerência nas universidades.

¹ BARBOSA, Cesar. Financiamento e Restrições Orçamentárias das Universidades Estaduais Baianas. In: FIALHO, N.H. (Org.). **Universidades Estaduais e Financiamento da Educação Superior da Bahia**. Salvador: EDUNEB, 2016.

Ainda sobre a fonte dos recursos que sustentam as UEBA, Fialho e Carneiro (2006)² lembram que em cumprimento do Art. 211 da Constituição de 1988, a União deve exercer a função distributiva e supletiva para garantir, por meio da disponibilização de recursos técnicos e financeiros, a qualidade do ensino, apesar de não haver menção às universidades estaduais ou às municipais nem definição da fonte ou do percentual a ser aplicado. Em dados divulgados pelo governo da Bahia, não são encontradas informações sobre essa fonte de financiamento. Não se tem notícias de se a Bahia recebe esse recurso federal para o financiamento das UEBAS ou se o estado tem se declinado do direito de recebê-lo. Mas, por outro lado, os documentos oficiais da gestão estadual apontam para o fato de que o governo da Bahia usa de seus próprios recursos para o financiamento dos institutos federais de educação situados no território baiano.

Todo esse contexto implica nos direitos da categoria docente que, de janeiro de 2016 a dezembro de 2021, não teve em seu salário nem mesmo os reajustes relativos às perdas inflacionárias. Na gestão do estado da Bahia desde janeiro de 2015, o governador Rui Costa, desconsiderando que as perdas salariais das professoras e dos professores das UEBA se acumulam em torno dos 50%, concedeu o reajuste linear de parcos 4% para todo o funcionalismo público, a partir de janeiro de 2022, e, a contar do mês de março de 2022, o reajuste em parcela fixa sobre o vencimento básico de R\$100,00, R\$200,00 ou R\$300,00 sobre o vencimento básico de docentes das UEBA com carga horária semanal de 20 horas, 40 horas ou 40 horas com dedicação exclusiva, respectivamente. Tal reajuste mantém a Bahia como o estado que paga um dos piores salários do Nordeste, embora este seja o estado dessa região brasileira que mais arrecada impostos. Além disso, ao instituir o reajuste em parcela fixa sobre o vencimento básico, o governador fere o Estatuto do Magistério Superior das Universidades Estaduais da Bahia (Lei 8352/02)³ por desalinhar seu Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos da categoria.

A insuficiência de recursos das UEBA se revela também na falta de condições materiais, na falta de pessoal para o desenvolvimento de atividades intrínsecas à universidade e na violação de direitos docentes previstos na Constituição Federal⁴ e no Estatuto do Magistério Superior das Universidades Estaduais da Bahia

Diante desse cenário, o Fórum das associações de docentes das UEBA tem insistido na reivindicação, junto ao governo do estado, do aumento do percentual da RLI destinado às UEBA. A luta do Movimento Docente é que sejam destinados para as universidades estaduais, no mínimo, 7% da RLI, com revisão do percentual a cada dois anos, sendo o novo orçamento sempre superior ao executado no ano anterior.

Outro fato que agrava a administração financeira e acadêmica das UEBA é a criação, pelo governo da Bahia, de mecanismos para ingerência nas universidades estaduais. Destaca-se, entre esses mecanismos, o Decreto nº. 15.924, criado em 2015. Esse decreto impõe contingências e controla a execução orçamentária das instituições da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, concedendo à Secretaria de Administração do Estado da Bahia

² FIALHO, Nadia Hage; CARNEIRO, Breno Pádua Brandão. Universidades Estaduais e Financiamento da Educação Superior: notas sobre paradoxos, relevância e sustentabilidade. In: FIALHO, N.H. (Org.). **Universidades Estaduais e Financiamento da Educação Superior da Bahia**. Salvador: EDUNEB, 2016.

³ BAHIA. **Lei nº 8.352, de 02 de setembro de 2002**. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia e dá outras providências. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/86168/lei-8352-02>. Acesso em 03/02/2022.

⁴ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional no 105/2019. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf. Acesso em 03/02/2022

(SAEB) o poder legal de deferir ou indeferir processos por meio da emissão de Requisição de Serviço e Requisição de Material.

Dessa forma, o Decreto 15.924 tem como um de seus efeitos a perda da autonomia das universidades estaduais da Bahia e, por conseguinte, a violação de direitos docentes garantidos no Estatuto do Magistério Superior das Universidades Estaduais da Bahia. Por exemplo, a SAEB, através de processos administrativos de autorização de despesas, tem indeferido diversos de processos de promoção e progressão na carreira dessas IES a categoria docente tem aguardado por períodos de até 5 anos para serem promovidos às classes que lhes são de direito, sem que lhes sejam assegurados o reconhecimento do início da vigência nem o pagamento dos salários retroativos à data em que seu processo de promoção foi aprovado pela universidade.

Tal conduta da SAEB desrespeita o art. 18, no seu parágrafo 2º, que estabelece que “O processo para promoção e progressão funcional deverá tramitar, ser decidido e encerrado no âmbito da Universidade.” e o art. 19, que institui que “O acompanhamento e a homologação dos processos de promoção e de progressão na carreira docente será da competência do Conselho Superior de cada Universidade”. A violação desses direitos segue a política ultraneoliberal de ataque aos serviços públicos e às carreiras do funcionalismo público, conforme a lógica proposta na Emenda Constitucional 32 em tramitação no Congresso Nacional⁵.

Os setores administrativos dessas universidades, por sua vez, acatam pacificamente essa ingerência do governo do estado, deixando, assim, de exercer o controle sobre as vacâncias como base para a distribuição de vagas do quadro docente de acordo com as necessidades identificadas por cada Departamento. Consequências graves da aquiescência dos gestores dessas universidades com a postura abusiva do governo do estado são os prejuízos para a vida funcional e financeira de docentes do quadro efetivo e a falta de perspectiva de abertura de edital de concurso público, o que, por sua vez, gera um grande número de docentes contratados pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA).

A falta de autonomia dessas IES redundando na sua incapacidade de legislar como autarquia, o que dificulta, além das questões relativas à carreira docente mencionadas acima, a tramitação de processos de mudança de regime de trabalho, a aplicação de recursos em demandas inerentes à instituição acadêmica.

Diante do contexto que se revela nas UEBA, observa-se que o plano de lutas do Setor das IEES/IMES apresentado no 39º CONGRESSO do ANDES-SN permanece atual quando delibera que esse sindicato nacional:

TR – 58

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Por meio das secretarias regionais, em articulação com as seções sindicais, fortaleça os fóruns ou espaços de articulação das IEES-IMES.
2. Por meio das secretarias regionais e em conjunto com as seções sindicais, intensifique a defesa do financiamento público para as IEES-IMES, disputando o orçamento dessas IES na Lei

⁵ ADUNEB. Associação de Docentes da UNEB. **Boletim Jurídico**. Novembro de 2021.

Orçamentária Anual (LOA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Plano Plurianual (PPA) dos estados e municípios, com incidência em processos de elaboração, aprovação e implementação do orçamento sem contingenciamentos, para que sejam assegurados o funcionamento e a autonomia da gestão financeira, acadêmica e política das IEES/IMES.

3. Intensifique a luta pela reposição das perdas salariais dos estados e municípios e pela garantia dos direitos da carreira e de reajustes que compensem as perdas acumuladas.

4. Defenda que o salário mínimo calculado pelo DIEESE seja a referência para o estabelecimento do piso da remuneração dos docentes em fase inicial de carreira, para o regime de trabalho de 20 horas.

5. Em articulação com as seções sindicais, reafirme a defesa da Dedicção Exclusiva (DE) como regime prioritário de trabalho para a carreira docente e defenda a DE nos contextos em que esse regime de trabalho está sendo atacado.

6. Reforce a luta em defesa dos direitos estabelecidos nos planos de carreira que estão sendo atacados pelos governos estaduais e/ou municipais.

8. Lute para que os eixos e princípios do plano de carreira do sindicato seja a referência para a reivindicação do estabelecimento das carreiras docente de IEES –IMES, nos contextos em que esse plano de carreira ainda não tenha sido definido ou onde o atual plano de carreira seja incompatível com as necessidades da categoria.

9. Fortaleça a luta pela realização regular de concursos públicos para docentes, superando a atual situação de crescimento acelerado da precarização do trabalho docente, que atinge as IEES-IMES.

10. Intensifique a luta nos estados e municípios pela revogação da reforma da previdência.

11. Por meio das seções sindicais, intensifique as campanhas de combate ao assédio sexual e moral e ao adoecimento docente e revigore a luta pela implementação de comissões e ouvidorias nas IEES-IMES, com composição majoritária de representação sindical e estudantil, para apuração dos casos.

12. Em suas seções sindicais, lute pela revogação da Lei Kandir e EC 95/2016 e pela garantia do pagamento da dívida da cota-parte dos estados pela União.

13. Por meio das seções sindicais, defenda os processos estatuintes nas IEES-IMES, a democracia interna, o fim de qualquer interferência do poder executivo nas escolhas dos dirigentes das universidades e o fim da lista tríplice.

14. Construa a semana de lutas do Setor das IEES/IMES com os eixos citados, dialogando com o calendário de lutas da categoria: a) Carreira e DE; b) Cortes e contingenciamento do orçamento; c) Saúde docente e condições de trabalho; d) Autonomia universitária.

15. Mantenha a luta contra projetos similares ao Future-se.

16. Lute contra a Reforma Administrativa (PEC 32) e suas repercussões nas IEES/IMES, em especial no caráter público da educação, carreira docente, condições salariais e condições de trabalho, bem como articule nos estados e municípios, com entidades sindicais e movimentos sociais, o enfrentamento contra a PEC 32 e seus desdobramentos nos estados e municípios.

TEXTO 59

Contribuição da Assembleia Docente do SINDCEFET-MG, realizada em 14 de março de 2022.

REFORMA DO ENSINO MÉDIO: O DESMONTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA PELA PEDAGOGIA DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

TEXTO DE APOIO

Histórico da Reforma do Ensino Médio de 2017

No dia 16 de fevereiro de 2017, foi promulgada a Lei nº 13.415, que regulamenta o assim chamado “Novo Ensino Médio”, uma adequação do ensino médio aos interesses da acumulação flexível do capital. Essa reforma do ensino médio ocorre inicialmente pela edição da Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016, pelo governo Temer, orientada pelos interesses do setor privado (Instituto Unibanco, Fundação Ayrton Senna, Fundação Bradesco, Fundação Lemann e outras instituições integrantes do movimento Todos pela Educação), de dirigentes do Ministério da Educação nos últimos governos (notadamente, Maria Helena Guimarães de Castro, uma das principais articuladoras da proposta e atual presidente do CNE) e pelo Conselho de Secretários de Educação dos estados.

Apesar da forte resistência travada pelos setores progressistas da sociedade civil (especialmente, o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio e o movimento dos estudantes secundaristas) às novas diretrizes e bases para o ensino médio previstas nessa proposta, a Reforma foi convertida em lei e aprovada, de forma autoritária, nos termos da MP nº 746/2016, rompendo com o espaço de discussão entre os que se opunham à proposta e ao governo. No centro dessa disputa estavam duas compreensões: de um lado, os interessados na Reforma do Ensino Médio defendiam que a estrutura curricular então em vigor era rígida, com volume excessivo de disciplinas e sem possibilidades de escolhas por parte dos estudantes; de outro lado, os críticos da Reforma argumentavam que ela rompia com a obrigatoriedade de uma formação comum, fragmentava o processo formativo e desconstruía a educação básica pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

As principais mudanças introduzidas pelo “Novo Ensino Médio”

O “Novo Ensino Médio” baseia-se em uma concepção pedagógica estruturada pelo princípio da flexibilidade, que se materializa em dois elementos fundamentais: carga horária e organização curricular. A organização curricular passa a admitir diferentes percursos conjugados com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio, sob a alegação de que “itinerários formativos” diversos atendem aos anseios dos jovens ingressantes nesse nível de ensino.

A lei introduz cinco possibilidades de “itinerários formativos”: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências

humanas e sociais aplicadas; e formação técnica e profissional. O estudante deverá optar por um desses itinerários conforme as possibilidades concretas de oferta das escolas. Os únicos “componentes curriculares” obrigatórios da BNCC para as três séries do ensino médio, em todos os itinerários, são língua portuguesa e matemática. Cabe ressaltar que a lei reduziu a organização curricular estruturada em disciplinas pelo uso da noção de “estudos e práticas” para se referir às demais áreas do conhecimento que compõem o novo currículo, imprimindo-lhe um caráter fundamentalmente flexível.

Com relação à carga horária, há uma separação entre a parte dedicada à formação comum a todos os discentes, limitada a 1800 horas, e a parte diversificada, relativa aos itinerários, que pode corresponder a cerca de 2/3 da duração total do curso. No caso específico do itinerário “formação técnica e profissional”, por exemplo, a carga horária pode perfazer um total de 25% até 62% da duração completa do curso.

Concepções e impactos do “Novo Ensino Médio”

O objetivo do “Novo Ensino Médio”, marcado pela pedagogia da acumulação flexível, consiste em formar, por meio de um currículo aligeirado e superficial, trabalhadores socializados para aceitar como natural o desempenho de múltiplas tarefas em um mercado flexibilizado, caracterizado pelas várias modalidades de trabalho desregulamentado e precarizado em consonância com as tecnologias digitais e a dinâmica volátil do capital financeiro. Assim, o mercado flexibilizado impõe ao trabalhador uma formação alienante, que o prepara para uma atuação em condições laborais precarizadas e despojada de vínculo com uma categoria profissional.

Desse modo, acirra-se a dualidade estrutural presente no sistema educacional brasileiro. Essa dualidade caracteriza-se pela fragmentação do sistema escolar constituído por duas redes de escolarização: a rede de formação dos trabalhadores manuais e a rede de formação dos trabalhadores intelectuais. Essa estrutura assegura a conservação da diferença entre classes sociais e o abandono social e político da força de trabalho barata, traço marcante da sociedade brasileira. Assegura a segmentação dos indivíduos que atuarão em postos de trabalhos antagônicos na divisão social do trabalho. De um lado, os oriundos dos setores mais pobres da população aos quais são destinados um ensino superficial e aligeirado e, de outro, um ensino destinado às classes dirigentes, àqueles que terão o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que marcam o processo do trabalho moderno, a esses são destinados os conteúdos mais sofisticados dos saberes mais complexos. Esta morfologia do sistema educacional reproduz e legitima a posição conferida pela hierarquia social imposta pela ordem do capital. Vale destacar que essa nova legislação do ensino médio contraria todas as pautas reivindicatórias dos profissionais da educação, ao longo dos últimos anos, desde o período de redemocratização do país, ou seja, em garantir uma educação pública laica de qualidade e socialmente referenciada, para todos os níveis da educação, para que não haja diferenças entre educação de ricos e pobres.

Nessa perspectiva, o principal argumento utilizado pelos defensores da Reforma para justificar a flexibilização é que a escolha do aluno por um dos itinerários formativos, em consonância com sua história e projeto de vida, conjugado com uma base nacional mínima tornaria o ensino médio mais atrativo, promovendo a redução dos índices de retenção e evasão escolar. No entanto, a organização curricular, mediante itinerários formativos, priva os discentes do acesso ao domínio do conhecimento dos fundamentos científicos dos processos tecnológicos,

sobre os quais estão a base da organização da produção moderna, assim como das conexões desses saberes com as esferas sociais, históricas, éticas, políticas e estéticas. Além disso, importa questionar neste modelo curricular se o discente ainda tão jovem terá maturidade intelectual e sócio-afetiva suficiente para optar pelo percurso escolhido. Importa também indagar se o contato por apenas um ano e meio com as diversas áreas de conhecimento propiciará ao estudante a cognição requerida para selecionar de forma consciente uma ou outra área de saber. À vista disso, o ensino médio transferirá para o educando a responsabilidade pelas escolhas formativas, antes de fornecer-lhe as condições necessárias para esta tomada de decisão. As implicações desta escolha não recairão sobre as condições materiais que cercam os discentes nem tampouco sobre as oscilações e volatilização dos interesses do capital, mas exclusivamente sobre o indivíduo que definiu, precocemente e sem o acúmulo de conhecimento necessário, o seu itinerário.

Além disso, esse modelo curricular abre o flanco para a redução do quadro de docentes nas instituições públicas de ensino e promove a precarização do trabalho docente com tendência à sua “desprofissionalização”. A concepção pedagógica da flexibilidade faz recair sobre os discentes a responsabilidade por determinar os horários, as condições e o ritmo da aprendizagem, de acordo com a sua trajetória de vida, no intuito de fazê-los “aprender a aprender”. Deste modo, o docente assume a condição de uma espécie de tutor cujo papel consiste apenas em acompanhar o processo de aprendizagem, passando da condição de protagonista do processo de ensino à de “professor-entregador”, guardando similaridade com os trabalhadores precarizados de aplicativos. Portanto, a concepção pedagógica aligeirada e flexibilizada do “Novo Ensino Médio” cumpre também o objetivo de reduzir os investimentos públicos na educação.

O “Novo Ensino Médio” e as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

O “Novo Ensino Médio” alcança a Educação Profissional e Tecnológica desenvolvida nos Institutos Federais e CEFETs por meio da Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de Janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

Ao reforçar a construção do Itinerário Formativo da Educação Profissional por meio da concomitância, a Resolução pavimenta o caminho das parcerias público-privadas e a apropriação dos fundos públicos para a oferta de Educação Profissional, combinada a uma formação geral empobrecida, alinhando a Educação Pública com as demandas do mercado e com a privatização dos serviços públicos, um dos eixos fundamentais da política de Bolsonaro e Guedes.

Ao possibilitar a contratação de profissionais para atuar na Educação Profissional, por meio do reconhecimento de “notório saber”, a Resolução reafirma a disjunção entre formação geral e formação profissional técnica, além de desvalorizar e precarizar o trabalho docente.

A Resolução determina que a Base Nacional Curricular Comum seja a referência para o arranjo curricular do Ensino Médio Integrado, ignorando as especificidades da integração e implicando uma formação geral empobrecida, decorrente da busca pelo barateamento da Educação Pública, um dos objetivos orientadores da Lei nº 13.415.

Por isso, é importante ressaltar que mais do que uma ameaça ao conhecimento mais amplo, crítico e transformador, é o prenúncio de uma redução do quadro de docentes por áreas nas instituições públicas de ensino e uma superficialização do saber pela via da fragmentação das disciplinas. O “Novo Ensino Médio” introduz uma profunda contradição à concepção de educação expressa no *Caderno 2* do ANDES-SN.

TR – 59

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

O 40º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Que a Diretoria do ANDES-SN em articulação com as SSind. se empenhe na luta pela revogação:
 - a. da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e contra todas as medidas que são associadas ao “Novo Ensino Médio”;
 - b. da Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de Janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
2. Realizar uma campanha, em âmbito nacional juntamente com outras entidades do setor da educação, de esclarecimento e de combate ao Novo Ensino Médio, buscando a revogação do ordenamento legal que lhe dá sustentação.

TEMA III-PLANO GERAL DE LUTAS

TEXTO 60

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Antônio Carlos Freitas Vale de Lemos (SEDUFMS), Francisco E. de Freitas (SEDUFMS), Gihad Mohamad (SEDUFMS), João Batista Dias de Paiva (SEDUFMS), Maria Beatriz B. de M. Carnielutti (SEDUFMS), Nará de Fátima Quadros da Silveira (SEDUFMS).

INSTITUIR UMA COMISSÃO NACIONAL DE DOCENTES NO ANDES-SN, COMPOSTA POR UM REPRESENTANTE TITULAR E UM SUPLENTE DE CADA REGIONAL, ELEITO POR SEUS PARES EM CONGRESSO, PARA ASSESSORAR TECNICAMENTE A DIRETORIA E O JURÍDICO DO SINDICATO NACIONAL.

TEXTO DE APOIO

-Considerando que o Estatuto do ANDES no Art. 15, inciso X, estabelece como atribuição do CONGRESSO, “criar, indicando seus componentes, ou extinguir Comissões ou Grupos de Trabalho permanentes ou temporários,”

-Considerando as diferentes perdas sofridas pela categoria docente, ativos e aposentados, nas diferentes políticas e reestruturações ao longo de sua carreira como:

Externamente as Instituições:

A Lei Nº 11344/2006, que reestruturou as Carreiras do Ensino Superior e do Magistério de 1º e 2º Graus.

Na carreira do Magistério Superior, reestruturou em:

I Professor Titular;

II Professor Associado;

III Professor Adjunto;

IV Professor Assistente; e

V Professor Auxiliar.

Desta forma ao alterar a estrutura física da Carreira do Magistério Superior, criando a Classe do Professor Associado, totalizando dezesseis níveis, a lei estabeleceu um tempo maior para o professor chegar ao final da carreira, e alterou para uma classe inferior (com quatro níveis), a posição dos docentes aposentados, que se aposentaram no topo da carreira, Professor Adjunto IV (Professor Titular não fazia parte da carreira), bem como aos demais, ocasionando perdas significativas porque esta transposição não guardou a mesma relação com a situação na carreira antiga.

Já, para o Magistério de 1º e 2º graus, reestruturou em seis classes - A, B, C, D, E e Classe Especial. Também, ao criar a classe especial, totalizando dezesseis níveis, a lei estabeleceu um

tempo maior para o professor chegar ao final da carreira, e alterou para uma posição inferior, por ocasião da aposentadoria, a ocupada pelos docentes aposentados e conseqüentemente perdas.

Em 2008, quando novamente, os professores federais tiveram sua carreira reestruturada, principalmente os professores de 1º e 2º graus, os quais tiveram tanto a denominação de sua carreira alterada de Magistério de 1º e 2º Graus para Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) – quanto as suas atribuições, através da Medida Provisória N° 431/ 2008, que foi convertida na Lei N° 11784/2008.

Nessa trajetória de reestruturação, já se evidenciava perdas para categoria:

- Pela alteração na estrutura física da carreira;

-Pelo aumento de atribuições do professor, que em grande parte comprometeu o planejamento das atividades educadoras e lesou a identidade do professor, transformando muitas vezes esse profissional em um instrutor.

Posteriormente, também através da Lei N° 12772/2012, os docentes do Magistério Superior e do EBTT tiveram sua carreira reestruturada e passaram a fazer parte da estrutura do Plano de Carreira e Cargos de Magistério Federal.

Finalizando, esta trajetória de aproximadamente trinta anos, LEI N° 13.325/2016, com desvalorização do Regime de Trabalho do docente do Magistério Superior e do docente do Ensino Básico Técnico e Tecnológico e perdas das proporcionalidade do Regime de 20 horas, 40 horas e 40hs com DE.

Nestas reestruturações ficou evidenciado, perdas e inexistências de políticas efetivas de aumento salarial e valorização da Profissão de Professor Ativo e Aposentado. Portanto urge criar instrumentos permanentes, dentro do Sindicato Nacional para acompanhar, estudar e fiscalizar as políticas voltadas para a categoria docente.

Internamente quando solicitado:

Poder, EVENTUALMENTE, dialogar com as CPPDs (Comissão Permanente de Docente) das Instituições de Ensino na Formulação e Acompanhamento das Políticas para categoria Docente.

A presente Comissão objetiva analisar todas as matérias que se relacionam com atividade docente: Carreira, Salário e Previdência para ativos e aposentados.

TR – 60

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Instituir UMA COMISSÃO NACIONAL DE DOCENTES-CND NO ANDES-SN, composta por um representante titular e um suplente de cada Regional, eleito por seus pares em Congresso, para ASSESSORAR TECNICAMENTE a sua Diretoria e o seu Jurídico.

TEXTO 61

Contribuição da Assembleia de base do SindoIF realizada em 9 de março de 2022.

UM PASSO NO SENTIDO DA NECESSÁRIA REORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA: O ANDES-SN DEVE SAIR DA CSP-CONLUTAS

TEXTO DE APOIO

A existência de 14 centrais sindicais no Brasil, todas com baixa representatividade social, tem sido um fator que dificulta a organização e a unidade da luta classe trabalhadora no país, como observado nos recentes processos que culminaram na aprovação das contrarreformas nos governos Temer e Bolsonaro.

Segundo atualização realizada em setembro de 2021 pelo Ministério do Trabalho e Previdência existem 13 (treze) centrais sindicais com CNPJ ativo no país, listadas no quadro a seguir.

Central do Brasil Democrática de Trabalhadores	CBDT NACIONAL
Central dos Sindicatos Brasileiros	CSB
Central Sindical e Popular Conlutas	CSP-CONLUTAS
Central das Entidades de Servidores Públicos	CESP
Central Geral dos Trabalhadores do Brasil	CGTB
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil	CTB
Central Única dos Trabalhadores	CUT
Força Sindical	FS
Intersindical Central da Classe Trabalhadora	INTERSINDICAL
Nova Central Sindical de Trabalhadores	NCST
Central do Servidor	PÚBLICA
União Geral dos Trabalhadores	UGT
União Sindical dos Trabalhadores	UST

Na lista acima não consta a Intersindical Instrumento de Luta, que não aparece nos registros do governo federal, mas poderia ser acrescida como uma 14ª central sindical a existir de fato.

Apesar da existência de tantas centrais sindicais, o número de trabalhadoras e trabalhadores sindicalizados teve queda de 21,7% desde a reforma trabalhista, segundo o IBGE. Isso corresponde a um contingente de, aproximadamente, 2,9 milhões de pessoas que, em três anos, cancelaram o vínculo ao respectivo sindicato. É o que aponta o IBGE em levantamento ocorrido entre 2017 e 2020.

A queda no número de sindicalizados ocorreu de modo mais expressivo em 2018, segundo dados do IBGE, quando 1,5 milhão de trabalhadores cancelaram a adesão ao sindicato naquele ano. Em 2017, ano da aprovação da reforma trabalhista, houve redução de 432 mil sindicalizados no país. Em 2019, ainda segundo o IBGE, o país perdeu mais 951 mil trabalhadores com vínculo sindical. Com isso, a taxa de sindicalização ficou em 11,2%. Em 2012, essa taxa era de 16,1%.

A queda de sindicalização se observa em todos os setores, inclusive no serviço público. Segundo o IBGE, a taxa de sindicalização no segmento de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais ficou em 18,4% em 2019 - um ano antes, estava em 22%.

O Brasil possuía aproximadamente 34 milhões de trabalhadores e de trabalhadoras com carteira assinada em 2019, com cerca de 12 milhões de servidoras e servidores públicos. Os sindicatos filiados em centrais sindicais representavam pouco mais de 20% deste contingente, ou algo como 10 milhões de trabalhadores. Ou seja, cerca de 4/5 da classe trabalhadora com ocupação formal não estava representada pelas centrais sindicais brasileiras à época deste levantamento.

Uma central sindical deveria atuar como uma frente de forças políticas com o objetivo de organizar sindicatos e movimentos sociais nas lutas comuns. O atual modelo das centrais brasileiras, entretanto, excessivamente segmentado e centrado em organizações partidárias, desconfigura o caráter de frente que deveriam assumir. A perspectiva de amplitude política não deve prescindir, evidentemente, da formação de um campo majoritário que irá se expressar pelo voto nos encontros deliberativos de cada organização. Mas, na essência, uma central sindical precisa valorizar consensos para preservar seu caráter de maior amplitude, no lugar de se constituir exclusivamente como o espaço da maioria.

O 4º Congresso da CSP-Conlutas, ocorrido em 2019 em Vinhedo/SP, aprovou proposições que potencializaram e estimularam tanto o afastamento da classe trabalhadora organizada de seus sindicatos quanto a desmobilização dos trabalhadores e das trabalhadoras em geral. Neste contexto se insere a rejeição da proposta de participação da central no Fórum Popular, Sindical e das Juventudes, apresentada pelo ANDES-SN. Ou, ainda, a aprovação do “Fora Maduro”, que dialogou com setores da extrema-direita - inclusive com a política externa de Bolsonaro. Também a resolução sobre a Lava-Jato e a Vaza-Jato (“não é tarefa do movimento dos trabalhadores defender Lula Preso ou Livre”), numa espécie de endosso das teses de Sérgio Moro e Deltan Dallagnol. Tais deliberações demonstram o quanto a CSP-Conlutas está distante de ser uma entidade que acolha, ou ao menos respeite, opiniões diferentes daquelas que são postuladas pelo seu campo majoritário.

Em 2021, a CSP-Conlutas se somou aos atos pró-imperialistas contra Cuba convocados para ocorrer em 15/11, inclusive fazendo uma manifestação em frente ao consulado cubano em

São Paulo, apoiando os ataques contra o país caribenho. Mais recentemente, a referida central sindical apresentou teses dentro do Congresso da CNTE, atuando como uma espécie de fração ou corrente sindical junto àquela importante confederação.

Diante do cenário em que a referida central sindical tem atuado cada vez mais na perspectiva da fragmentação da classe trabalhadora, a assembleia geral do SindoIF SSind - Seção Sindical do ANDES-SN no IFRS - volta a encaminhar para a apreciação dos delegados e delegadas ao 40º Congresso o texto de resolução que apresentou quando do 39º Congresso. Por entender que o ANDES Sindicato Nacional precisa trilhar o caminho de construção da necessária unidade para reorganizar e fortalecer as ferramentas de luta de trabalhadores e trabalhadoras no país.

TR – 61

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) deverá encaminhar imediata desfiliação da CSP-Conlutas.

TEXTOS 62

Contribuição do GTPE da ADUFU (Iara Maria Mora Longhini; Leonice Matilde Richter; Lúcia Helena de Paula Menezes; Marina Ferreira de Souza Antunes e Olenir Maria Mendes) e da Diretoria Executiva da ADUFU (Sidiney Ruocco Junior; João Marcos Alem; Silma do Carmo Nunes; Vanessa Matos dos Santos; Diogo Gomes Novaes; Liliâne Parreira Tannus Gontijo; Edilson José Graciolli; Edilamar Rezende; Marisa Aparecida Elias; Karina Klinke).

RESOLUÇÕES 02/2019 E 01/2020: REVOGAÇÃO JÁ! POR UMA FORMAÇÃO QUE DEFENDA OS INTERESSES DAS/DOS TRABALHADORAS/RES⁶.

TEXTO DE APOIO

⁶ Texto elaborado pelo GTPE Adufu-SS ([Iara Maria Mora Longhini](#); [Leonice Matilde Richter](#); Lúcia Helena de Paula Menezes; Marina Ferreira de Souza Antunes e [Olenir Maria Mendes](#)) e pela [Diretoria Executiva da ADUFU-SS](#) ([Sidiney Ruocco Junior](#); João Marcos Alem; Silma do Carmo Nunes; Vanessa Matos dos Santos; Diogo Gomes Novaes; Liliâne Parreira Tannus Gontijo; Edilson José Graciolli; Edilamar Rezende; Marisa Aparecida Elias; Karina Klinke).

A conjuntura atual está marcada por uma visão de mundo que se opõe à difusão do pensamento científico, da diversidade cultural e reflexão filosófica, se constituindo num obscurantismo beligerante (DUARTE, 2018)⁷.

Neste contexto de incertezas tanto sanitárias quanto políticas, a formação de professores/as para a Educação Básica também registrou retrocessos. É necessário salientar que a formação de professores/as no Brasil tem se dado em cursos EAD e em instituições particulares.

As políticas educacionais adotadas pelo Conselho Nacional de Educação, nos últimos anos, têm provocado, na verdade, a destruição das políticas públicas educacionais e de parques direitos conquistados com muita luta por parte das trabalhadoras e dos trabalhadores em educação. Essas políticas afetam profundamente a escola, a Universidade e a educação básica, em especial, porque versam sobre a formação docente para a educação básica.

Defender a educação e a formação de professores e professoras é para nós, educadoras e educadores, lutar em defesa de um projeto de desenvolvimento nacional, comprometido com um projeto de sociedade que supere as históricas marcas da desigualdade social que estabelecem um sistema social, político e econômico, profundamente injusto e desigual, submetendo o povo brasileiro à miséria, à fome e ao desemprego, em função das reformas trabalhista, da previdência e da educação.

Nesta conjuntura, é necessário nos juntarmos às instituições que historicamente defendem a educação em nosso país, como a Anfope, a Anpae, a Anped e o Forumdir para: “Reafirmar o princípio constitucional da CF que define em seu Art. 207 - As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Tal princípio é atingido pelas novas diretrizes do CNE, ao indicar processos formativos que desqualificam o ensino, rebaixam a formação científica a ser oferecida aos futuros professores e impede as IES de desenvolver formas criativas de organização de seus cursos, estreitando e alinhando-os exclusivamente à Base Nacional Comum Curricular – BNCC - da educação básica e a competências e habilidades estritas a serem desenvolvidas nas licenciaturas. ”

Desta forma, podemos afirmar que a “grande tarefa” desta Resolução CNE/CP nº 2/2019 é a de reduzir a formação de professores/as e colocá-la a serviço de uma formação neotecnista para “a necessária aplicação” da BNCC. Ou seja, inaugura-se, com a Resolução CNE/CP nº 2/2019 uma concepção reducionista de docência, tendo como função principal o conhecimento e a aplicação da BNCC, transformando o/a professor/a em um aplicador de currículo.

A Resolução CNE/CP nº 2/2019, em sua essência, retoma os princípios de uma escola conteudista, pois a BNCC, por mais que modifique os termos e se estruture em cima de competências, habilidades e objetos de conhecimento, há uma predominância de definição de temáticas/conteúdos para a formação.

Por isso, afirmamos a necessidade premente do Andes/SN se aliar ao movimento nacional de repúdio e luta pela revogação das Resoluções 02/2019 e 01/2020 do CNE/CP e reafirmarmos os princípios formativos contidos nas Resoluções 02/2015 e 01/2006.

⁷ DUARTE, N. O currículo em tempos de obscurantismo beligerante. Revista Espaço do currículo (online), João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 139-145, mai/ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/issue/view/2121>.

Desta maneira, o Andes/SN seguirá firme na luta em defesa da Pedagogia e pela formação de educadoras e educadores críticos e comprometidos/as com um projeto de sociedade justa, igualitária e sem qualquer forma de discriminação ou preconceito.

TR – 62

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o Andes/SN realize o VII Seminário Estado e Educação e que as Resoluções nº 2/2019 e 01/2020 sejam temáticas a serem discutidas.
2. Que o Andes se junte às outras instituições (Anfope, a Anpae, a Anped e o Forumdir) em favor da revogação das resoluções 02/2019 e 01/2020.
3. Que o Andes se manifeste no CNE formalmente pela revogação das resoluções 02/2019 e 01/2020.

TEXTO 63

Contribuição da Diretoria da ADUFPel.

GTPE COMO ESPAÇO DE FORTALECIMENTO DA POLÍTICA EDUCACIONAL QUE DEFENDEMOS

TEXTO DE APOIO

O Andes/SN tem se constituído historicamente como um sindicato de luta pela ampliação de direitos da classe trabalhadora e da categoria docente. A existência dos grupos de trabalho no Andes/SN cumpre o importante papel de aprofundar discussões e análises que auxiliem nos debates realizados na base. A história do Grupo de Trabalho em Política Educacional (GTPE) é marcada pelo protagonismo na realização de eventos e na produção de materiais sobre projetos de lei, planos e programas de governo que vão de encontro aos princípios afirmados pela categoria. Nesse processo a articulação entre os grupos locais e a coordenação nacional é fundamental para que as pautas e os encaminhamentos reflitam e

respondam as demandas da base. Os dados e as análises produzidos nas seções sindicais são essenciais na formulação da pauta do GT nacional. Tanto as demandas locais quanto as demandas nacionais (de um governo que ataca permanentemente as instituições públicas de ensino) impulsionaram a realização de reuniões regulares, durante o ano de 2021, no GTPE da Adufpel. Estas reuniões assumiram e assumem caráter formativo e são imprescindíveis para estimular a participação de um número maior de colegas junto aos seus sindicatos, podendo contribuir, inclusive, para adensar as sindicalizações e, conseqüentes, frentes de lutas. No nosso caso, essas reuniões foram importantes para ampliar as discussões com a base sobre ações como Reuni Digital, Ensino Remoto, Mercantilização da Educação, Financiamento da Educação, entre tantos outros temas. Trabalhamos a partir da “escuta sensível” e do acolhimento, observando a fragilidade imposta pela questão sanitária vivida. Observamos o quanto foi necessário o diálogo pedagógico, político e mesmo experiencial dos professores e das professoras. Os subsídios para essas discussões foram extraídos de diálogos com colegas de outras instituições, de textos acadêmicos, de avaliações dos impactos locais de cada uma dessas ações. Entretanto, mesmo reconhecendo todas as dificuldades de um ano de excepcionalidade provocada pelo necessário distanciamento social imposto pela pandemia, entendemos que foram frágeis as relações entre o GTPE nacional e as seções sindicais, tanto na apresentação de um cronograma de trabalho, que desse conta das inúmeras demandas surgidas ao longo do ano, quanto na forma de organização das reuniões que foram convocados ao longo de 2021. Um cronograma de trabalho (mesmo que possa sofrer alterações) auxilia na organização das seções sindicais e permite que temas possam ser permanentemente sugeridos para análise em nível nacional. A forma de organização das reuniões pode contar com mesas redondas, expositores, palestrantes, mas precisa ir além disso e permitir análises consistentes da conjuntura que subsidiem os debates na base. Importante destacar este o propósito dos grupos de trabalho, assim como enfatizar a necessidade de permanente avaliação nas plenárias nacionais do que vem sendo encaminhado nas instituições e nas participações sindicais locais.

Não se trata de concessão de espaço e sim demarcar as pautas locais com suas especificidades, facilitando, desta forma, uma postura mais homogênea e fortalecida nas pautas nacionais.

Temos sentido a necessidade do GTPE auxiliar mais a diretoria, como historicamente fez, na construção dos planos de luta do Sindicato. Para isso, a construção de agenda com periodicidade, investindo em formulações com a contribuição da base do nosso sindicato, garantindo nosso processo coletivo através do "w". Estas são as principais deficiências que temos observado na prática atual.

TR – 63

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o GTPE priorize a realização de reuniões de estudos e produção de materiais, não descartando a realização de seminários, palestras ou outras modalidades de debates com convidados, para auxiliar a formulação de novas propostas de luta.
2. Estabelecer um cronograma para as reuniões do GTPE Nacional, obedecendo uma periodicidade, para possibilitar pronta avaliação e propostas de encaminhamentos frente às investidas das políticas governamentais contra o ensino público, gratuito e universal.

TEXTO 64

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Adriano Vitti Mota (ADUFRA); Albany Mendonça (APUR); Aloízio Soares Ferreira (ASPUV); Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG); Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV); Angelica Lovatto (ADUNESP); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU); Antônio Luís de Andrade – Tato (ADUNESP); Antônio José Mayhé Nunes (ADURRJ); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Celia Regina Otranto (ADURRJ); Cícera Vanessa Maia (SINDCEFET-MG); Dayse Iara dos Santos (ADUNESP); Dilenno Dustan (APES-JF); Fábria Barboza Heluy Caram (SINDCEFET-MG); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP); Fernando Ramalho Martins (ADUNESP); Francisco Carlos Duarte Vitória (ADUFPE); Gabriel Muñoz Palafox (ADUFU); Gilberto Marques Pereira (SINDCEFET-MG); Igor Mota Morici (SINDCEFET-MG); Janete Luzia Leite (ADUFRJ); João da Costa Chaves Júnior (ADUNESP); José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT); Juliana Barbosa de Segadas Vianna (ADURRJ); Lúcia Emília Letro Ribeiro (SINDCEFET-MG); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADURRJ); Marcelo Soares Pereira da Silva (ADUFU); Márcio Pereira da Silva (ADUNESP); Marisol Valencia (ADURRJ); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP); Monica Pirozi (ASPUV); Samuel França Alves (SINDCEFET-MG); Sueli Guadalupe de Lima (ADUNESP); Zenilde Moreira (ADUFERPE).

SOBRE A SAÚDE DO E DA TRABALHADORA DO ENSINO SUPERIOR: IMPASSES E PERSPECTIVAS DE SUPERAÇÃO DO SOFRIMENTO DOCENTE

TEXTO DE APOIO

O final do século XX é conhecido no cenário internacional como marco de uma crise estrutural do capital sob a égide do neoliberalismo dentro do qual Estados nacionais como o Brasil passaram a implementar reformas na sua estrutura e organização que por sua vez terminou trazendo impactos significativos às universidades públicas.

No âmbito das reformas implementadas especificamente na educação superior, estas ocorreram sob a pressão de organismos internacionais que procuraram inserir a educação pública no campo das atividades econômicas, sendo o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional duas dessas instituições, as quais sempre procuraram justificar que a existência de uma crise neste nível de ensino teria relação com um “colapso” no sistema provocado, em tese, pela ideia de não se contar com um Estado mínimo capaz de gerenciar as suas funções com maior eficiência e eficácia.

Para estes organismos, princípios tais como o da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão teriam contribuído para a formação de estruturas institucionais burocráticas e caras, daí o surgimento de propostas no interior de tais organismos internacionais,

que provocassem mudanças produtivas e eficientes de tal forma que as universidades fossem redirecionadas para funcionar de acordo com a sua principal “vocação” seja no campo da pesquisa ou do ensino incorporando-se ao mesmo tempo a serviço da mercantiliza o da educa o.

Como esperado, o movimento docente, a juventude estudantil, e o movimento sindical representante dos trabalhadores das institui es públicas de ensino superior reagiram a este tipo de proposi es em defesa da gratuidade e da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, ao mesmo tempo em que se dedicam a denunciar a diminui o de investimentos no ensino público superior, associado a uma profunda intensifica o do trabalho e a precariza o das condi es do trabalho docente. Isto, sem considerar, entretanto, o fato de que esta situa o terminaria também afetando diretamente as condi es de saúde desses servidores públicos.

Vale mencionar neste momento que o trabalho docente   considerado em termos gerais uma forma “trabalho imaterial”, onde predomina a atividade intelectual produtora de bens imateriais relacionados com o conhecimento e a práxis do ensino, da pesquisa, da extensão e até de gestão administrativa, cuja organiza o institucional exige contar com adequada infraestrutura, equipamentos, e suporte técnico e tecnológico necessários ao exercício da profissão.

Nesse contexto, o trabalho docente nas universidades federais geralmente   constituído pelo regime de dedica o exclusiva (DE) de 40 horas semanais de trabalho. Uma jornada que não pode ser considerada “formal”,   medida que a intensifica o das atividades docente associadas   precariza o das condi es de trabalho, vem exigindo atribui es que superam em muito as 8 horas diárias de trabalho. O resultado   uma agenda laboral que ocupa feriados e finais de semana, que deixam de ser utilizados para recompor energias por meio do repouso e do lazer. A consequência   o aparecimento de desgaste psicofísico, sofrimento e, finalmente, adoecimento – traduzido como perda da saúde do trabalhador.

Parte da intensifica o do trabalho docente encontra-se relacionado com a cada vez mais crescente inser o docente no campo da pós-gradua o e todas as exigências advindas das agências de fomento (notadamente o CNPq, a Capes e as Funda es de Amparo   Pesquisa estaduais) para – em tese – garantir a qualidade dos cursos de mestrado e doutorado. Não obstante, estas exigências terminam por exercer forte controle sobre as pesquisas que estes profissionais realizam, implicando no risco de exclusão dos auxílios destas agências, caso não consigam alcançar critérios avaliativos estabelecidos. Todo este processo tem contribuído para acirrar ambientes de competi o entre os próprios docentes-pesquisadores na disputa por recursos financeiros destinados   realiza o de produ o científica. Isto, considerando ainda o surgimento, ao longo dos anos, de uma cultura produtivista nas universidades que de alguma forma tem contribuído para gerar e se formarem espaços de extrema competitividade, revelando problemas relacionados a questões emocionais e físicas que se manifestam sob a forma de estresse, gastrites, labirintites e dores de cabeça, dentre outros problemas de saúde que provocam extremo sofrimento aos docentes.

A importância de trazer estas questões tem a ver com o fato de que, durante muitos anos, a crítica da precariza o das condi es de trabalho nem sempre esteve relacionada com a necessidade de serem implementadas políticas de **saúde** especificamente destinadas ao atendimento dos servidores públicos, tais como neste caso o do quadro docente.

Desde os anos 1970 começou a ser estudada a rela o entre condi es de trabalho e a saúde no âmbito da Medicina Social associada   Saúde Pública e   Saúde Coletiva fora da lógica instituída pelo campo denominado de saúde ocupacional. Da mesma forma, a luta sindical no ensino superior público contribuiu para que surgissem articula es políticas que confluíram, por exemplo, para a cria o da Comissão Intersindical de Saúde e Trabalho (CISAT) localizada no Estado de São Paulo, que por sua vez contribuiria para a funda o do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT) do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioecon micos (DIEESE). O DIESAT teve uma contribui o significativa ao produzir informa es que pudessem

fundamentar a luta sindical, formando, nos anos 1980, assessorias em saúde e trabalho orientadas para a elaboração de propostas e políticas neste setor.

No que diz respeito às universidades públicas, que as políticas neoliberais implementadas durante a década dos anos 1990 terminaram afetando de forma significativa o seu perfil à medida que se intensificou a privatização no interior de praticamente todos os serviços públicos do país. Nesse contexto, depois da implementação da Política de Assistência à Saúde do Servidor (PASS) efetivada no final dos anos 1980, quando começaram a ser colocadas em prática ações de promoção e assistência e vigilância no campo da Saúde pública que confluíram para a organização e realização da Conferência Nacional de Recursos Humanos da Administração Federal, ocorrida no final dos anos 2000, e que deu origem ao Subsistema de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) por meio do Decreto nº 6.833/2009.

O SIASS teve como objetivo implantar a política de assistência à saúde dos trabalhadores por meio da formação de uma rede de unidades que atenderiam o conjunto de servidores federais, os quais já vinham sofrendo o impacto das reformas neoliberais instituídas, ao sentirem os efeitos da enorme sobrecarga de trabalho, do produtivismo, da meritocracia, da intensificação do trabalho e da precarização das condições de trabalho, geradoras de estresse e adoecimento entre os docentes universitários, à medida que se instava um modelo de gestão pública ancorado numa racionalidade organizacional tecnicista e em processos avaliativos de natureza quantitativa em relação ao trabalho docente. Isto, enquanto diminuía as contratações por concurso público em relação às demandas cada vez mais crescentes do ensino público superior.

Uma análise da literatura da área nos permitiu identificar que o segmento docente universitário vem apresentando cada vez mais sintomas de cansaço mental, estresse, ansiedade, esquecimento, frustração, nervosismo, angústia, insônia, depressão, distúrbios do sono, mudanças do humor e do comportamento, e até síndrome de *burnout*.

Deve-se considerar também que, apesar da implementação, durante os anos 2000, de um conjunto de políticas destinadas à criação de novas universidades públicas, de novos cursos, e da expansão de vagas para acesso da população às instituições existentes, a intensificação do trabalho docente foi exacerbada devido à falta de recursos financeiros, infraestrutura, e pela quantidade insuficiente de docentes que seriam necessários para atender às crescentes demandas, tanto dos cursos de graduação quanto de pós-graduação.

Conforme já aludido, a lógica de fomento a pesquisa instituída terminou contribuindo de forma significativa para incentivar a competição entre instituições e entre docentes, ao serem promovidos mecanismos de financiamento individual e o estímulo à meritocracia.

Esta forma de competição terminou por gerar conflitos interpessoais que, além de prejudicar de forma significativa a prática do trabalho colaborativo, trouxe também o surgimento de sentimentos de isolamento socioafetivo resultantes, dentre outros aspectos, da perda de laços de solidariedade no ambiente de trabalho.

Diante da naturalização da competitividade, o fato é que a ação individual destes trabalhadores pode ser considerada um dos fatores que também vem contribuindo para que estes não se envolvam e participem da discussão de grandes temas coletivos de interesse não somente para a universidade e a sociedade, mas particularmente para aquelas atividades relacionadas com as lutas sindicais por direitos, melhores salários e condições de trabalho.

Esta questão é de fundamental importância à medida que a falta de participação e envolvimento docente nos processos de organização coletiva/sindical pode ser vista como uma das manifestações concretas da precarização associada aos mecanismos concorrenciais instituídos, ao individualismo e à enorme divisão social do trabalho docente presente nas estruturas institucionais das universidades públicas sob a forma de uma enrijecida e pesada burocracia.

Finalmente, vale destacar aqui outro aspecto relacionado à saúde da classe trabalhadora docente que se encontra presente em toda a estrutura universitária. Trata-se da questão do

assédio moral, transformado em tema e objeto de políticas que, dentre outros aspectos, vem procurando, particularmente nestes tempos bolsonaristas, combater a constante prática de perseguição de docentes por motivos ideológicos e políticos, associado também à paradoxal prática do autoritarismo manifesta por gestores, também docentes, muitas vezes colegas de trabalho.

Por outro lado, preocupado com as questões relacionadas com a saúde docente e a precarização das condições de trabalho, o Andes Sindicato Nacional da categoria docente das instituições públicas de ensino superior, chegou a formar nos últimos anos grupos de trabalho (GT) orientados para analisar, avaliar e propor políticas destinadas a tratar das condições de saúde e de trabalho dos professores universitários, incluindo aqui aos docentes aposentados nestas instituições, como forma de continuar a resistir aos impactos mercadológicos e privatistas governamentais, e continuar a lutar pela defesa da universidade pública, laica, gratuita e de qualidade.

Nestes grupos tem sido possível identificar dentre outros aspectos, que ao serem abordados na realidade para tomarem consciência política da condição e do estado de precarização em que trabalham na qualidade de docentes, muitos ainda não se vem nem se consideram parte da “classe trabalhadora”, mas uma espécie de indivíduos dotados do poder e da prerrogativa acadêmica que os situa na condição de intelectuais autônomos que devem manter distância das questões sindicais para não serem “contaminados” por questões ideológicas e mesmo políticas.

Essas políticas foram impostas de cima para baixo, muitas vezes açucaradas por incentivos, bolsas e mesmo por pontuações e “rankings” que praticamente obrigam o docente ao produtivismo como sobrevivência e forma única de ascensão na carreira. Esses expedientes foram inseridos de maneira insidiosa ou às vezes nem tanto, fazendo parte cada vez mais do nosso cotidiano e transformando colegiados em “tribunais de execução”. Mas entendemos também que o seu enfrentamento se dá no corpo a corpo, no “chão” das nossas IES. É preciso transformar o acúmulo, os estudos e relatórios, e mesmo os encaminhamentos que tivemos nos últimos anos em ação, com a participação direta da base docente, nos seus locais de trabalho.

É preciso sistematizar e desvelar os mecanismos que conformam este quadro de adoecimento, cada vez mais grave, preparando instrumentos e organizando ações que aconteçam nos laboratórios, nos colegiados, nas salas de aula, na gestão das IES. As instâncias de pós-graduação hoje são o principal espaço onde se reproduzem as políticas nefastas produtivistas que têm substituído a solidariedade, o trabalho coletivo e as relações humanas em disputas competitivas, hostis, quase antropofágicas. É preciso mudar isto, a partir daqueles espaços.

TR – 64

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que a Diretoria do Andes-SN, com a participação do GTPE, GTPFS e GTSS, produza documentos que sistematizem, desvelem e que sirvam de instrumento de luta contra o produtivismo, o regime desumano, baseado apenas na competição, e contra a precarização do trabalho docente, de modo a combater o adoecimento, o *burnout* e outros efeitos para a saúde física e mental.
2. Que as Seções Sindicais realizem esforços no sentido de produzir documentos e estudos a serem pautados nos Colegiados das Instituições de Ensino Superior, em especial nos Colegiados da Pós-Graduação, a fim de problematizar, denunciar e encaminhar novas formas de participação docente, que respeitem o tempo familiar e pessoal, de descanso, o lazer, a saúde

mental e física, sem prejuízo na sua carreira, no acesso a projetos e ações institucionais e no *ranqueamento* de suas atividades profissionais.

TEXTO 65

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Cecília Maria Izidoro Pinto (ADUFRJ), Céli Palácios (ADUFRJ), Cleusa Santos (ADUFRJ), Cristina Miranda (ADUFRJ), Eduardo Maia (ADUFRJ), Fernanda Vieira (ADUFRJ), Graça Reis (ADUFRJ), Jorge Ricardo (ADUFRJ), Laís Buriti de Barros (ADUFRJ), Luciano Prado da Silva (ADUFRJ), Maya Inbar (ADUFRJ), Michele Fonseca (ADUFRJ), Renata Flores (ADUFRJ), Renato Mendonça Barreto da Silva (ADUFRJ), Rogéria Mota de Ipanema (ADUFRJ), Alexandre Palma de Oliveira (ADUFRJ), Luciana Boiteaux (ADUFRJ), Thais Motta (ADUFRJ), Sara Graneman (ADUFRJ), Antoniana Defilippo (ADUFF), Vitor Leonardo (ADUFF), Eblin Farage (ADUFF), Carlos Augusto Aguilar Junior (ADUFF), Sonia Lucio Rodrigues De Lima (ADUFF), Felipe Brito (ADUFF), Marina Cavalcanti Tedesco (ADUFF), Edson Teixeira da Silva Júnior (ADUFF), José Rodrigues (ADUFF), Rodrigo Torquato (ADUFF), Clarice Carvalho (ADUFF), Juarez Duayer (ADUFF), João Claudino Tavares (ADUFF), Juan Retana Jiménez (ADUFF), Kátia Marro (ADUFF), Maria Raimunda Penha Soares (ADUFF), Ramiro Marcos Dulcich Piccolo (ADUFF), Renata Cardoso (ADUFF), Suênya Santos (ADUFF), Susana Maria Maia (ADUFF), Virgínia Fernanda Januário (ADUFF), Francine Helfreich Coutinho dos Santos (ADUFF), Felipe Brito (ADUFF), João Claudino Tavares (ADUFF), Wanderso Mello (ADUFF), Aruã Silva de Lima (ADUFAL), Micael Carvalho dos Santos (APRUMA), Denise Bessa Leda (APRUMA), Celia Soares Martins (APRUMA), Joanir Pereira Passos (ADUNIRIO), Celso Sanchez (ADUNIRIO), Javier Lifschitz (ADUNIRIO), Bruno José de Oliveira (ADUNIRIO), Rodrigo de Souza Dantas (ADUNIRIO), Thereza Cardoso (ADUNIRIO), Cleier Marconsin (ASDUERJ), Luis Paulo Borges (ASDUERJ), Máira Freitas (ASDUERJ), Andressa Lacerda (ASDUERJ), Ana Carolina Barbosa (ASDUERJ), Joana Xênia (ASDUERJ), Lorene Figueiredo (APES-JF), Luciane Soares da Silva (ADUENF), Gustavo do Nascimento Lopes (ADESFAETEC), Selma Maria da Silva (ADESFAETEC), Daniel Antiquera (ADUFPB), Eliane Maciel (ADUFPB), Mariana Trotta (ADUFRJ), Claudia Piccinini (ADUFRJ); Gisele Souza (ADUNIRIO), Morena Marques (ADUNIRIO) e Cláudio Ribeiro (ADUFRJ).

AVANÇAR NA LUTA ANTIRRACISTA NO ÂMBITO DO ANDES-SN!

Conselho

Quem estanca o sangue

Que escorreu?
Quem sutura a língua e a boca
Arrancadas no meio da fala?

Quem devolve o feto primeiro
De esperança trabalhada?
Quem resgata o tempo
e anula a doença
que comeu a saúde da África?

Vai um alerta:
Não me procure para anular delitos,
que eu não quero, por ser vítima,
agasalhar memórias.
Não vou velar insônia de ninguém.

(Guimarães, Geni. Balé das emoções – poemas, segunda edição, Equilíbrio Editora: Piracicaba, s/d)

No 38º Congresso do ANDES-SN, realizada em Bélem-Pa, docentes negras e negros da base do ANDES-SN se reuniram e apresentaram uma carta intitulada “O lugar das questões étnico-raciais no movimento docente” trazendo uma síntese da análise da conjuntura das relações étnico-raciais no Brasil e das bandeiras de luta, documento que segue atual e que deve ser resgatado para este momento de realização do 40º Congresso.

Tal como apontado na Carta ao 38º Congresso a construção da pauta antirracista precisa incorporar temas distintos: a garantia de continuidade da política de ações afirmativas com ampliação desta política para pós graduação e concursos públicos, a demarcação de territórios quilombolas combatendo a violência física sobre esta população e da violência obstétrica cometida em sua maioria contra as mulheres negras. A denúncia da precarização do trabalho levando em consideração diferenças salariais entre negros e brancos, o combate às diferentes formas de intolerância religiosa (com especial atenção às religiões de matriz africana), a denúncia de seletividade penal e contra as constantes mortes em favelas e periferias em todo o país. E, no âmbito das relações interpessoais, a luta contra a violência doméstica e o feminicídio que atinge igualmente o corpo das mulheres negras, no campo da saúde, luta contra a violência obstétrica.

Importante ressaltar que o racismo é condição fundante da exploração capitalista. Ideologia, construída para sedimentar a dominação européia sobre outros continentes e povos, o que fez com que a diferença étnico-racial tenha se transformado e se mantenha como uma ferramenta para o estabelecimento e o aprofundamento das desigualdades sociais.

Reconhecemos a importância dos movimentos negros das décadas de 70 e 80 para construção das políticas de valorização da cultura negra e seu papel na denuncia da lógica genocida da colonialidade e seus impactos no processo de consolidação do capitalismo enquanto modo de produção.

Identificamos a necessidade de o movimento sindical aprofundar suas ações, promover aproximações com os coletivos negros, com as/os professoras/es pesquisadoras/es negras e com os NEABIs para efetivar a política sindical de defesa das Cotas e de enfrentamento ao racismo.

Deixamos o chamado às direções/gestões das SSinds para que no seu cotidiano de militância sindical construam espaços de acolhida, debate, encontros, e de luta sobre estes temas e que sejam proativas nessa caminhada.

Que possamos somar forças à consolidação de políticas de permanência, e assistência estudantis e de acompanhamento de estudantes cotistas egressas/os. Políticas, que devem estar alinhadas à criação de efetivos espaços de participação e oportunidades para que estudantes cotistas se envolvam, a partir das suas realidades de classe trabalhadora, nas experiências e programas de iniciação científica, de extensão e de monitorias nas diferentes áreas do conhecimento. E, que possamos contribuir com as iniciativas de ampliação e consolidação de propostas de implementação da Educação para as Relações Etnico-raciais(ERE), tendo como centralidade o debate no âmbito dos cursos de licenciaturas.

Faz-se necessário reconhecer a importância e o papel pedagógico das Comissões de heteroidentificação e dos Coletivos Negros no âmbito das instituições como espaços de consolidação e defesa das políticas de cotas e de enfrentamento às fraudes no sistema, na medida em que não há dúvidas de quais são os corpos que sofrem com o racismo no Brasil. Vivemos ainda sob um racismo de marca. E estejamos na defesa da constituição de comissões colorais e diversas!

É preciso que assumamos como campo de luta a efetiva implementação da Lei 12.990, Lei de cotas raciais nos concursos públicos federais e suas correspondentes nos Estados, entrando na seara da constituição dos editais, na medida em que são nestes processos que a lei se dissipa. É preciso que entremos nesta disputa para alterar a composição da nossa base.

É preciso reconhecer que, mesmo com os avanços experimentados no último período, o movimento sindical ainda se constitui como um espaço branco e machista, cis-heteronormativo, sendo central a profunda reflexão sobre qual o lugar das lutas antirracistas, antimachistas, antilgthfóbicas no interior da luta classista. Assim, faz-se necessário o investimento em debates sobre a questão racial no contexto brasileiro, considerando as contribuições de autoras e autores negras e negros sobre o racismo supremacista branco, apontando estratégias de superação.

Com racismo não haverá igualdade social!

Amanda Fica! Pela desburocratização do acesso dos estudantes cotistas às universidades públicas!

Quem mandou matar Marielle Franco e Por quê?

Eles combinaram de nos matar, e nos combinamos de não morrer!

Vidas negras importam!

Fora Bolsonaro!

TR – 65

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que as Seções Sindicais contribuam para a consolidação de políticas de permanência, e assistência estudantis e de acompanhamento de estudantes cotistas egressas/os, na perspectiva de criação de efetivos espaços de participação baseado no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão.

2. Que as Seções Sindicais contribuam para a criação e a defesa das Comissões de Heteroidentificação, com constituição plural no que se refere a cor/raça, gênero e orientação sexual, como espaço de enfrentamento às fraudes na política de cotas.
3. Que o ANDES-SN, suas Secretarias Regionais e suas Seções Sindicais construam estratégias de defesa da Lei de Cotas para concurso público, Lei 12.990/14 e suas correspondentes nos Estados, incentivando o acompanhamento da constituição dos editais.
4. Que o ANDES-SN, suas Secretarias Regionais e suas Seções Sindicais ampliem as ações de defesa da Lei de Cotas para o ingresso na graduação, Lei 12.711/12, e suas correspondentes nos Estados e sua ampliação para os programas de pós graduação.
5. Que as Seções Sindicais em articulação com as Secretarias Regionais promovam debates e rodas de conversa sobre questão étnico-racial no contexto brasileiro, envolvendo para sua construção os Coletivos Negros das IES e CEFET, NEABIs, Grupos de Estudos sobre a temática e representação do Movimento Negro.

TEXTO 66

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: José Domingues de Godoi Filho (ADUFMAT); Francisco de Arruda Machado (ADUFMAT); Haya Del Bel (ADUFMAT); Irenilda Ângela dos Santos (ADUFMAT); Waldir Bertúlio (ADUFMAT); Althen Teixeira Filho (ADUFPEL); Antônio Luís Andrade (ADUNESP); Carlos Domingos da Silva (ADUR-RJ).

ATIVIDADE MINERÁRIA, ENERGIA E QUESTÕES SÓCIOAMBIENTAIS: A NECESSIDADE DE MAIOR ENVOLVIMENTO DO ANDES-SN.

TEXTO DE APOIO

Devido o tempo previsto para o encerramento do 39º Congresso do ANDES-SN, não houve possibilidade da plenária do tema III apreciar o TR que estamos rerepresentando, tendo em vista sua importância para a pesquisa e formação de pessoal pelas universidades, bem como para o desenvolvimento econômico do país e suas implicações socioambientais.

O ANDES-SN pode contribuir incentivando a discussão, em sua base, dos Planos Nacional de Mineração 2030 e 2050(em fase de elaboração), suas as relações com o Plano Nacional de Energia 2050, as questões socioambientais envolvidas, as implicações na formação de pessoal, o desenvolvimento de tecnologias e sugerir melhorias na atividade minerária incluindo temas como: prevenção e mitigação dos impactos socioambientais do setor,

os efeitos cumulativos de diferentes empreendimentos minerários (incluindo porto, minerodutos, ferrovias, alternativas energéticas, etc.), coexistência da atividade minerária com outras atividades, o conceito de territórios livres de mineração, mineração em terras indígenas e pressão econômica gerada pela atividade minerária.

Como analisado pelo Texto de Apoio que foi apresentado no congresso supracitado:

Num mundo extremamente dependente dos recursos minerais, de energia e outras matérias primas, a demanda por tais recursos aumentou e acelerou o desenvolvimento da indústria extrativa. A voracidade, em especial, pelos recursos minerais vem representando uma ameaça real para a paz e para a segurança da espécie humana.

Por exemplo, os conflitos no Mali (África) e os bombardeios franceses realizados, com a justificativa falaciosa de conter o terrorismo fundamentalista, escondem a disputa pelo urânio da região, explorado pela estatal francesa Areva. Outro exemplo, bem próximo, é a atual situação social, política e econômica enfrentada pela Bolívia, Chile e Argentina que, dentre outras variáveis, inclui o denominado “triângulo do lítio”, onde se concentra a maior reserva de lítio do mundo. A importância do lítio vem crescendo devido sua utilização na indústria de baterias recarregáveis para veículos elétricos e híbridos. Isso sem esquecer que a indústria dos EUA, Japão, França, Alemanha, Inglaterra e Comunidade Europeia dependem em quase 100% de cromo, cobalto, platina, manganês, tântalo, estanho, níquel, tungstênio, vanádio, zircônio, titânio e nióbio.

As disputas geopolíticas envolvendo os EUA, a China e a Rússia têm ampliado a demanda pelos recursos naturais e energia, de tal maneira que a exploração de minerais e combustíveis fósseis atingiu níveis impensáveis. Nesse cenário, tem aumentado a pressão das empresas sobre os Estados para obtenção de facilidades e para o desenvolvimento de seus distritos minerais, especialmente, nos países da América Latina.

A exploração dos recursos naturais na América Latina e no Brasil teve sua retomada mais recente na reestruturação econômica ocorrida nos anos 90, na maioria dos países. Apoiado pelos governos, os investimentos estrangeiros se tornaram objeto do desejo e, nesse sentido, foram implementadas privatizações de empresas, assinados decretos, leis e regulamentações com o objetivo de atrair os investidores estrangeiros, aceitando as propostas e reivindicações das empresas transnacionais. Obviamente, a pressão dos investidores para a exploração dos recursos naturais também significou pressão sobre os ecossistemas e as comunidades que compartilham seus territórios com jazidas minerais, hidrelétricas e outras obras de infraestrutura destinadas à produção de recursos naturais, principalmente para exportação.

As empresas envolvidas com a exploração de recursos minerais invariavelmente se apresentam prometendo melhorias nas condições de vida das populações: prometem a construção de escolas, hospitais, estradas e geração empregos. Contudo, o que se observa é que as comunidades locais experimentam o aumento da pobreza, destruição dos meios de sobrevivência, conflitos violentos, desrespeito aos direitos humanos, degradação ambiental e corrupção.

As empresas de mineração pouco se importam com as comunidades locais e com o próprio Estado; transformando a atividade em sinônimo de pilhagem dos recursos naturais e destruição ambiental. Quando as comunidades conseguem se mobilizar para questionar os empreendimentos, não encontram respaldo nas instâncias pertinentes para que suas demandas sejam atendidas; ao contrário, os conflitos aumentam e, não raramente, atingem níveis de violência com altos custos sociais para as comunidades e o ambiente.

“Por outro lado, não se trata aqui de se posicionar contra a atividade minerária, pois a espécie humana ainda necessita da extração dos bens minerais para sua sobrevivência e desenvolvimento de suas atividades. A mineração, em seus diversos segmentos, é um setor fundamental para a definição e manutenção de um padrão de consumo na escala mundial via o fornecimento de matérias-primas para diferentes cadeias produtivas, desde a agricultura até bens de consumo em geral. Assim, o que está em questão, não é a atividade minerária, mas o modelo adotado, que privilegia margens de lucro maiores e continuamente crescentes. Um novo modelo tem que ser discutido e construído, uma vez que a demanda por recursos naturais deve atender as necessidades da espécie humana. A atividade minerária não pode se manter como um processo de expropriação de populações para atender os interesses de alguns poucos. Para que, para quem e o que as alegadas demandas do modelo atendem, ou escondem, são perguntas que devem ser respondidas com clareza”. (Godoi Filho, in press).

É urgente discutirmos as condições em que realizam a atividade minerária em nosso país, além de deixar clara a contradição entre as promessas que são feitas e o modelo de desenvolvimento econômico dependente que se concretiza e que não reduzem as desigualdades sociais, degradam as condições socioambientais, aumentam os conflitos e geram acontecimentos trágicos e criminosos como os ocorridos em Mariana e Brumadinho.

O Plano Nacional de Mineração 2030(PNM-2030), elaborado pelo Ministério de Minas e Energia entre 2008 e 2010, foi apresentado como uma perspectiva de grandes investimentos na produção mineral para atender o processo de exportação em grande escala. Claramente, o PNM-2030 visa atender as demandas da globalização e os interesses de investidores e corporações nacionais, multinacionais ou transnacionais.

Nesse contexto, com as modificações ocorridas na conjuntura mundial, de 2020 até o momento com a guerra da Ucrânia, é fundamental o debate sobre a relevância dos agrominerais, dos minerais estratégicos, dos energéticos, dos essenciais à saúde, dos utilizados na construção civil, sem perder de vista o grande potencial mineral para ferrosos (Fe, Mn), não ferrosos (Al, Cr, grafita, talco, Sn, W), metais preciosos (Au), metais-base, (Pb, Cu, Zn) e estratégicos (Co, Li, Ta, ETR, Pt, Pl, Tl, Nb, Ni, V), dentre outros, tanto no continente, quanto nas áreas oceânicas bordejando a costa brasileira, como também na Antártica.

TR – 66

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN se articule e apoie as atividades nacionais do MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração, para a denunciar os conflitos gerados pela atividade minerária e debater um outro modelo de uso e exploração dos recursos naturais não-renováveis e energéticos.
2. Que o GTPAUA e o GTCT realizem uma reunião conjunta para discutir os Planos Nacional de Mineração 2030 e 2050 e o Plano Nacional de Energia 2050.
3. Que o ANDES-SN organize, em 2022, um simpósio nacional com a participação do MAM e de personalidades do setor mineral oriundas do mundo acadêmico e governamental, incluindo uma publicação que reflita as preocupações e sugestões surgidas durante os debates.

TEXTO 67

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Luís Silva (SINDIFPI), Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI), Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT), Gisele Cardoso Costa (ADUA), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Mônica Vermes (ADUFES), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Sandra Moreira (ADUFPA), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Marco A. Escher (APES-UFJF), Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFSM).

A GUERRA DA RÚSSIA SOBRE A UCRÂNIA: REFLEXÕES IMPORTANTES

TEXTO DE APOIO

1. Introdução

Em meio ao período que antecede o congresso do ANDES-SN, fomos surpreendidos com um cenário de imensuráveis consequências à humanidade: a guerra. A Rússia anuncia a guerra contra a Ucrânia, desabando uma série de inseguranças, intensificando a instabilidade e deixando sem destino mais de dois milhões de refugiados pelo mundo, até a data desta publicação. Tudo isso, em meio a um cenário que já se encontrava assolado na incerteza e polarização.

Quando uma guerra é noticiada, nunca é simples de se compreender. Existem diversos desdobramentos e elementos que compõem o espectro da guerra que ultrapassam os contextos econômicos. Sem dúvida esse é um fator determinante e relevante, cujo aspecto deve ser evidenciado e pelo qual partem as principais análises. Mas, para além disto, num mundo capitalista globalizado, é preciso compreender os diversos desdobramentos também sob o contexto político e social. Há ainda um outro fator de extrema importância, que são os impactos deste cenário para o resto do mundo, com destaque para o Brasil, uma vez que aqui vivemos.

Dessa forma, compreender a guerra é também traçar cenários, delinear caminhos e entender, em sua dinâmica, como nós, professores e professoras, poderemos atuar no contexto da luta de classes a partir da nossa localização. Isso porque mobilizar as massas, organizar as lutas e batalhas necessárias, trabalhar o internacionalismo e as contradições do capitalismo como forma de destruir esse sistema são os elementos que nos colocam nesse congresso. É, portanto, mediante esse esforço de buscar compreender a realidade para intervir sobre ela, com o propósito de construir uma sociedade socialista e abolir de vez a propriedade privada, que apresentamos as reflexões que se seguem sobre a guerra da Ucrânia.

Para tanto, iniciamos considerando aspectos históricos que transbordam à história recente, especialmente a partir de 2013/2014. Tal guerra nos remonta ao contexto do Leste Europeu, da URSS, e, dando um salto histórico, à queda do Muro de Berlim, em 1989. Deste

ponto, outro salto histórico até o período de crise econômica desse século, iniciada em 2008 com as bolhas especulativas dos EUA (no Brasil chamada de “marolinha”), cujos efeitos respingaram na segunda década dos anos 2000 (2010-2020), período “coincidente” com a revolução ucraniana.

É dessa forma, portanto, que nossa análise busca apresentar percepções que abarcam o contexto histórico, mas que também olham para questões econômicas, sociais, políticas. Tudo isso na perspectiva de compreender essa guerra no cenário mundial e seus impactos, bem como traçar um recorte de como a guerra também impacta de maneira direta no Brasil. Isso implica numa caracterização não linear, definida sob tais aspectos em específico, dada a múltipla determinação dos temas e pela transversalidade, que traz reflexões sobre temas como racismo, machismo, LGBTfobia e xenofobia.

Destaque-se que o curto prazo de elaboração, que é concomitante aos fatos e próximo ao congresso que se avizinha, como diferente não poderia ser, reforça que é necessário iniciar processos coletivos de elaboração e compreensão. Inclusive e especialmente por esse cenário, nenhuma elaboração dará conta de ser completa, motivo pelo qual intitulamos de “reflexões”. Compreendemos, portanto, que somente a elaboração coletiva dará conta de preencher as lacunas que esse texto trará, e bem como poderá conectar essas a outras elaborações que desse congresso surjam e também refutar compreensões que eventualmente se revelem imprecisas por estarem sendo produzidas “no calor dos acontecimentos”.

É, portanto, valendo-se desse preceito de uma análise mais apurada a partir da elaboração coletiva produzida pelas reflexões que transcorrerão nesse congresso, que apresentamos nossas reflexões sobre a Ucrânia, a guerra e suas implicações. Com objetivo de contribuir, inclusive, para compreensão do cenário nacional, das consequências políticas, econômicas e sociais que desencadearão no Brasil, traçando cenários para nos armarmos politicamente para as lutas que virão.

2. Localização geográfica e elementos históricos

Nesse tópico a centralidade será dada à Ucrânia, abordando elementos de sua localização geográfica, histórico de formação e o peso da luta pela liberdade. Na sequência, avança-se para um breve olhar sobre a Ucrânia soviética, chegando às pressões do neoliberalismo e o contexto atual.

2.1. Localização geográfica

A Ucrânia está localizada no que chamamos de Leste Europeu. Faz fronteira com Rússia, Belarus, Polônia, Eslováquia, Hungria, Romênia e Moldávia. Parte de seu antigo território, a Crimeia, aproxima-se da Turquia, da Bulgária, Geórgia e Romênia por meio do Mar Negro. A Crimeia foi anexada ao território russo após a revolução ucraniana de 2014.

Tanto a Ucrânia como seus vizinhos, localizam-se na área que compõem a “fronteira” ou a “passagem” entre as chamadas Europa Ocidental e Europa Oriental. Esse é um fator importante nessas análises uma vez que a Europa Ocidental como símbolo de exemplo “civilizatório” está presente nas narrativas que compõem os conflitos, bem como elementos racistas e xenofóbicos que daí desembocam. Porém, em uma economia capitalista, tais elementos são utilizados como mecanismos de retórica visando a divisão da classe, com elementos econômicos que o suplantam.

No entanto, os elementos econômicos serão tratados em separado e os elementos transversais pincelados à medida dos contextos. Por ora, objetivo centra-se na localização

geográfica para apresentar o histórico no qual tais conflitos incidem. Até aqui e, ainda superficial, tais percepções restam apenas para o contexto de observação.

2.2. Da formação da Ucrânia

A literatura aponta que os primeiros assentamentos humanos na região remontam a períodos de cerca 4.500 a 3.000 a.C. e, como diversas outras nações, passaram por processos diversos de ocupação. Nestes processos, houve impactos civilizatórios da Grécia antiga, Impérios Romano e Bizantino, bem como conflitos territoriais e outros processos similares a diversas formações de nações cujo centro não é impactante na presente análise. Ressalta-se, porém que, na Idade Média, as relações conflituosas e amálgamas ocorreram envolvendo especialmente a Rússia e a Polônia, mas também Áustria, Prússia e entre outras regiões próximas.

Seus territórios foram sempre alvo de anexação, disputas e suas fronteiras tiveram diversos redesenhos. Tanto deste ponto do desenho de suas fronteiras, tendo seus territórios por vezes subordinado a nações distintas, como da relação de dependência econômica, a questão de uma Ucrânia livre, independente e democrática tem sentido enraizado na história recente dos últimos cem ou cento e poucos anos. Por óbvio a Ucrânia não é exceção à regra, já que muitos países são formados a partir disputas, guerras, povos de origens diversas e culturas diversas e várias nações são oprimidas.

Porém, este é um dos marcos que compõem a complexidade da formação da Ucrânia que sequer tem tal independência assentada. Sem desprezar que não exista relação plena de independência no atual sistema, dadas as relações capitalistas de dependência e o imperialismo, este tema será abordado mais adiante. Isto porque para compreendê-lo é importante passar por alguns momentos históricos de destaque, iniciando pela revolução proletária que mudou a geopolítica.

2.3. A Ucrânia, a URSS e a queda do muro de Berlim

O proletariado russo faz uma revolução que acentua um novo cenário mundial e a Ucrânia também é impactada. Ainda em 1917, é estabelecido em Kiev um conselho central Rada (parlamento), após o colapso do Império Russo. No ano seguinte, a Ucrânia declara sua independência, desdobrada em uma guerra civil no qual vários governos rivais disputam o controle de parte ou todo o território ucraniano.

Em 1921, um terço do seu território fica com a Polônia e dois terços são conquistados pelo Exército Vermelho, estabelecendo-se a República Socialista Soviética da Ucrânia. Na década seguinte, a Ucrânia passa a sofrer com o terror pela política de Stálin que levou à morte de milhares de ucranianos por fome e frio. Este período, entre 1931 e 1933, ficou conhecido como Holodomor, palavra ucraniana para designar “deixar morrer de fome”, “fome-terror”.

Em 1939, a questão da independência da Ucrânia volta ao cenário. Destacamos dois artigos de León Trotsky neste cenário, um intitulado “A questão da Ucrânia” e outro chamado de “A independência da Ucrânia e a confusão sectária” que trata da autodeterminação das nacionalidades oprimidas. Neste último texto, considera que “a estrutura federada da União Soviética deveria ser fruto de um compromisso entre o centralismo que exige uma economia planificada e a descentralização necessária para o desenvolvimento das nações que no passado estavam oprimidas”.

Para Trotsky, esta cooperação deveria se dar no “sentido de promover a experiência da colaboração econômica, política e cultural” e completa observando que “a própria origem do regime totalitário e a sua intensificação cada vez mais brutal, especialmente na Ucrânia, provam

que as massas ucranianas são irreconciliavelmente hostis à burocracia soviética” (em “A independência da Ucrânia e a confusão sectária”). Suas observações vinham no sentido de mostrar que as políticas de Stálin reforçavam um repúdio à organização soviética, trazendo sempre à baila a questão da independência cujos anseios de liberdade fundiam-se ao nacionalismo.

Já naquele tempo, Trosky dizia que “a questão de primeira ordem é a garantia revolucionária da unidade e independência da Ucrânia de operários e camponeses” (em “A questão da Ucrânia”).

Como consequência deste processo, naquele ano, o lado ocidental da Ucrânia é anexado pela União Soviética como parte do pacto de não-agressão entre a Alemanha nazista e Moscou. Dois anos mais tarde, ocorre uma ocupação nazista no período de 1941 a 1944. Dos próximos 50 anos, destaca-se ainda o acidente nuclear catastrófico de Chernobyl, em 1986 e, com a queda do muro de Berlim, declaração da independência da Ucrânia em 1991.

2.4. Independência e nacionalismo

Ainda que a independência tenha sido formalmente declarada em 1991, estando a Ucrânia na condição de uma economia capitalista dependente, em um mundo dominado pelo imperialismo, essa independência, de fato, nunca existiu. A Ucrânia tornou-se, de fato, uma semi-colônia do imperialismo. A vontade de uma Ucrânia livre e independente como nação sempre foi sufocada e o país seguiu como uma nação oprimida. Com a queda do muro de Berlim, um sentimento de “regresso ao mundo civilizatório” tendo como eixo a aproximação política à Europa é cada vez mais utilizado como retórica para essa “libertação”. Como contraponto, a proximidade de políticas à Rússia também se consolidam.

Nesta esteira, misturam-se as posições políticas de ligações exteriores prioritárias com nacionalismos e identidade cultural. O neoliberalismo acentua e reforça a polarização social, a Europa Ocidental como exemplo “civilizatório” e a xenofobia e o racismo acentuam-se nestas retóricas. Como diferente não poderia ser, a discussão de independência de uma nação e seu direito à auto-determinação, confunde-se com o nacionalismo e ofusca o papel do imperialismo.

Em todo esse cenário, o grande problema da independência, da liberdade e da ruptura com as nações opressoras não se conclui. Isto se dá em função de a Ucrânia ser uma nação oprimida seja pelo imperialismo, seja pela Rússia e sua história foi repleta desta relação. O fator de destaque refere-se ao fato de que nesta história, por diversos momentos o povo rebelou-se contra tal opressão e, é justamente a partir deste sentimento de busca de uma “unidade nacional” ou da tão aclamada liberdade e independência que surgem movimentos nacionalistas, ponto que será tratado mais adiante.

2.5. O imperialismo dos EUA, a OTAN e a Rússia: principais eventos deste século na Ucrânia

Em 2002, o governo da Ucrânia anuncia sua decisão de filiação à OTAN e, em 2004, com a chamada Revolução Laranja, “duas Ucrânias” são reveladas. Por um lado, os “pró-Rússia” e por outro lado os “pró-ocidente”. Esta polarização consolida-se da disputa hegemônica das relações comerciais, com especial ênfase à questão energética, que será tratada mais adiante.

Entra em cena a associação da Ucrânia com EUA e com a União Europeia sob o guarda-chuva de vontade de filiação à OTAN e as disputas com a Rússia que tem fortes interesses na região.

A crise econômica internacional de 2008 provocada pelos EUA impacta diretamente na economia da Ucrânia. As tensões se intensificam e um processo revolucionário se abre no final de 2013, começo de 2014. O governo de plantão, alinhado ao lado governo russo, cai e a Rússia toma a Crimeia, região que pertencia à Ucrânia.

A revolução é “abafada” com uma saída por dentro do regime burguês, a via eleitoral ainda que tenha desabado o regime de Putin. Novas eleições são convocadas e a tentativa de estabilidade do regime dá-se por dentro da superestrutura da institucionalidade. Na estrutura, grupos nacionalistas fascistas ou que flertam com o fascismo fortalecem-se em organizações paramilitares. Regiões passam a ser controladas por alguns destes grupos paramilitares e outras por grupos “pró-russos”.

Em 2019, Volodymyr Zelensky vence as eleições presidenciais e o distanciamento político do governo ucraniano ao governo russo mantém as tensões acirradas. Em 2021, a Rússia desloca grande parte de seu contingente militar para a fronteira da Ucrânia. As ameaças de ataque à Ucrânia por parte da Rússia se dão desde o começo deste ano de 2022 e é efetivado o movimento de guerra a partir do ato de a Rússia reconhecer a independência de Donetsk e Luhansk, regiões de maioria russa ou “pró-Rússia”.

3. Os aspectos econômicos e os interesses de Putin

Putin inicia a guerra escondendo seus interesses, valendo-se da retórica de que a Ucrânia e Rússia são “irmãs”, que a aproximação com a OTAN representa ameaça ao povo russo e que sua ocupação tem como intenção eliminar o fascismo. No entanto, já de pronto entram em cena as questões econômicas que permeiam as relações, com ênfase especial aos fatores energéticos.

No cenário econômico internacional, a Rússia não é a potência que foi outrora quando da URSS. Ainda assim, sua economia tem peso relevante no cenário internacional. Segundo dados do Banco Mundial, a economia da Rússia é de US\$ 1,5 trilhão e figura na 11ª posição dentre as economias mundiais.

Sua economia tem um forte peso na exportação do petróleo, bem como gás natural, trigo e outras *commodities*. Na relação da Rússia com o Brasil, os insumos de principal destaque são produtos químicos e fertilizantes usados pelo agronegócio na produção agrícola.

No entanto, há outro elemento de destaque com relação à questão do gás, fonte de energia da Europa, em muito fornecido pela Rússia. Um conflito de interesses econômicos de diversos países segue há anos, envolvendo a construção do Nord Stream 2, gasoduto que conecta a Rússia à Alemanha cuja extensão é de 1.230 km sob o Mar Báltico e possui capacidade de 55.000 milhões de metros cúbicos de gás por ano. Segue a mesma rota Nord Stream 1, ativo desde 2012, porém com menor capacidade de distribuição.

Os EUA veem seus interesses econômicos prejudicados com essa outra rota, a Rússia investe em sua conclusão e ativação e países da Europa apresentam divergências, alguns em apoio à ligação econômica estadunidense, outros no comércio com a Rússia (inclusive financiando a obra) e outros ainda, oscilando a posição.

O gás russo é responsável por cerca de 40% do gás consumido pela Europa e possui várias rotas. Entre elas, rotas que passam pela Ucrânia e outros países que se veem prejudicados com a Nord Stream 2. Estes recebem o apoio dos EUA, que alega que o projeto aumentará a dependência europeia sobre o gás russo, aumentando a influência do Kremlin. Isto porque os EUA também têm interesse nesse comércio e na exportação do seu gás natural para a Europa.

4. Refugiados, racismo, machismo, xenofobia

As guerras por si só já são terríveis e causam consequências catastróficas. Quando escrevíamos este texto, já eram cerca de 2 milhões de refugiados buscando sobreviver em outro país, por vezes, em outro continente. Pessoas que abandonaram tudo, que ficam à mercê das condições mais vulneráveis para salvar o único bem que buscam proteger: suas vidas e dos seus entes queridos.

Neste processo, muitas famílias dividem-se, vários filhos adolescentes, jovens, maridos, pais e por vezes avôs, em geral homens, acabam ficando para tentar lutar por seu território. Sem perspectiva de voltarem a se encontrar, sem perspectiva de como será a vida em outro território, sem emprego, sem dinheiro e muitas vezes sem sequer saber falar aquele idioma, são as mulheres que se encontram no maior número dos refugiados.

Com isso, as mulheres sofrem o terror da travessia, bem como de toda instabilidade desse processo, dormindo em condições sub-humanas muitas vezes, carregando as crianças e idosos, sem alimentação e à mercê das condições climáticas, cujo frio é intenso. Passado este terror, encontraram outro terror no novo solo sob a falta de perspectiva, instabilidade, insegurança e vulnerabilidade à qual os refugiados estão expostos.

Mas, apesar desse cenário por si só já horroroso e difícil, outros fatores tornam a vida destes refugiados ainda mais difícil: as opressões que se manifestam, por exemplo, no racismo, machismo e na xenofobia.

Ao longo da história da humanidade, a questão de refugiados sempre é impactante e a xenofobia marcante. No entanto, apesar de os ucranianos também serem vítimas, o fato de serem em sua maioria loiros, brancos, de olhos claros, têm evidenciado o quanto as políticas “humanitárias” ou de pseudo solidariedade reforçam este caráter opressor. Foram chocantes as matérias veiculadas pelas mídias no Brasil mostrando frases de jornalistas de diversos países, de expressões usadas por países que se mostravam “solidários” para receber os refugiados por terem o mesmo fenótipo europeu.

Isto, por um lado, desnuda a realidade de refugiados violentados, fragilizados e vulneráveis que o capitalismo produz todos os dias e, de maneira mais intensa, com suas guerras insanas. Neste sentido, abre a reflexão de que o crime bárbaro cometido contra Mõise aqui no Brasil, como bem sabemos, infelizmente não foi exceção. Mas, por outro lado, desnuda também o colapso maior em que vivem negros e negras ou mesmo aqueles que não têm os “fenótipos europeus”.

Diversos relatos têm sido noticiados nas mídias aqui no Brasil e no mundo, mostrando que até no refúgio há mais barreiras e mais dificuldades por conta do racismo. Não obstante, as mulheres que também se encontram vulneráveis são alvo do terror. Em todas as histórias de guerras e refúgios, as mulheres são alvo de violência sexual, sem contar a própria violência a que já são submetidas pela própria situação.

Esta violência sexual ficou escancarada no Brasil quando, no meio deste terror, o deputado estadual Arthur do Val (Podemos), conhecido como “Mamãe Falei” gravou áudios escancarando como as mulheres são vistas e tratadas como objeto sexual, mesmo em situações em que estão mais vulneráveis. Infelizmente, as falas machistas e sexistas do deputado estão longe de ser um caso isolado. O próprio deputado diz que recebeu “dicas” de Renan Santos, dirigente do MBL, com quem viajou para a Ucrânia, reforçando que essa postura repugnante faz parte de turismo sexual.

5. Por uma Ucrânia livre, independente e democrática

A revolução de 2014 reacendeu a chama de unidade em torno de uma Ucrânia livre, independente e democrática. Embora a revolução tenha sido sufocada por uma saída dentro do regime burguês pela via eleitoral, estava em cena a luta contra a opressão russa, cujas feridas seguem presentes até os dias de hoje. Há de se considerar que os ideais presentes na Praça Maidan foram desviados pela burguesia e pelo imperialismo, fazendo com que a Ucrânia tivesse uma maior dependência econômica das potências europeias e do imperialismo estadunidense.

O discurso de Putin sobre a luta contra o nazismo na Ucrânia que já era esvaziado, confirma-se cada vez mais equivocado nesta guerra. De fato, existiam grupos paramilitares de ultradireita que se formaram nos últimos anos, sob a bandeira da independência, que saíram fortalecidos após a Revolução de 2014. Sem desprezar a luta que se deve dar e o necessário combate aos movimentos fascistas ou neofascistas, a existência e manifestação destes grupos encontram-se também em um cenário de polarização social.

Para que grupos fascistas se fortaleçam, mitos ou identidades são referendados como forma de subjugar e oprimir, impor-se sobre uma determinada comunidade ou povo. Por trás dos discursos ideológicos, seguem os fatores econômicos, as disputas entre as nações que pretendem ser mais opressoras e exercer influência sobre os países de economia mais fragilizada. E, na esteira da fragilidade e vulnerabilidade, a classe trabalhadora segue sofrendo os impactos sobre as políticas econômicas e sociais.

No entanto, a ocupação da Rússia nada tem a ver com combater tais grupos e sim, para garantir seu domínio e opressão à Ucrânia. Putin representa as oligarquias russas, que também têm negócios pelo mundo. A disputa política de Putin refere-se à dominação não apenas da Ucrânia, mas os reflexos e impactos que podem ocorrer com as nações próximas, bem como com a própria Rússia.

No âmbito interno, o governo Putin pode ser considerado um governo burguês bonapartista, apoiado pelas forças mais retrógradas da sociedade russa, tal como a Igreja Ortodoxa. Por essa razão, seu governo abertamente persegue LGBTs e formula leis machistas que permitem o espancamento de mulheres e o feminicídio.

6. Principais impactos econômicos, políticos e sociais no Brasil

Até o momento em que escrevíamos a presente análise, o governo Bolsonaro mantinha-se em uma posição de relativa “neutralidade” ao conflito. Relativa porque na verdade de maneira implícita, o governo disputava narrativa ou deixava brechas de apoio, destacava a importância da Rússia, apresentava narrativas de desdém à Ucrânia e outras manifestações. Mas, também relativa porque o presente cenário não abre margem para a não manifestação de solidariedade ao povo ucraniano e, toda e qualquer posição “neutra” é uma forma de apoio à Rússia.

Parte deste discurso de Bolsonaro consolida-se na relação com o agronegócio, que tem grande relação de dependência dos produtos químicos e fertilizantes russos, utilizados sobretudo na agricultura. Bolsonaro também aproveita a situação para dialogar com seu núcleo de apoio, através de seus discursos ideológicos de teorias conspiratórias e da “guerra contra o bem e o mal”.

No que se refere à relação com os fertilizantes, a relação ambiental também entra em cena. Considerando que a guerra impõe dificuldades de garantia logística ou mesmo de transações econômicas com a Rússia, o governo desenhou três cenários possíveis. O primeiro deles é buscar parte dos suprimentos junto a outros exportadores internacionais, especialmente o Canadá.

O segundo cenário que, aparentemente parece o “melhor”, seria que tais produtos passassem a ser menos dependentes de importação e fossem produzidos no Brasil. Esta escolha demoraria diversos anos para se consolidar e, ainda assim, representaria apenas uma fração do que se consome. É a partir desse discurso que Bolsonaro tenta aprovar o PL 191/2020 que legaliza a mineração em terras indígenas sob o pretexto da guerra.

O que aparentemente poderia parecer uma saída importante é um problema de ordem ambiental: a produção de tais insumos remete a um nível bárbaro de destruição da natureza. Inclusive, parte das “dificuldades” de se conseguir ter tal exploração no Brasil referem-se às barreiras de liberação da mineração, uma vez que seus impactos ambientais são enormes, inclusive com a contaminação de rios e solos. Para tanto, o governo anunciou que proporcionaria a flexibilização de liberações ambientais.

Já, a terceira opção, de pronto descartada por esse governo, passava por uma mudança para processos de cultivo mais ecológico, como a compostagem. A compostagem é um processo conhecido pela humanidade há tempos, pode ser trabalhada em escala doméstica e industrial e é um processo natural de decomposição e fortalecimento do solo. Além de outras técnicas ambientais mais seguras, a compostagem foi a primeira descartada sob a alegação de que levaria tempo demais para adequar o agronegócio, bem como a “dificuldade” em “formação” na área de uma tecnologia sustentável e razoavelmente simples.

Veja-se que esta opção por desenvolver formas de flexibilização ambiental dá-se justamente em ano em que começamos com diversos desastres “naturais”, que levaram à morte e desabrigo centenas de milhares de brasileiros por essa relação de destruição da natureza; no ano seguinte à queda de Salles, pelos escândalos de sua relação com a madeira ilegal e toda a barbárie promovida enquanto era Ministro do Meio Ambiente; e no governo em que houve o avanço sobre as terras dos povos originários, massacre aos povos indígenas, desmatamento e as queimadas que atingiram níveis recordes.

O favorecimento do agronegócio e os impactos da guerra sobre este setor atingem também a cadeia de produção de alimentos e seus preços. Do mesmo modo, os impactos do preço do petróleo, internacionalmente, as oscilações da cotação do dólar, os impactos das distribuições logísticas das importações e exportações, além dos chamados investimentos e fugas de capitais, tudo isso junto e misturado, impacta direta e imediatamente na inflação.

A inflação alta, a possibilidade de redução do já baixo crescimento econômico, o cenário de crise econômica que já se arrasta por anos, intensificam a piora das condições de vida que já se encontram em níveis catastróficos. Tudo isso gera mais desemprego, despejos e toda a dura situação imposta por um lado pela crise econômica e, por outro pela pandemia, que poderão ser intensificados.

Um cenário extremamente desfavorável a um governo que perdeu grande parcela de seu apoio e que se encontra às vésperas das eleições. Neste cenário, Bolsonaro não esconde seu interesse em dar golpe, bem como se fortalece e consolida-se a candidatura de seu principal oponente, Lula, alinhando-se ao que tem de pior da burguesia, inclusive àqueles que outrora eram chamados de “golpistas” pelo PT. Certamente tudo isso poderá pressionar uma eleição que pode ter um cenário mais ou menos polarizado.

Em se falando de polarização, a guerra também traz à tona grupos fascistas. Na fase “auge”, bolsonaristas defendiam “ucranizar o Brasil”, fazendo referência aos grupos paramilitares e, inclusive, com compartilhamento de membros para treinamento internacional. Mesmo agora, em tempos de guerra, quando Bolsonaro defende a Rússia, ainda há setores que se apoiam nessa “ucranização” como símbolo de fascismo e a embaixada da Ucrânia chegou, inclusive, a anunciar que mais de 100 brasileiros já se ofereceram para lutar no lado ucraniano.

É difícil ter um perfil destes brasileiros que se ofereceram a ir à Ucrânia, ainda que boa parte das notícias aponte que a maioria é de jovens sem experiência e descontextualizados, balizados por “espírito de aventura”. Também é difícil medir se bolsonaristas têm se desgarrado deste estigma da “ucranização” como referência ao fascismo e agora seguem seu líder em apoio à Rússia. Por fim, é ainda impossível prever o quanto a guerra promoverá a intensificação da polarização social, abrindo caminho para o fortalecimento de grupos fascistas ou neofascistas.

Da mesma forma, ficam as lacunas dos impactos sociais e econômicos que a guerra causará, vislumbrando apenas que existe uma tendência de o que está ruim, piorar. Aquele ano que poderia parecer um respiro e uma gradativa recuperação frente aos difíceis momentos desde o início da pandemia, parece não ser tão simples assim. Por tudo isso, é preciso conectar a situação da guerra, o cenário internacional e a conjuntura nacional para armar nossa categoria para as batalhas que serão necessárias e devem ser enfrentadas neste ano.

E, ainda neste contexto da guerra, usar apenas a palavra de ordem (necessária) de “por uma Ucrânia livre, independente e democrática”, também pode mostrar-se uma armadilha, como que levando o povo ucraniano a uma “escolha de Sofia” de ser oprimido pela Rússia ou pelas potências europeias e o imperialismo estadunidense. Ou seja, para essa palavra de ordem possa ser concretizada, para que a Ucrânia possa ser de fato, livre, democrática e independente, é necessário conectar a independência de classe junto com essa independência política tão sonhada. A Ucrânia só pode ser livre, de fato, se for socialista. É necessário vencer a guerra de libertação nacional contra a Rússia, mas não é possível parar aí. O povo ucraniano, uma vez vitorioso, de armas na mão, não pode entregar seu destino nas mãos da burguesia ucraniana e dos imperialistas. É necessário transformar a guerra civil em revolução socialista.

Da mesma forma, conectando com os problemas do Brasil, não há também saída para a classe trabalhadora senão a luta contra este sistema capitalista, sem depositar esperanças na via eleitoral. Isto porque, como mostra a situação da Ucrânia, não haverá um Brasil livre, independente e democrático enquanto estiver sob o jugo do imperialismo, sendo capacho dos EUA ou de outras grandes potências internacionais. Tudo isso reforça que estamos em um momento da conjuntura em que é mais do que necessário impulsionar as lutas e mobilizações. Esta deve ser a prioridade número um a ser votada neste congresso do ANDES, como trabalhadores de um país capitalista dependente, devemos combinar então a luta pela libertação nacional dos povos com a luta pelo socialismo. É nesse sentido que propomos o conjunto de resoluções abaixo.

TR – 67

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Apoio à Libertação Nacional do povo ucraniano contra a invasão russa;
2. Fora os EUA, a UE e a OTAN. Articular com o movimento sindical e social, no Brasil e no mundo manifestações, a luta pela dissolução da OTAN, inimiga dos povos;
3. Solidarizar-se efetivamente, por meio de ajuda humanitária, com os sindicatos operários da classe trabalhadora ucraniana. Construção, junto com outros setores do movimento, de atos em defesa do povo ucraniano e pela derrota de Putin;
4. Exigir a libertação dos manifestantes russos encarcerados por Putin por se manifestarem contra a guerra;
5. Em defesa de uma Ucrânia Soberana, Socialista e não-racista

TEXTO 68

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Luís Silva (SINDIFPI), Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI), Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT), Gisele Cardoso Costa (ADUA), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Jonise Nunes Santos (ADUA), Alayde Maria Pinto Digiovanni (ADUNICENTRO), Silvia Cristina Conde Nogueira (ADUA), Nádia Maciel Falcão (ADUA), Wagner Roberto do Amaral (ADUEL), Graziela Luchesi Rosa da Silva (APUFPR), Edson Riutiro Oyama (SESDUF-RR), Altiva Barbosa da Silva (SEDUSF-RR), Jonildo Viana dos Santos (SEDUSF-RR), Maria Edith Romano Siems Marcondes (SEDUSF-RR), Jaqueline Kalmus (ADUNIFESP), Silvia Beatriz Adoue (ADUNESP), José Rodrigues (ADUFF), Lygia de Souza Viegas (APUB), Marilene Proença Rebello de Souza (ADUSP), José Fernando Andrade Costa (ADUFS), Edlauva Oliveira dos Santos (SEDUSF-RR), Pedro Augusto Hercks Menin (SEDUSF-RR), Leuda Evangelista de Oliveira (SEDUSF-RR), Leny Sato (ADUSP), Maria Luisa Sandoval Schmidt (ADUSP), Thais Seltzer Goldstein (APUB), Marli Lúcia Tonatto Zibetti (ADUNIR), Gustavo Zambenedetti (ADUNICENTRO), Iracema Neno Cecília Tada (ADUNIR), Gabriela Pereira Vasters (ADUNIFESP), Patrícia Martins Goulart (ADUNIFESP), Fernando de Almeida Silveira (ADUNIFESP), Carlos Augusto Evangelista (SESDUSF-RR), Elizângela Barbosa (SESDUF-RR), Herundino Ribeiro do Nascimento Filho (SESDUF-RR), Cinara Rechico (SESDUF-RR), Ise de Goreth Silva (SESDUF-RR), Marinês Viana de Souza (ADUA), Maria Lidiuina de Oliveira e Silva (ADUNIFESP), Stella Maris Nicolau (ADUNIFESP), Inara do Nascimento Tavares (SESDUF-RR), Adriana Gomes Santos (SESDUF-RR), Leonardo Dourado de Azevedo Neto (ADUA), Romildo de Castro Araújo (ADUFPI), Geraldo do Nascimento Carvalho (ADUFPI), Egmar Oliveira Souza Júnior (SINDIFPI), Sean Purdy (ADUSP), Simone Contente (SINDUNIFESSPA), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Sandra Moreira (ADUFPA), Gelta Xavier (ADUFF), Mônica Vermes (ADUFES), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Welbson do Vale Madeira (APRUMA), Marco A. Escher (APES-UFJF), Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUSFMS).

ABAIXO A LIMPEZA ÉTNICA CONTRA O POVO YANOMAMI! SOLIDARIEDADE EFETIVA PARA A AUTODETERMINAÇÃO E A AUTODEFESA DOS POVOS INDÍGENAS

TEXTO DE APOIO

- 1) No Brasil, o Território Yanomami está localizado entre os Estados de Roraima e do Amazonas, ocupando uma área de 96.650 km² (maior em extensão do que Portugal) e abriga uma população originária de 26.780 habitantes, subdivididos em mais de 200 comunidades e ainda com presença de povos isolados. Junto com a Venezuela, são 36 mil pessoas em um Território de 192.000 km², representando uma das maiores áreas de floresta tropical do mundo.
- 2) O povo yanomami permaneceu isolado por um longo período, apenas com contato com povos originários vizinhos, até o processo de delimitação de fronteiras do Brasil com a Venezuela na metade do século XX. Todavia, assim como o infortúnio dos demais

povos indígenas, o flagelo do povo yanomami está inserido na história da ocupação capitalista na floresta;

- 3) Desde o início do século XXI o povo yanomami enfrenta novamente diversas ondas de invasões em suas terras. Localizado em uma região do interflúvio entre o rio Orinoco e o rio Amazonas, uma região extremamente rica em minério na fronteira entre a Amazônia brasileira e a Amazônia venezuelana, o território yanomami tem sido devastado por grupos paramilitares (narco-garimpeiros) que invadem o território para extrair minério e fornecer ouro para grandes mineradoras ou para os grandes bancos;
- 4) Com a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro e seu discurso pró-garimpo, repleto de racismo contra todos os povos indígenas, as invasões, violações e assassinatos no território yanomami cresceram de forma acelerada. Somente no ano de 2020 o garimpo avançou cerca de 30% na terra yanomami e devastou uma área equivalente a 500 campos de futebol, a partir da invasão de 20 mil narco-garimpeiros.

TR – 68

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Reconhecer o direito de autodeterminação do povo yanomami diante do Estado capitalista brasileiro e do Estado capitalista venezuelano, com o pleno reconhecimento de seu território ancestral, de sua cultura e de sua língua;
2. Apoiar por meios políticos e financeiros o direito de autodefesa do povo yanomami na luta contra as mineradoras, os garimpeiros e as forças de repressão do Estado que não garantem real proteção para os povos originários.
3. Lutar ao lado dos povos originários contra o Projeto de Lei 191/2020 que prevê regulamentação do garimpo em terras indígenas e provoca destruição do meio ambiente e avanço da limpeza étnica contra os mais diversos povos ameríndios no Brasil.

TEXTO 69

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Luís Silva (SINDIFPI), Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI), Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT), Gisele Cardoso Costa (ADUA), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Mônica Vermes (ADUFES), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Sandra Moreira (ADUFPA), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Marco A. Escher (APES-UFJF), Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS).

CONTRA AS REDES DE TRÁFICO DE MULHERES E CONTRA O FEMINICÍDIO

TEXTO DE APOIO

- 1) O machismo, pandemia mundial que todos os anos vitimiza milhões de mulheres no mundo, não é apenas uma ideologia. O machismo é a base de uma rede bilionária que, no mundo todo movimenta 32 bilhões de dólares a partir do rapto de aproximadamente 2, 5 milhões de mulheres e meninas;
- 2) Na América Latina, essas redes de tráfico de pessoas raptam e enganam, em especial, as mulheres e meninas pobres da América Latina para utilizá-las como escravas sexuais na Europa, nos EUA e em Israel;
- 3) No continente americano o Brasil é o país no qual mais atuam as redes de tráfico de pessoas. De acordo com o Ministério da Justiça, todos os anos cerca de 60 mil mulheres são vítimas dessas redes milionários que traficam mulheres e nas quais atuam juízes, delegados, empresários, etc.

TR – 69

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Apoio à Plataforma Internacional Contra as Redes de Tráfico de Pessoas e Desaparições que luta em toda América Latina, independentemente dos governos, para apoiar as vítimas e as famílias das vítimas exigindo justiça;
2. Promover a partir do GTPCEGDS debates sobre o tema com a perspectiva de incorporar essa pauta na luta contra o machismo no movimento sindical e feminista;
3. Solidarizar-se com a jornalista brasileira Lúcia Issa, atacada por grupos sionistas, por denunciar a rede de tráfico de mulheres que raptam mulheres e meninas no Brasil e as exporta para Israel.

TEXTO 70

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Luís Silva (SINDIFPI), Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI), Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT), Gisele Cardoso Costa (ADUA), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Mônica Vermes (ADUFES), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Sandra Moreira (ADUFPA), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Marco A. Escher (APES-UFJF), Welbson do Vale Madeira (APRUMA), Adriana Gomes Santos (SESDUF-UFRR), Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS).

TODO MIGRANTE É LEGAL: POR UMA CAMPANHA EM DEFESA DOS MIGRANTES CONGOLESES NA ÁFRICA.

TEXTO DE APOIO

No Brasil, o recente assassinato de Moïse Kabamgabe, migrante congolês refugiado no país, e as horrorosas notícias de ataques xenofóbicos na África do Sul, nos mostram a dimensão do problema que é ser uma pessoa em trânsito no mundo, e nos coloca a necessidade de uma Campanha Internacional de Solidariedade com os Migrantes Congolese, em especial na África do Sul, onde a situação é considerada extremamente grave

Congo: as raízes da diáspora

O Congo foi ocupado pela Bélgica em 1885 e se transformou em uma propriedade do rei da Bélgica, Leopoldo II. O rei fez fortunas vendendo borracha para a nascente indústria automobilística e pneumática. Dunlop, Firestone, Goodyear, entre outras se beneficiaram da borracha congolese. Para extrair essa borracha “da propriedade de Leopoldo II”, o rei escravizou milhares de congolese, impôs uma cota diária e os que não cumprissem recebiam 100 chibatadas com chicote de couro de rinoceronte. Mesmo assim, quando as metas não eram cumpridas, o rei mandava cortar as mãos dos “súditos”. Instaurou o medo e o terror. Mesmo assim, era quase impossível cumprir as metas e a punição passou a ser a mutilação das mãos e dos pezinhos das crianças, a fim de intimidar os pais escravizados.

Congo está entre nós

Mia Couto, o escritor moçambicano diz: “A África está presente no Brasil de maneira que os próprios brasileiros não identificam”. É verdade, na nossa música, dança e culinária. Os congolese adoram o “soso na dongodongo” como se diz em lingala, ou o “nkuku na dongodongo”, como se diz em swahili, para a apreciadíssima galinha com quiabo. Mas não é só nisso. No sangue brasileiro corre muito sangue congolês trazido à força pelos corpos escravizados pelos portugueses.

Congo hoje: roubo de recursos naturais, milícias, ocupação militar

Hoje, o Congo paga por ter uma floresta quase do tamanho da atual Amazônia e suas madeiras são roubadas pelos capitalistas chineses e europeus. O enorme Rio Congo é contaminado pela mineração predatória. Os modernos celulares, *laptops* e computadores não existiriam sem o *coltan*, que é um mineral que praticamente só tem nesse país. Os futuros carros elétricos só poderão existir com o cobalto e o lítio congolês.

Durante décadas, o roubo das matérias primas tem sido feito com a expulsão das famílias de suas terras, a ponta de fuzil nas mãos de grupos de milicianos, das Forças Armadas e das tropas de ocupação da ONU, a Monusco que, **tal qual a Minustah (Haiti), foi comandada pelo militar brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz.**

Diáspora: até agora a única alternativa do congolês

Com suas organizações destruídas por décadas de sucessivas ditaduras, sem instrumentos de luta, a classe trabalhadora e o povo pobre busca na migração o sonho de uma vida em paz, com trabalho e dignidade.

O sonho logo é interrompido por naufrágios ao cruzar o mar, perseguição pelas polícias migratórias, prisão nos mal chamados abrigos para migrantes. Depois de vencer todas as barreiras, vão viver na ruas de Los Angeles, nos bairros pobres das capitais europeias ou nas favelas e bairros periféricos nas cidades brasileiras.

Muitos chegam falando três, quatro ou cinco línguas e com títulos de estudos. Mesmo assim, são considerados incapazes e para eles só restam os trabalhos braçais de limpeza e de ajudantes gerais nas empresas.

Derrotados ao saírem de seus países, humilhados na longa viagem, por fim chegam naquilo que seria o tão sonhado eldorado. No novo país, a humilhação segue de outras formas.

África do Sul: nação do arco-íris ou perpetuação do apartheid?

Nelson Mandela gostava de dizer que a África do Sul seria a “nação arco-íris”. Um país para todas as cores. Porém, como não tocou nas propriedades dos brancos que haviam enriquecido durante o apartheid, nem nas propriedades das empresas multinacionais, estes aos poucos voltaram ao poder. Voltaram por meio da cooptação do CNA (Congresso Nacional Africano), da COSATU (central sindical) e do Partido Comunista da África do Sul, que são de fato quem dirige o país há 27 anos e aplica políticas de desindustrialização, gerando desemprego e aumento da pobreza. E assim, foi se consumando a famosa frase: **“Nenhum africano é estrangeiro na África – exceto estando na África do Sul!” (Achille Mbembe)**

África do Sul: as formas repressivas e quem aplica

Com o desemprego rondando os 45%, vimos no mês de junho/julho de 2021 uma onda de saques e repressão que resultou no assassinato de mais de 380 pessoas! Há também um novo ciclo de greves de trabalhadores que há anos não se manifestavam com tamanha intensidade.

Então, a crise social entrou na ordem do dia em ano pré-eleitoral. Todos falam do desemprego, mas ninguém tem coragem de atacar as estruturas capitalistas, atrasadas e dependentes, e ao final, responsabilizam os migrantes por essa situação.

Para ter ideia da situação, migrantes são impedidos de vender nas ruas ou de trabalharem nos comércios; uma criança filha de migrantes, mas nascida na África do Sul, é considerada estrangeira e não pode ingressar na universidade. O mesmo ocorre com a assistência médica, que impõe restrições aos migrantes locais. Políticas dignas do apartheid.

O governo de Cyril Ramaphosa usou a pandemia para fechar o Home Affairs (órgão responsável pela legalização dos estrangeiros) dois anos atrás. Como semestralmente todo estrangeiro tem que regularizar suas documentações, com o Home Affairs fechado há dois anos essas pessoas estão ilegais e sujeitas a prisão e expulsão do país.

Populismo: O EFF (Economic Freedom Fighters), é um partido populista que sempre se apresentou como uma alternativa de esquerda ao governo do CAN-Cosatu-Partido Comunista. Até mesmo chegou a afirmar que a África não deveria ter fronteiras e que todos os africanos poderiam se estabelecer onde quisessem. Agora mudou. Eles formam brigadas que vão aos locais de trabalho, expulsam os trabalhadores estrangeiros e ameaçam os donos dos comércios para que não mais contratem migrantes.

A extrema direita, representada pelo partido ACTION SA, de Herman Mashaba, ex prefeito de Johannesburgo, pelo CNA, defende abertamente a violência contra os migrantes. Foram eles que incentivaram publicamente, inclusive com cartazes para a chamada “Operação Dudula”, que em Zulu significa “empurrar”. Isso mesmo, empurrar para fora do país.

Na “Operação Dudula”, os militantes do ACTION SA se apresentam uniformizados e atacam os vendedores ambulantes, apreendem suas mercadorias, colocam fogo nos pertences e se o migrante reagir pode ser morto.

A deplorável situação dos imigrantes na África do Sul

Não podem trabalhar porque não têm documentos. Não têm documento pois o Home Affairs está fechado há dois anos. Estando na ilegalidade (provocada pelo governo), são atacados nos locais de trabalho pelos membros do EFF ou têm suas mercadorias apreendidas e queimadas pelos do ACTION SA. A tudo isso se soma uma longa história de violência contra migrantes nos últimos 10 anos com capítulos horrorosos como o arremesso de pessoas para fora de um trem em movimento ou agressão às crianças estrangeiras nas escolas.

Migrantes não podem trabalhar, não têm renda e passam fome. Essa é a realidade deles na África

É preciso uma campanha de denúncia do governo sul africano. Os migrantes na África do Sul necessitam de apoio internacional. No país, a principal central sindical, a COSATU, não tem em sua página uma única linha de denúncia da situação dos migrantes[1]. O CNA, partido que dirige a coalizão no governo há 27 anos, governa através de **Ramaphosa, que é ex-diretor da Lonmin e foi acusado de ser o responsável pelo assassinato de 34 trabalhadores durante uma greve, que ficou conhecida como o massacre de Marikhana**. O PC, que também faz parte da coalizão governista, é um esclerosado partido stalinista, incapaz de denunciar a violência contra os imigrantes[2] – o que também basta visitar a sua página na internet para constatar.

Somente nós irmãos trabalhadores e o povo pobre – negros, brancos e amarelos – poderemos juntos denunciar a verdadeira caçada que sofrem os migrantes pobres no país e a cumplicidade do partidos burgueses com o grande capital estrangeiro. É muito emblemático saber que Ramaphosa tenha sido diretor da empresa de mineração britânica, a Lonmin, que tenha estreitas relações de propriedade com a rede McDonalds, e que incentive a perseguição aos estrangeiros com o fechamento do Home Affairs.

O governo Ramaphosa sabe muito bem dos crimes contra os migrantes e quem são os criminosos. Mas o Açougueiro de Marikhana, como é vulgarmente chamado, não quer perder votos nas próximas eleições e permite que sua oposição, isto é, ACTION SA, EFF e DA sigam com a política criminosa contra negros oriundos de países limítrofes, empobrecidos pela exploração imperialista e submetidos à violência de milícias e guerras civis.

Basta de perseguição aos imigrantes pobres!
Xenofobia é crime contra humanidade!
Trabalhadores do mundo, uni-vos contra a xenofobia!

[1]<http://www.cosatu.org.za/> – consultado no dia 03.02.2022

[2]www.sacp.org.za – consultado no dia 03.02.2022

TR – 70

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Reforçar campanhas contra a xenofobia. Contra qualquer tipo de restrição ou segregação aos imigrantes de qualquer naturalidade, em qualquer país do mundo.

2. Continuar exigindo justiça para Moïse até que os culpados pelo seu bárbaro assassinato sejam punidos. Punição para Sérgio Camargo que caluniou Moïse após seu assassinato.
3. Se somar à campanha de solidariedade aos migrantes e refugiados congolese chamada pela FNP. Que o 4º Congresso do Andes aprove a contribuição emergencial de 20 mil reais para ajudar nessa questão de vida ou morte para nossos irmãos congolese.
4. Exigir dos governos acolhimento aos migrantes e refugiados de todos os países, sejam eles ucranianos, congolese, sírios, somalis, venezuelanos, bolivianos haitianos, iemenitas ou de qualquer nação. : alojamento, assistência social, escola, saúde, emprego.

TEXTO 71

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Luís Silva (SINDIFPI). Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI), Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT), Gisele Cardoso Costa (ADUA), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Mônica Vermes (ADUFES), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Sandra Moreira (ADUFPA), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Marco A. Escher (APES-UFJF), Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS).

NEM MAIS UM DIA PARA BOLSONARO!

TEXTO DE APOIO

Não é possível suportar nem mais um dia de Bolsonaro no governo, por todo o poder que esse genocida tem em suas mãos ao comandar o Estado brasileiro e que usa, diariamente, a serviço de um ataque sem precedentes à classe trabalhadora, aos povos originários, ao povo pobre, aos negros e negras, às mulheres, às LGBTs, aos imigrantes. É inconcebível esperar as eleições. As manifestações pelo Fora Bolsonaro e Mourão já tem que ser retomadas. Nossas vidas não cabem nas urnas, não esperam os votos.

TR – 71

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. O Andes-SN irá fazer ampla propaganda e mobilizar sua base na luta por **Nem mais um dia para Bolsonaro.**

TEXTO 72

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Luís Silva (SINDIFPI), Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI), Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT), Gisele Cardoso Costa (ADUA), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Mônica Vermes (ADUFES), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Sandra Moreira (ADUFPA), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Marco A. Escher (APES-UFJF), Welbson do Vale Madeira (APRUMA), Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS).

POR UMA PALESTINA LIVRE, LAICA, UNIFICADA E SOCIALISTA, DO RIO JORDÃO AO MAR MEDITERRÂNEO

TEXTO APOIO

No Conad de Fortaleza, foi aprovada uma resolução fundamental: adesão do ANDES-SN à campanha BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções) em defesa do povo palestino e contra a política genocida de apartheid do Estado invasor sionista de Israel.

É preciso avançar urgentemente na implementação dessa campanha. Afinal, já são 72 anos de limpeza étnica, estupros, prisões de crianças e assassinatos sistemáticos contra homens e mulheres que lutam dia após dia pela Libertação Nacional da Palestina.

É preciso denunciar a farsa dos “acordos de paz” que na verdade significam a paz dos cemitérios para o povo palestino. O tempo mostrou o que todos sabiam, mesmo os que não queriam ver: a política imperialista de dois Estados sempre foi uma falácia. Apesar da aceitação pela direção da Autoridade Nacional Palestina da proposta absurda de dividir uma nação em dois guetos desconexos, Faixa de Gaza e Cisjordânia, Israel jamais deixou de continuar expandindo seu território, invadindo mais e mais territórios palestinos, como o bairro de Sheikh Jarrah em Jerusalém. A própria Anistia Internacional reconheceu agora Israel como um Estado de apartheid.

É preciso garantir o direito de retorno dos mais de 6 milhões de refugiados palestinos e de seus descendentes a sua terra ancestral e, para isso, é necessária a abertura das fronteiras do Egito com a Faixa de Gaza para possibilitar o retorno dos refugiados, bem como acesso à alimentos e todos os instrumentos de autodefesa para o povo palestino;

A única forma de conseguir isso é com a destruição militar, ideológica e institucional do Estado de Israel, cuja criação foi um crime do imperialismo americano e Europeu, com todo o apoio de Stalin e até do Brasil.

Voltando a Marx, sempre, clamamos junto ao povo palestino: trabalhadores do mundo todo, uni-vos.

TR – 72

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Reforçar as ações da campanha BDS, fazendo uma campanha sistemática pela maior adesão da categoria a essa importante forma de luta; divulgar na mídia do Andes as empresas que financiam o Estado sionista, estimular o boicote a qualquer tipo de convênio acadêmico com Israel; realizar uma live nacional sobre o tema, publicar artigos nas mídias do ANDES-SN sobre a opressão que vive o povo palestino.
2. Lutar pelo fim do Estado de Israel e pela construção de um Estado Palestino unificado, do Rio Jordão ao Mar Mediterrâneo: um Estado laico, democrático e socialista, no qual judeus, cristãos, muçulmanos, ateus e qualquer trabalhador possa viver em paz com os palestinos.

TEXTO 73

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Elis Regina Fernandes Alves (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando Cesar Paulino Pereira (ADCAC), Lorena Ferreira Portes (SINDIPROL/ADUEL), Lourival Felix (SESDUEM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhucci (SINDIPROL/ADUEL) e Viviane Vidal da Silva (ADUA).

COMBATER AS OPRESSÕES SOBRE AS MULHERES, NEGROS, HOMOSSEXUAIS E TRANSEXUAIS COM UM PROGRAMA QUE PARTA DAS REIVINDICAÇÕES POR EMPREGOS, SALÁRIOS, DIREITOS E TERRA E PROJETE A LUTA PELO FIM DA SOCIEDADE DE CLASSES, RAIZ DE TODA OPRESSÃO

TEXTO DE APOIO

A política sindical para as opressões, no próximo período, deve partir de uma constatação: a situação de crise econômica, potenciada pela pandemia, deve piorar as condições de vida das mulheres, das massas negras, e de todas as minorias oprimidas. As manifestações

racistas, misóginas, homofóbicas, transfóbicas e xenófobas devem crescer no quadro de piora geral das condições de vida (desemprego, inflação, contrarreformas) e de aumento dos ataques dos capitalistas (redução salarial, informalidade e violência urbana e no campo).

Esta constatação deve ser o ponto de partida porque, na base das opressões, há a sociedade de classes, há o capitalismo imperialista em sua fase decadente e o ataque geral às condições de vida da maioria, executadas pelos governos e pelos capitalistas.

Quando a maioria explorada enfrentou as consequências das crises econômica e pandêmica no último período, recrudesceram também as formas de opressão. É impossível dissociar a piora geral, rebaixamento salarial, aumento do desemprego, crescimento da fome e da miséria, de suas manifestações específicas, como o aumento da violência policial e do racismo, aumento da violência doméstica e das diferenciações salariais e da piora das condições de vida das mulheres, aumento dos conflitos no campo e da invasão e violência contra os povos indígenas, além de aumento dos crimes de ódio envolvendo a violência homofóbica e transfóbica, e a violência contra imigrantes (como o caso Moíse revelou tragicamente).

Aumento da violência policial e piores condições de vida entre as massas negras

Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021 mostram que em 2020 cresceram os assassinatos cometidos pelas forças policiais: foram 6.416 vítimas, entre as quais 79% eram negras.

Deste total de mortos pela polícia militar, alguns estados repetem suas marcas históricas de violência: Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo. Segundo os dados, 50 cidades concentram mais de 55% dos assassinatos. Destas 50 cidades, Rio de Janeiro tem 15 cidades com mais assassinatos cometidos pelas forças policiais, mostrando que é em torno das capitais e das cidades mais ricas que se desenvolve a maior mortandade contra a população negra.

A maior parte das vítimas tinha até 29 anos (76%). A juventude entre 18 a 24 anos representava a maior faixa etária assinada (44,5%), o que revela o peso da desintegração social. A juventude e, em particular, a juventude negra é destruída porque não pode ser incorporada à produção social, não pode trabalhar e ter acesso aos direitos fundamentais. O fato de que uma parcela da juventude miserável se associe às organizações criminosas e sofra, por isso, a maior letalidade policial apenas evidencia a falta de perspectiva da juventude na sociedade de classes. É, portanto, apenas o efeito da destruição das forças produtivas, executada diariamente pelo Estado capitalista e suas forças militares e paramilitares.

Ao longo da pandemia, estudos e notícias foram produzidos para mostrar como a população negra morreu mais de Covid do que a população branca. Obviamente, a explicação não é biológica, mas social. Na cidade de São Paulo, por exemplo, que aparece em primeiro lugar no número de mortes pela doença, mais de 40 mil, a maioria dos distritos (bairros) revela que pretos e pardos morreram mais do que brancos e que a explicação para isso está no rendimento da população negra, em geral, inferior à branca.

Quando olhamos para os dados mais recentes da Pnad (IBGE), do terceiro trimestre de 2021, verificamos que a diferença de nível de empregos entre brancos e negros caiu no último

período, o nível de empregos de brancos chegou a 55,8% e o de negros, para 52,7%, a menor diferença desde 2015. Mas isso ocorreu não porque houve um crescimento geral da economia e dos empregos, mas porque cresceu, no último período, a informalidade e caiu a renda do trabalhador, de modo que a população negra (pretos e pardos, segundo o IBGE) tem sido incorporada aos empregos informais e com menores salários, o que tradicionalmente já ocorria, mesmo antes da pandemia.

Assim, violência policial, aumento da mortalidade em função de doenças, informalidade e baixos salários criam o quadro de opressão geral à população negra no último período. Responder a este quadro é compreender como o racismo funciona como um fator econômico na opressão de classe; que a raiz da opressão aos pretos é econômica, que a maioria nacional explorada é formada por pretos e que a luta contra esta opressão só pode ser consequente se se defende o interesse da maioria, isto é, a defesa do emprego formal, da redução das jornadas sem redução dos salários, do fim das polícias militares, da ampliação de recursos para a educação e saúde públicas, com a expropriação das redes privadas. Não se trata de uma “minoria”, de modo que a política de cotas apenas mascara a raiz da opressão de classe que a população negra vive no país. A luta consequente por empregos, salário digno e direitos sociais e dirigida contra o Estado e os capitalistas atingirá a maioria nacional, formada por pretos e pretas. Erguer uma luta nacional em defesa destas reivindicações é ser consequente na luta contra o racismo e contra esta odiosa opressão, econômica e ideologicamente favorável à sociedade capitalista.

Rebaixamento salarial e desemprego entre as mulheres

A situação das mulheres, historicamente, também esteve associada à questão econômica. O trabalho doméstico e de cuidado dos filhos, embora sirva à reprodução do capital, é um trabalho não pago. As mulheres incorporadas à produção social sempre exigiram o fim das discriminações salariais, lutando para que a bandeira de “trabalho igual, salário igual” fosse garantida na sociedade capitalista. Nos momentos de crise econômica, como agora, as discriminações só tendem a aumentar, jogando novamente as mulheres para o reduto da família e do trabalho doméstico, aumentando consequentemente a violência contra elas. As contrarreformas que atingem a saúde, educação e previdência social também incrementam o trabalho não pago de mulheres, sobre as quais é descarregado, ainda mais, o peso no cuidado de crianças, idosos, enfermos, etc.

Os dados do terceiro trimestre do Pnad de 2021 revelam que, com a recuperação de uma parte dos empregos perdidos depois de mais de um ano de pandemia, as mulheres continuaram em situação pior em relação aos homens.

No caso do desemprego em geral, a taxa de desemprego para os homens, no final do terceiro trimestre, era 0,3% menor em relação a um ano atrás (setembro de 2020), enquanto para as mulheres era ainda 2,2% maior do que em comparação com o mesmo período de 2020. Ao observamos as taxas de “desalentados” (trabalhadores que desistiram de procurar emprego formal), chegamos ao número de 3,1 milhões de mulheres que, no final do terceiro trimestre de 2021, não procuravam mais emprego, enquanto, no caso dos homens, o valor recuou para 2,5 milhões, uma queda de 5% em relação ao ano anterior. Na série histórica, este número para as mulheres é o pior desde 2012 para esse período (terceiro trimestre anual).

Ou seja, a pandemia intensificou a desigualdade entre homens e mulheres. Como historicamente as mulheres têm os piores empregos e salários, acentuou-se a desigualdade com a crise econômica e pandêmica.

Com mais mulheres desempregadas, subempregadas ou condenadas ao trabalho doméstico familiar, aumentaram os índices de violência contra esta população. Os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em sua terceira edição, de 2021, mostraram que, após um ano de pandemia, a cada minuto 8 mulheres eram vítimas de algum tipo de violência física (tapas, socos ou chutes), resultando em mais 4,3 milhões de brasileiras com mais de 16 anos vítimas da violência por serem mulheres. A Organização Mundial da Saúde chegou a soltar uma cartilha no início da pandemia, “COVID-19 e a violência contra a mulher: o que o setor/sistema de saúde pode fazer”, mostrando que, com os lockdowns e maior permanência em casa, as mulheres seriam vítimas de maior violência doméstica.

O que estes números demonstram é a associação clara entre o aprisionamento da mulher à casa e às suas tarefas e sua subordinação econômica no seio da família, que resultam em violência física. O problema, mais uma vez, não é apenas cultural e/ou ideológico, podendo ser resolvido por medidas educativas e/ou punitivas. O fenômeno da violência contra a mulher é parte da exploração econômica a que elas são submetidas na sociedade de classes. Quando a crise econômica aumenta, recrudesce a desigualdade salarial, a redução de direitos e a violência doméstica. Mais uma vez não se trata de uma “minorias”, as mulheres compõem a maior parte da população brasileira; a sua opressão corresponde à exploração econômica da maioria nacional pela minoria capitalista. A luta contra todo tipo de discriminação, contra a violência, e em favor de direitos individuais, como a possibilidade do aborto, passa necessariamente pela luta contra o Estado e os capitalistas.

Contrarreformas e aumento da exploração e opressão

A força de trabalho negra e feminina representa a maioria empregada no setor informal e em trabalhos cuja característica é a terceirização, instabilidade, baixos salários, passando a sofrer mais direta e intensamente os efeitos regressivos das contrarreformas, seja com a Lei da Terceirização (Lei nº 13.429/2017), a Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467/2017) ou a última Reforma da Previdência. O conteúdo dessas contrarreformas demonstra que as mudanças legais direcionadas para o aumento da exploração do trabalho no país se utilizam de formas específicas de opressão sobre as massas para alavancar a acumulação e o lucro. Em face das contrarreformas, é a ampla parcela feminina e negra da força de trabalho que passa a se deparar com maiores dificuldades para encontrar ocupações formais, além de salários e proteção do trabalho menos aviltantes.

A Lei da Reforma Trabalhista possui consequências mais severas para o aumento da exploração e opressão sobre as mulheres trabalhadoras, tornando-as mais expostas e subordinadas ao poder dos patrões, degradando as relações laborais de modo especialmente mais intenso para as mesmas. Em primeiro lugar, no que concerne a desigualdade salarial, na medida em que dificultou a caracterização da equiparação salarial e afrouxou as sanções e reparações por discriminação remuneratória. A Reforma Trabalhista favoreceu igualmente a ampliação do tempo de trabalho, permitindo a prorrogação de jornada em ambientes insalubres sem licença prévia das autoridades estatais competentes, com consequências mais duras para as mulheres, em geral absorvidas, concomitantemente, pelo peso das jornadas de trabalho

adicionais no âmbito familiar e doméstico, as quais são obrigadas a conciliar com aquelas ditadas pelos patrões. Ademais, a lei avançou na quebra de alguns mecanismos de proteção à maternidade, sancionando artigos que revogam ou alteram aspectos da CLT que anteriormente visavam a resguardar a trabalhadora frente a determinadas condições de trabalho, especialmente no período de gravidez ou amamentação; a Reforma Trabalhista passou a permitir, por exemplo, que a mulher gestante ou lactante trabalhe em local insalubre, assim como possibilitou que as pausas para amamentação passem a ser negociadas diretamente com o empregador, cujo poder de decisão tende a prevalecer no espaço de trabalho.

Igualmente no caso da Reforma da Previdência, foram as mulheres a parte da massa trabalhadora mais atacada pelas restrições de acesso à benefícios e aposentadoria. Com essa contrarreforma, a idade mínima de aposentadoria foi imposta a todos, cerceando a chance anterior de alcance da mesma por meio do tempo de contribuição. E a diferença de idade exigida para se aposentar entre homens e mulheres, que antes era de cinco anos, caiu para três (62 anos para a mulher e 65 anos para o homem), exigindo maior tempo de trabalho e contribuição para alcançar a aposentadoria. As mesmas consequências de aumento de tempo de trabalho para alcance da aposentaria pesam sobre as trabalhadoras rurais com a Reforma da Previdência, apenas se diferenciando a idade mínima fixada em relação às trabalhadoras urbanas. Além disso, observa-se a redução dos valores dos benefícios da pensão por morte, cujas regras restritivas impostas pela Reforma da Previdência acabam afetando mais diretamente as mulheres, já que viúvas, mães, filhas, ex-cônjuges e irmãs representam a enorme maioria dos que recebem esse tipo de pensão do INSS.

Associados a esses ataques, os cortes nos gastos sociais e a deterioração das políticas sociais, condicionados por mecanismos como a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos (EC n.º 95 de 2016) e a Emenda Constitucional nº 96 (2016) – cuja aprovação prorrogou a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2023, dentre outros voltados para alimentar o parasitismo do capital financeiro em face do Estado, impactam na exploração das mulheres ao sobrecarregá-las nas tarefas de cuidado familiar e trabalho doméstico acrescidas com a redução dos serviços públicos de saúde, educação, assistência social, etc. Essa constatação reforça a necessidade da luta geral, unitária, para revogar as contrarreformas trabalhista, previdenciária e outras legislações que recaem sobre os ombros das massas oprimidas e, com particular violência, sobre as costas das mulheres, sobretudo negras.

Opressão sobre homossexuais e transexuais

Entre as mulheres trans e as travestis, as manifestações da opressão social são ainda mais acirradas. A Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) divulga os dados estarrecedores de que, entre este segmento dos explorados, a expectativa de vida é de apenas 35 anos e 90% precisam recorrer à prostituição diante do ciclo opressivo que se inicia em casa, passa pelas escolas e tem continuidade nas ruas. A informalidade e o desemprego são mais elevados e a pandemia agravou essa condição. Dentre a população LGBT, 41,53% da população passou a se encaixar na chamada “insegurança alimentar”. O número sobe para 56,82%, ao se considerar apenas a população trans.

Dados de pesquisa da Antra, divulgados em janeiro de 2021, mostram que a violência contra mulheres transexuais ou travestis em 2020 aumentou em relação aos anos anteriores. Em 2020, foram 175 assassinatos contra 124, de 2019. A idade das vítimas estava entre 15 a 29 anos, e foram obtidos por meio de noticiários e informações coletadas nas redes sociais, já que os governos não fornecem dados específicos sobre a violência em relação à orientação sexual e à identidade de gênero.

Como no caso das mulheres, a pandemia ampliou a subnotificação desta violência em particular e os sistemas de saúde, colapsados pelos casos de Covid, diminuíram o atendimento a vítimas de violência em geral: a população foi desestimulada a procurar o sistema de saúde em virtude da superlotação e do perigo de contaminação. Dados preliminares de um projeto da Antra junto a travestis e mulheres trans no Rio de Janeiro revelam que, ao serem perguntadas sobre suas principais necessidades, 87,3% responderam emprego e renda, seguido de acesso a saúde, educação, segurança e moradia.

As faixas etárias mais atingidas pela violência estão ligadas, mais uma vez, à juventude que, colocada na marginalidade das relações econômico-sociais, torna-se mais facilmente refém da violência policial, doméstica e dos crimes de ódio praticados em locais públicos. De maneira geral, a juventude oprimida e explorada já encontra dificuldades de acessar o mercado de trabalho e ser incorporada como força produtiva na lógica de exploração capitalista; assim, quando falamos de jovens negros e trans, há maior probabilidade de serem empurrados para a informalidade e para a marginalidade; a opressão se intensifica e os números da violência, mesmo subnotificados, aumentam drasticamente. Como parte da violência geral, também aumenta a violência contra a livre expressão da identidade de gênero e de orientação sexual. Mesmo que se comprove que a violência contra homossexuais e transexuais atinge todas as classes sociais, ela é, sem dúvida, mais intensa contra os mais pobres, piorando, também, no período de maior crise econômica e social. A “civilização” burguesa vê seus ideais de liberdade e de direitos civis serem diminuídos com a crise econômica. Mesmo nos países mais ricos, os discursos de ódio aumentam, junto ao conservadorismo e a violência aberta.

Ainda que os laços históricos da família com a propriedade tenham sido alterados ao longo da sociedade capitalista, permitindo que a opressão aos homossexuais perdesse um dos pilares materiais de sua sustentação, com as recorrentes crises econômicas e a impossibilidade de resolvê-las, crescem os vínculos dos Estados nacionais com as religiões, propagando assim o obscurantismo e preservando as noções primitivas de “conservação da família” que as religiões todas pregam. Em razão disso, a luta contra a violência homofóbica e transfóbica passa necessariamente pela luta contra a sociedade de classes e suas manifestações (os laços entre religião e Estado) e contra os ataques conjunturais aos direitos gerais da população (as contrarreformas, a redução do trabalho formal, a redução salarial, a redução dos serviços públicos, a exemplo da saúde e da assistência social, etc.).

Por uma política classista de enfrentamento às opressões

Ainda que o grupo de trabalho do ANDES-SN se denomine como GT de Política *de Classe* para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual, a resposta a tais questões apartam-se, cada vez mais, do terreno classista. São incorporadas as formulações

acadêmicas de que as opressões se desenvolvem de forma paralela, articulando questões de classe, raça-etnia e gênero-sexualidade. Classe é entendido cada vez mais de uma forma liberal, como faixa de renda, com aspectos referentes puramente ao âmbito do trabalho. Propõe-se como via de combate à opressão de gênero, a educação ou punição dos homens voltada à desconstrução das atitudes machistas e o empoderamento das mulheres. A mesma cartilha é direcionada à diversidade sexual e às questões etnicorraciais.

O movimento operário, ao longo de sua história, conseguiu forjar uma corrente revolucionária que, na luta contra o capitalismo, revelou que todas as manifestações da opressão social, ainda que tenham particularidades significativas, se originam na divisão da sociedade em classes sociais, no surgimento da propriedade privada dos meios de produção. Essa foi a base do desenvolvimento da família como unidade econômica e do aprisionamento da mulher ao lar; assim como do genocídio e subjugação dos povos originários e do escravismo colonial, de cuja base nasceram as formulações racistas de supremacia branca.

É próprio das respostas pequeno-burguesas encobrir essa raiz de classe e fazer das opressões um fenômeno cultural e ideológico que tem impactos econômicos, devendo ser remediados por meio da democratização do Estado burguês e com a ampliação de políticas públicas e ações afirmativas. O conteúdo dessas políticas combina educação e punição, além de ações afirmativas, como a reserva de cotas, sobretudo no acesso à educação e aos empregos. No Brasil, vivenciamos sob o governo do PT a incorporação dessas pautas na organização do Estado, com a criação e remodelamento de secretarias e ministérios, criação de conselhos e legislações de punição à violência sobre a mulher (Lei Maria da Penha e Lei do Feminicídio), Estatuto da Igualdade Racial e Lei de Cotas. Tais legislações não são capazes de afetar a raiz das discriminações. A implementação é limitada pelas condições do país semicolonial, agravadas pela decomposição do capitalismo. Apesar disso, ante a regressividade que acompanha a direitização da política burguesa nos colocamos ao lado dos movimentos sociais contra a destruição de tais legislações, a exemplo da Lei de Cotas que foi prevista para uma duração de dez anos e agora corre o risco de ser desfeita.

No plano internacional, a burguesia imperialista por meio de seus organismos, como a ONU, reconhece as opressões e alimenta a ilusão de que as combate. O ilusionismo se dá com o estabelecimento de metas (como os objetivos do milênio ou agenda 2030), medidas esparsas de combate aos efeitos, enquanto a fonte das opressões, a propriedade privada dos meios de produção, é preservada. No Fórum Econômico Mundial, por exemplo, a cada ano se apresenta um Relatório de Desigualdade Econômica de Gênero. Em 2021, prometia-se que a paridade de gênero (política, econômica e educacional) seria atingida em 135,6 anos, 36 anos a mais do que se prometia em 2020. Demos apenas o exemplo da opressão sobre as mulheres, mas poderíamos também desenvolver mais sobre a política em relação aos povos originários. Ainda que a OIT os reconheça formalmente como "povos", imediatamente diz que não se aplica o direito internacional de outros povos, ou seja, o direito de se autodeterminar, inclusive constituindo um Estado próprio.

Não podemos ter nenhuma confiança nas respostas da pequena-burguesia ou da burguesia às opressões. É preciso garantir a unidade da maioria nacional oprimida. Por isso consideramos que a luta unitária em torno dos empregos, salários, direitos têm o potencial de garantir essa unidade. A luta pela terra aos camponeses e indígenas também é urgente. O combate às discriminações precisa se conectar a essas reivindicações imediatas, sem se deter nelas,

apontando a raiz de classe das opressões e desenvolvendo os métodos e táticas direcionados a eliminar essa raiz, por meio da revolução proletária.

TR – 73

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Reconhecer que a opressão sobre mulheres, negros, homossexuais, transexuais têm sua raiz na opressão de classe, baseada na exploração econômica e na existência da propriedade privada dos meios de produção.
2. Desenvolver um movimento por empregos para todos, por meio da divisão das horas de trabalho entre todos os aptos a trabalhar. Por obras públicas para incorporar imediatamente mulheres, população negra e população LGBT à produção social.
3. Que nenhum trabalhador receba menos que um salário mínimo vital. Pelo fim de todas as discriminações na contratação, no emprego e no salários. Salário e direitos iguais para trabalhos iguais. Por emprego e educação para toda a juventude, com jornada compatível com os estudos. Pela revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária.
4. Diante da crescente violência sobre a população negra e indígena, reafirmar a defesa do fim das polícias militares. Defender os Tribunais Populares para julgar os crimes do Estado e da burguesia.
5. Organizar um movimento por-aposentadoria especial às mulheres, direitos de proteção à maternidade, creches e lavanderias públicas, e direito irrestrito ao aborto, garantido integralmente pelo Estado. Responsabilizar a burguesia e seu Estado por toda a violência
6. Diante da opressão sobre a mulher, de sua subordinação à família, e da vigência do patriarcalismo, lutar pela independência econômica da mulher e pelo fim de todos os laços históricos que a subordinam ao homem.
7. Diante dos retrocessos impostos pelo governo Bolsonaro, defender a educação pública, científica e controlada por quem trabalha e estuda. Combater a ofensiva obscurantista e militarista sobre a educação e as escolas. Total liberdade de ensino e expressão política no interior das unidades de ensino. Derrotar a investida dos partidários da “Escola sem partido”. Não à intervenção da polícia nas escolas.
8. Difundir nos materiais do ANDES-SN que, no marco do capitalismo, não se libertará as mulheres, negros, indígenas, homossexuais e transexuais, nem se resolverão as discriminações e a violência sofridas. Para isso, é necessário transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, socialista, por meio da revolução social. Somente assim se criarão as condições para eliminar diversas manifestação da opressão social.

TEXTO 74

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Elis Regina Fernandes Alves (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando Cesar Paulino Pereira (ADCAC), Lorena Ferreira Portes (SINDIPROL/ADUEL), Lourival Felix (SESDUEM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhucci (SINDIPROL/ADUEL), Viviane Vidal da Silva (ADUA).

POLÍTICA EDUCACIONAL: COMBATER AS CONSEQUÊNCIAS DA POLÍTICA BURGUESA DE DESTRUIÇÃO DO ENSINO PÚBLICO E DA EDUCAÇÃO BÁSICA

TEXTO DE APOIO

A longa experiência do movimento de trabalhadores da educação demonstra que nunca houve uma política do Estado burguês que garantisse plenamente o acesso e a permanência de crianças, jovens e adultos em todas as etapas da educação formal. Alternam-se os governos, de esquerda e de direita, e os dados de analfabetismo, evasão escolar e cortes orçamentários continuam revelando o abismo entre o discurso de universalização deste direito e sua realização prática. Na base deste abismo está a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, entre o potencial que educação e ciência poderiam criar e a impossibilidade de serem aplicadas plenamente à produção social. O capitalismo em crise não necessita de dezenas de milhões de trabalhadores “qualificados”, porque, em sua fase de decadência, destrói a força viva do trabalho e impõe o retrocesso geral das forças produtivas. Sobrevêm a barbárie que se manifesta na escola por meio de um ensino mecânico, repetitivo, e desvinculado da produção social. Os dois anos de pandemia, que impactaram o funcionamento das escolas e das universidades, revelaram com clareza este processo de decadência do ensino na sociedade capitalista. Os seus traços mais marcantes foram ressaltados: a exclusão de uma parcela de estudantes, um ensino decorativo manifesto em "apostilas" e materiais pré-formatados, e um avanço da mercantilização da educação por meio do EaD.

Se no ensino superior encontramos o arrocho salarial da categoria, os cortes orçamentários, o privatismo, o intervencionismo federal, o avanço do ensino a distância, na Educação Básica veremos como estados e municípios se adaptaram à política burguesa do isolamento social e produziram também um retrocesso nas condições de trabalho e de ensino. A resposta das direções sindicais do movimento dos trabalhadores da educação praticamente inexistiu, já que, de forma praticamente unânime, as direções aceitaram deixar a educação nas mãos dos governos, fecharam os sindicatos e foram para o mundo virtual, em que os estudantes eram excluídos e os professores massacrados por demandas artificiais (de adaptação às novas

tecnologias) que só serviram para ampliar a exploração de seu trabalho. Como já indicamos, os principais traços dos ataques e os retrocessos no ensino superior nos textos “Plano de lutas das IFES: responder ao arrocho salarial, cortes orçamentários, privatismo, intervencionismo, ensino a distância e contrarreformas...” e “Plano de lutas das IEES/IMES: rejeitar e eliminar o ensino a distância das universidades...”, centraremos, nesta contribuição, as características gerais da situação da Educação Básica.

Dois anos de pandemia: duras consequências sobre a Educação básica

A educação básica pública já vinha cambaleante, mas se deteriorou ainda mais com a crise econômica que atingiu o Brasil em 2015-2016 e com as contrarreformas (reforma do ensino médio e PEC do Teto, ambas ditadas pelo governo Temer, e implementadas pelos governadores e prefeitos, que cortaram recursos da Educação, avançaram a terceirização e deram passos privatizantes por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesses dois anos de pandemia, o que já era grave, se tornou insustentável. As escolas foram fechadas, o ensino a distância emergiu como remédio para a continuidade dos estudos, o financiamento por parte do Estado despencou, e milhões de crianças e jovens estiveram sob a farsa da política burguesa do isolamento social. Diante dessa situação, as consequências nefastas da decomposição do ensino se ampliaram, evidenciando a incapacidade da burguesia de defender minimamente a educação pública, bem como as crianças e a juventude.

1) Profunda regressão nos índices de alfabetização

Nesses dois anos de pandemia, o percentual de crianças de 6 a 7 anos que não sabe ler e escrever cresceu 66,3%. Em 2019, tínhamos cerca de 1,43 milhão; no final de 2021, 2,399 milhões. Essa enorme quantidade, segundo os analistas, se deve ao período prolongado de fechamento de escolas, e às dificuldades da maioria das crianças de utilizar o ensino remoto.

Inúmeros discursos são feitos diariamente, mas sem tocar na essência do problema, que foi a incapacidade da burguesia de assegurar a todos a aprendizagem nas condições do isolamento social, uma vez que implicou o fechamento das unidades escolares, e o descaso dos governos em proteger essa massa de crianças da fome e da miséria. Isso em um país em que, a cada 10 crianças que estão na fase de alfabetização, oito frequentam as escolas municipais, portanto, dependem dos recursos que são destinados à Educação. Com as escolas fechadas, sem a merenda diária, confinadas nos bairros pobres e em famílias destroçadas pelo desemprego e subemprego, milhões de crianças engrossaram as estatísticas do analfabetismo e da fome.

A responsabilidade é inteiramente do poder público, que viu, depois desse longo período, a necessidade de reabrir as escolas. Mas as aulas presenciais retornaram em piores condições. Boa parte das escolas, principalmente na periferia dos grandes centros urbanos, continua com os velhos problemas, faltando tudo. Há um enorme contingente de crianças, particularmente no ensino fundamental I, que se mantém fora da escola, por falta de vaga. Em cidades como São Paulo, a saída da Secretaria Municipal, para atender ao contingente que não teve educação neste período, foi a de aumentar o número de crianças por sala, ultrapassando o limite máximo de 30 crianças por sala de aula, nos primeiros dois anos de alfabetização, ampliando, assim, as fileiras das crianças que sairão desta etapa com o analfabetismo funcional.

2) Queda dos investimentos estatais

Dados indicaram que os recursos destinados à Educação e Ciência, em 2020, 2021 e 2022, voltaram aos patamares dos anos 2000. O Ministério da Educação dispõe, em 2022, de R\$ 3,45 bilhões, muito abaixo de R\$ 10 a R\$ 20 bilhões, de 2009 a 2015. O governo aproveitou a Pandemia para encolher os recursos para a educação básica. Basta lembrar que, ao aprovar a lei orçamentária, em janeiro, o MEC perdeu R\$ 800 milhões, o que atingiu, sobretudo, esse nível.

A política do governo é a de se livrar de parte da educação, por meio da parceria público-privada, abrindo as portas para a educação empresarial e para os cortes de recursos estatais. Isso em um país que concentra cerca de 80% das matrículas de crianças e jovens na educação básica pública. Não é de agora que organismos do imperialismo, como Banco Mundial e FMI, vêm impondo receitas privatizantes para esse nível educacional. Não por acaso, abundam projetos no Congresso Nacional para extirpar da Constituição a exigência de aplicação mínima de 18% por parte do governo Federal, e 25% por parte dos estados e municípios. Durante a pandemia, inúmeras vezes no governo e no Congresso Nacional se colocaram pelo fim dessa obrigatoriedade, bem como pela extinção do Fundeb. Por trás dessa política, está o objetivo de usar parte desses recursos orçamentários para o pagamento da gigantesca dívida pública.

Em consonância com isso, não tem havido um esforço das direções sindicais e estudantis em organizar a resistência contra o desmonte da educação pública, que se agravou com a redução de verbas e o avanço das privatizações. Trata-se de direções que alimentam a ilusão de que se trata de vontade política dos governantes. E que a saída é eleger governos e parlamentares “comprometidos” com o ensino público. Os discursos contra a extinção do Fundeb e as denúncias dos cortes orçamentários não passam de palavras ao vento. Nada foi feito no sentido de potencializar o movimento nacional dos trabalhadores da educação e de estudantes para enfrentar a política de contrarreformas e o desmonte da Educação estatal, o que necessariamente implica a luta pelo fim da rede privada e constituição de um único sistema de ensino, sob o controle de quem estuda e trabalha.

3) Ampliou-se a distância entre o ensino público e o privado

Não há comparação, em se tratando das condições materiais, entre o ensino público e o privado. Nas escolas particulares, se encontra a ultraminoria de estudantes da educação básica. No início da Pandemia, rapidamente, as escolas privadas dispuseram de recursos digitais, professores à disposição das famílias, tutores para o auxílio de tarefas, plataformas especiais com aulas gravadas, etc. Enquanto isso, nas escolas públicas, imperava toda sorte de problemas e improvisos, desde os materiais precários até a falta de infraestrutura mínima para a conexão via internet. Mesmo nas privadas, com todas as condições materiais, houve grande pressão pelo retorno presencial, seja por interesses empresariais, mas também pela constatação de que a relação de ensino-aprendizagem é inviável sob o EaD.

Como a maioria dos estudantes da rede pública vive em famílias pobres, eles não tiveram acesso à internet, aos materiais digitais e às condições elementares para dispor de espaço em suas moradias para a execução do ensino remoto. É preciso acrescentar que as crianças pobres não têm familiaridade com o aparato tecnológico, por meio do qual se realizou a caricatura do ensino a distância. Apesar da campanha ideológica dos governos, de que estavam disponibilizando os meios para o ensino a distância, objetivamente os pais e estudantes não viram sentido em continuar com essa farsa de ensino. Em pouco tempo, eram inúmeras as reclamações das famílias, impossibilitadas de acompanhar as tarefas escolares de seus filhos. Alguns governos recorreram à “busca ativa” para localizar os alunos que deixavam de acompanhar as aulas remotas. Houve uma enorme pressão sobre os professores, para que inventassem mecanismos para atrair os estudantes. Mas a realidade se sobrepôs. Como a pandemia não atingiu a população de forma igual, na Educação, o mesmo fenômeno se passou. As escolas privadas puderam proteger a ultraminoria de estudantes, enquanto, nas escolas públicas, a imensa maioria dos alunos simplesmente ficou excluída de qualquer ensino formal.

As direções sindicais e estudantis se limitaram a exigir do governo os meios para o ensino remoto. Não foram capazes de convocar as assembleias presenciais para aprovar um plano próprio de defesa das crianças e da juventude, bem como da Educação em geral. Assim, os governos ficaram de mãos livres, durante toda a pandemia, para seguir com os planos de cortes de recursos, e avanço do EaD.

4) Avanço do ensino a distância

O ensino a distância, há muito tempo, vinha sendo implantado na Educação superior, principalmente nos cursos de especialização, e na formação de professores para os projetos educacionais do MEC e das Secretarias de Educação. Dados mostravam que o EaD havia crescido muito no Brasil. Pouco antes da Pandemia, as matrículas nos cursos superiores nessa modalidade de ensino já superavam as presenciais. Em 2019, havia mais de 1,4 milhão de alunos no EaD.

Com a aprovação da reforma do ensino médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em fevereiro de 2017 e dezembro de 2018, durante o governo Temer, o objetivo foi o de adotar parte das aulas na modalidade online, principalmente nos anos finais da educação básica. No período da Pandemia, os governadores aproveitaram para pôr em prática o que já havia sido aprovado. Um exemplo foi a iniciativa do governo de São Paulo, com o “Ejatec”, em 2021, no qual parte da carga horária profissionalizante foi e será sempre em parceria com o Centro Paula Souza, por meio virtual, portanto ensino a distância.

É fato que a Pandemia facilitou a ofensiva dos governantes em expandir o EaD. A recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS), de isolamento social e de fechamento das escolas por um longo período, a adoção das aulas virtuais, a criação de plataformas digitais, em especial em toda a educação básica, aplainaram o caminho para o EaD. Basta lembrar a determinação do Conselho Nacional de Educação (CNE) que autorizou as aulas não presenciais em todas as etapas de ensino, desde a educação infantil até a superior, contabilizando, assim, essas horas de EaD como carga horária obrigatória.

Após o retorno presencial total das escolas de educação básica, a modalidade a distância já fazia parte do dia-a-dia. Bastaram dois anos de pandemia, para que o EaD na educação básica deixasse de sofrer resistência, e passasse a ser visto como uma nova modalidade de ensino, ajustada à nova era de mudanças tecnológicas. Intelectuais vinculados às academias se limitaram a questionar as dificuldades de acesso aos recursos tecnológicos por parte dos alunos da escola pública, e ao atraso dos governos em atender a esses estudantes, acarretando a tragédia da evasão escolar, no final de 2021.

Direções sindicais e estudantis, que se submeteram à política do isolamento social, também reclamaram do descaso dos governantes, em “incluir” os alunos “vulneráveis” de meios para que pudessem continuar os estudos. E o resultado não poderia ser outro, o EaD passou a fazer parte do currículo, das reuniões pedagógicas e da formação de professores. A situação da pandemia fez coincidir duas coisas distintas: o uso das tecnologias que poderia ser incentivado caso houvesse condições materiais para isso e a aplicação das tecnologias em um ensino mais esvaziado de conteúdo social, que é o EaD. Para legitimar o EaD, forma excrescente de mercantilização da educação, apoia-se no discurso de adequação às “novas tecnologias”. Radicalizou-se a separação entre teoria e prática, calcada na divisão social do trabalho no capitalismo. O resultado é um maior esvaziamento do processo educativo, aumento da exclusão da maioria e piora no ensino em geral.

As direções políticas e sindicais estão tão adaptadas ao capitalismo em decomposição, que não podem admitir que o ensino a distância não é complementar ao presencial, mas sim a sua destruição no que tem de fundamental, que é a aprendizagem e a Educação como um processo social, coletivo. A luta contra o ensino a distância corresponde à defesa do ensino presencial e à luta contra a mercantilização, que também se manifesta na existência de uma rede poderosa de ensino privado que deve ser combatida.

5) Pauperização crescente dos trabalhadores da Educação

A queda do poder aquisitivo dos trabalhadores da Educação vem de longa data. Diante das greves e manifestações, os governantes repunham parte das perdas salariais, ou em forma de

reajuste, ou em gratificações. Se nos anos de 1980 os trabalhadores da educação conquistaram planos de cargos e salários que garantiam reajustes regulares, a partir dos anos de 1990, essas conquistas foram sendo retiradas.

A política geral dos governos, em todo o país, foi a de rebaixamento do salário-base (piso), chegando ao descumprimento por parte de vários governadores e prefeitos do pagamento do Piso Nacional, calculado hoje em R\$ 3.845,00. A imposição da PEC do Teto dos gastos públicos, pelo governo Temer, serviu de justificativa para os governantes manterem o arrocho salarial dos trabalhadores da Educação. O resultado tem sido o acúmulo de perdas salariais, atingindo percentuais astronômicos. Ao mesmo tempo em que as perdas avolumavam, os governos ampliavam os descontos, atingindo também os aposentados, como foi o caso da cobrança das contribuições previdenciárias.

Diante das dificuldades de manter uma família, a saída dos professores foi recorrer ao aumento da carga de trabalho, ou seja, uma jornada no estado, outra no município, ou na rede privada. As consequências vão desde o esgotamento físico ao mental de um número crescente de educadores.

E qual tem sido a política das direções sindicais? Insistir nas assembleias virtuais, e judicializar o que deveria ser a luta direta dos trabalhadores. Esse caminho só tem trazido derrotas.

6.) A política das “greves sanitárias”

Se, no ensino superior, as greves sanitárias quase não foram utilizadas, é porque as Reitorias das diferentes universidades, em geral, não impuseram um retorno presencial forçado ao longo dos últimos dois anos. No caso da educação básica, várias redes de ensino exigiram o retorno, mesmo em momentos de agravamento das contaminações e das mortes.

A Secretaria estadual de educação do Amazonas exigiu o retorno dos professores no segundo semestre de 2020 e a de São Paulo, no primeiro semestre de 2021. Qual foi a ação das direções sindicais dos trabalhadores da educação? Aprovar em assembleias virtuais esvaziadas a chamada “greve sanitária”. Este método estranho à democracia sindical colocou na mão de cada um dos professores a escolha individual de não comparecer às unidades escolares. Na prática, era uma política de boicote e não realmente uma greve, que pressupõe decisões e ações coletivas. Não há greve na educação que não se realize por meio de atos, passeatas, e assembleias presenciais massivas. Porque é justamente esta força coletiva que pode quebrar a política dos governos. A assembleia virtual quebra a unidade entre discussão e execução das propostas aprovadas, atomiza e despolitiza os trabalhadores.

O resultado destas “greves” não poderia ser mais inócuo. Os poucos trabalhadores que aderiram a elas foram penalizados com desconto em folha e a imposição de reposições, planejadas pelas direções das escolas. A política das “greves sanitárias” serviu apenas para as burocracias sindicais fingirem que estavam fazendo algo para se opor à ação dos governos. Para lavarem as mãos. Os professores e funcionários das escolas foram para o presencial e para o trabalho remoto conforme a vontade dos governos, não conforme a vontade das categorias, porque os sindicatos abriram mão de sua direção. As “greves sanitárias” revelaram a impotência para fazer frente a política de governos e capitalistas. Não havia nenhuma incompatibilidade em realizar as assembleias e atos presenciais em locais abertos e a defesa da “vida”. O discurso hipócrita da burocracia sindical apenas ocultava a sua colaboração com a política governamental. Quando os trabalhadores da educação básica foram forçados em mais de um momento a retornar ao ensino presencial, estavam desarmados de qualquer organização coletiva e expostos também ao vírus. Ou seja, a política das assembleias virtuais e das ações virtuais e individualizadas, a exemplo da greve sanitária, deixaram os trabalhadores da educação básica apenas sob a vontade dos governantes e dos capitalistas do setor.

É preciso realizar um profundo balanço deste período de colaboração das direções sindicais com a política dos governos para que, no próximo período, a luta geral em defesa da

educação em todos os níveis, começando pela educação básica possa ser levantada e defendida por meio da luta e da unidade nacional do conjunto dos trabalhadores.

TR – 74

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN faça a campanha de estatização de toda a rede privada e constituição de um único sistema público e gratuito de ensino, sob o controle de quem estuda e trabalha.
2. Exigir do Estado o financiamento integral da educação pública, fim de qualquer subsídio ou repasse de recursos para a educação privada.
3. Que o ANDES-SN, juntamente dos sindicatos da educação básica, faça uma campanha por salários e direitos iguais a todos os trabalhadores da educação básica, sem diferenciação entre efetivos e contratados. Que lute pela efetivação dos trabalhadores de educação contratados.
4. Que o ANDES-SN, juntamente ao conjunto dos sindicatos e centrais, lute pela revogação das contrarreformas que atingem estados e municípios, a exemplo das reformas previdenciárias que rebaixam o salário de trabalhadores da educação da ativa e aposentados.
5. Que o ANDES-SN levante uma verdadeira campanha de rejeição do EAD em todos os níveis, sobretudo, na educação básica, por entender que o ensino a distância é a destruição da educação e de seu caráter social.

TEXTO 75

Contribuição dos(as) sindicalizado(a)s: Ana Paula Moura (ADUFRJ); Angela Beatriz de Carvalho (ADUFRJ); Bianca de Carvalho Pinheiro (ADUFRJ); Carmen Tindó (ADUFRJ); Cláudia Lino Piccinini (ADUFRJ); Dora Santa Cruz (ADUFRJ); Gumercinda Gonda – Cinda (ADUFRJ); Jacqueline Girão (ADUFRJ); Janete Luzia Leite (ADUFRJ), Maria de Fatima Siliansky de Andreazzi (ADUFRJ); Maria Inês de Souza Bravo (ADUFRJ); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Monica Fagundes (ADUFRJ); Rodrigo Volcan (ADUFRJ); Romildo Vieira do Bomfim (ADUFRJ); Ronaldo Lima Lins (ADUFRJ); Sara Granemann (ADUFRJ); Selene Alves Maia (ADUFRJ); Sofia de Sousa Silva (ADUFRJ); Sonia Reis (ADUFRJ); Vera Lins (ADUFRJ); Victor Lemus (ADUFRJ); Yolanda Guerra (ADUFRJ).

OS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS SÃO PATRIMÔNIO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS. NÃO À EBSEH

TEXTO DE APOIO

A ofensiva privatizante sobre os bens públicos no Brasil não é uma novidade. Como também não é novidade que esta ofensiva ganha impulso com a entrada do neoliberalismo no país, nos anos 1990. De lá para cá, os diversos governos têm mostrado empenho invulgar em entregar as empresas e as instituições públicas brasileiras para o grande capital a preços módicos.

Uma das primeiras investidas foi empreendida no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), com a criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), tendo à sua frente Luiz Carlos Bresser Pereira com a proposição das Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), ou seja, entidades privadas atuando em áreas típicas do setor público com interesse social, que podem ser financiadas pelo Estado ou pelo capital dito sem fins lucrativos – entidades típicas do chamado Terceiro Setor. Com isto, estavam abertas as portas para a privatização do setor e dos serviços públicos no Brasil.

No que diz respeito à Educação Superior, é notório o desfinanciamento governamental paulatino das universidades públicas, o que tem dificultado sobremaneira a continuidade de programas de pesquisa, de extensão, e até mesmo a simples manutenção das aulas. Não são poucas as notícias que, Brasil afora, reportam a falta de manutenção, incêndios, ausência de material e de estrutura para o funcionamento mínimo destas instituições.

Um dos maiores patrimônios das universidades públicas brasileiras são os seus Hospitais Universitários (HU), reconhecidos nacional e internacionalmente por seu protagonismo na pesquisa, no ensino e na assistência à saúde das populações, estando vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Os HU mantêm em seus quadros os maiores cientistas do país na Área da Saúde e Áreas correlatas, sendo o objeto do desejo de grande parte das empresas ligadas a este setor.

No bojo do desfinanciamento das universidades, os HU também foram, gradativamente, sendo colocados no limite de sua condição de funcionamento, gerando a narrativa falaciosa de uma “crise” dos HU.

Essa carência de recursos – materiais e financeiros – e de pessoal acabou estimulando alguns setores acadêmicos a rediscutir os modelos assistenciais de saúde e as responsabilidades dos HU como uma maneira de conter a absorção dos atendimentos do SUS. Isso propiciou, ao lado de tantas outras medidas, uma política de transferência de atribuições do Estado para o capital, por meio da criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

A solução para esta crise, portanto, de acordo com os estrategas da privatização, seria a “parceria” entre estes hospitais e o capital investidor da saúde por meio da Ebserh, uma entidade com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Educação, com prazo de duração indeterminado. Tal modelo foi baseado no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, vinculado a UFRGS, que já vem funcionando com financiamento público e privado, este através de contratos com planos privados de saúde. A criação da Ebserh atinge as Unidades de Saúde brasileiras, pois rompe com direitos sociais instaurados.

A reação, por parte significativa de docentes, técnico-administrativos e discentes, foi a recusa da entrega de um de seus maiores patrimônios públicos para os representantes do capital – nativo ou estrangeiro. É de ressaltar que o primeiro projeto de Lei criando a empresa, a considerava empresa mista, com possibilidade, portanto, de venda de ativos para o capital financeiro. Um grande movimento nacional se formou para a recusa da entrada da Ebserh nos HU federais.

O governo de Lula da Silva, no apagar das luzes de sua gestão, em 31 de dezembro de 2010, assina a Medida Provisória nº 520, que efetivou a Ebserh – que mais tarde se materializa na Lei nº 12.550, de 15/12/2011, conhecida como a “lei da Ebserh”. Com isso, o governo legaliza e legitima a transferência da gestão da política de saúde das universidades federais para o grande capital. A empresa possui a mesma lógica daquelas criadas sob forma de sociedade anônima.

Os contratos de gestão entre EBSEH e Universidades serão firmados mediante parceria público-privada, sendo fixadas metas de desempenho e de produtividade, o que vai no sentido inverso à natureza das universidades. No que tange a ensino, pesquisa e extensão, no modelo ideal da reforma do Estado, tais atividades serão conduzidas por Fundações de Apoio – sendo estas atividades consideradas *serviços*. Por mais que os defensores da EBSEH aleguem que a prestação dos serviços ocorrerá gratuitamente, não se garante, em momento algum, a exclusividade dessa modalidade, assim como se deixa em aberto a possibilidade de convênios com os planos privados. A própria lei da Ebserh permite esse vínculo com os grandes capitais investidos na saúde; deixando-o evidente especialmente em seu artigo 8º. E mudanças na Lei atual ocorrem facilmente, por maioria simples do Congresso Nacional.

A maior parte das Reitorias, fascinadas pela promessa do aporte financeiro que seria enviado como moeda de troca pela sua aceitação à Ebserh, com maior ou menor truculência, maior ou menor democracia e respeito às instâncias dos movimentos organizados, aprovou a vinculação de seus HU à Ebserh. Até o momento há 40 HU administrados pela Rede Ebserh. (<https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/sobre-os-hospitais-universitarios-federais>).

Desde 2011, as universidades federais progressivamente assinaram convênios com a Ebserh. A UFRJ é a *única* universidade brasileira que conseguiu resistir, mantendo seus nove Hospitais Universitários (o maior complexo de saúde universitário do país) exclusivamente públicos, malgrado o garrote financeiro que os governos mantêm.

No caso da UFRJ, os movimentos iniciais da Reitoria com vistas a contratualização com a EBSEH se deram no ano de 2012. A partir do entendimento das lideranças sindicais e estudantis e professores comprometidos com a causa pública, um movimento unitário para impedir esse contrato se deu e logrou importantes vitórias. Em primeiro lugar, ganhou uma discussão ampliadíssima na Universidade sobre a questão. A Reitoria, pressionada, teve que colocar o tema em vários debates públicos, garantindo que pessoas indicadas pelo movimento contrário à Ebserh estivessem na mesa de debates, nas unidades hospitalares e acadêmicas. Em segundo lugar, o movimento conseguiu apresentar uma proposta alternativa de fortalecimento da gestão universitária, através do Complexo Hospitalar da UFRJ. Em outubro de 2013, em um Conselho Universitário com amplíssima participação da comunidade universitária, a Reitoria retirou a proposta de contrato com a Ebserh. Além da clara importância da mobilização, é sabido que o contrato que a Ebserh ofereceu a UFRJ ficava muito aquém do que seria necessário para um convencimento dos conselheiros.

Entre 2013 e 2021, três gestões de Reitores, a UFRJ em maior ou menor grau, teve seu Complexo Hospitalar impulsionado. Em 2017, um balanço apresentado ao Conselho Universitário mostrou que medidas de reposição de pessoal foram tomadas a partir de um processo em julgado obrigando a UFRJ e ao MEC repor postos de trabalho. Esforços foram feitos de ampliar os recursos através das possibilidades apresentadas pelo governo federal: Emendas Parlamentares, contratualização com o SUS e REHUF. Além disso, um reforço

gerencial na área de compras foi feito, com resultados favoráveis. O fato é que obras foram feitas, houve aumento do quadro de servidores e melhoria na produção, ao contrário do que diziam os acólitos da EBSEH, de que os HUs iam fechar.

Na campanha para Reitoria de 2019, a então candidata (posteriormente vitoriosa), Denise Carvalho, declarou não estar no seu horizonte a Ebserh. Entretanto, em 2020, o Conselho do Centro de Ciências da Saúde (CCS) reabre a questão com os mesmos argumentos de 2012: prejuízos ao ensino e pesquisa e falta de pessoal, principalmente. Sem levar em conta inúmeras evidências de que a EBSEH não teria cumprido a contento seus compromissos com as Universidades e acumulava inúmeros problemas, encaminharam solicitação para que o CONSUNI reabrisse as tratativas com a EBSEH visando contrato.

Tais problemas acumulados em 10 anos de vigência da EBSEH, amplamente documentados pelo Andes-SN, pela Fasuba, pela Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, por estudantes e até na literatura acadêmica, são relacionados à falta de pessoal, a despeito dos compromissos assumidos nos contratos. Também, à gestão assediadora do pessoal, por parte da Ebserh, gerando conflitos entre trabalhadores e adoecimento, onde o servidor RJU perde até a fiscalização dos ambientes de trabalho por parte dos serviços de Saúde do Trabalhador da Universidade. Os estudantes perdem acesso a muitos setores dos HU, pois são considerados fardos que reduzem a produtividade. Os docentes vêm seus espaços de pesquisa e extensão cancelados, caso não sejam do interesse de faturamento do gestor da Ebserh. As Unidades acadêmicas não opinam mais sobre as rotinas e políticas de investimento dos HU.

Ao contrário de 2012 e 2013, a Reitoria tratou a questão de forma antidemocrática e pouco transparente. Aproveitando-se da natural desmobilização, fruto da pandemia, não promoveu a ampla discussão que seria necessária para reverter uma decisão anterior de não contratualização tomada com ampla participação da comunidade universitária. Não promoveu estudos abrangentes sobre os impactos da Ebserh e forçou uma decisão do Consuni, em meio a pandemia, de reabrir negociações. A despeito do funcionamento remoto da Universidade, foi formado um movimento “Fora EBSEH na UFRJ” que procurou esclarecer a comunidade universitária, pontuando junto ao Consuni as questões democráticas e políticas afetadas por uma retomada do tema Ebserh com a Universidade esvaziada.

Atualmente, a Reitoria, a passos largos, vem estabelecendo tratativas com vistas ao contrato com a Ebserh. A deliberação do Consuni é que o contrato seja aprovado pelo Conselho. Há toda uma discussão em torno da necessidade de um contrato especial, com salvaguardas que respeitem decisões da Universidade no que concerne aos aspectos acadêmicos, mas o que se antevê é que a Reitoria e outros gestores da área de saúde da Universidade, aceitarão o contrato padrão existente. Isso porque não só têm afinidade política com este modelo privatizado, como não possuem estrutura político-ideológica para enfrentar a conjuntura de restrição de recursos públicos, pois para isso, há que ter luta e se acreditar na mobilização popular.

Em síntese, as alegações de insuficiências de pessoal e orçamentárias são temas recorrentes a todos os serviços públicos no país pois são consequência da falta de compromisso governamental com os direitos constitucionais do povo.

A UFRJ já enfrentou esse quadro outras vezes. No caso mais recente envolvendo HU, tanto a UFRJ quanto a UNIRIO obtiveram reposição do quadro RJU através da judicialização e por mobilização e luta dos servidores e estudantes, coisa que pode ocorrer novamente.

Por fim, somos forçados a lamentar que, a julgar pelas últimas declarações de seus defensores, a ideia não é rediscutir a Ebserh na UFRJ, mas se debruçar diretamente sobre o contrato, exigindo da Ebserh "cláusulas pétreas"; objetivando garantir autonomia no ensino e na pesquisa, entre outras exigências contratuais. Ora, por que a Ebserh faria um contrato de excepcionalidade com a UFRJ? Muito se ouviu sobre interferir no contrato, mas todas as universidades que tentaram não conseguiram. Tanto é verdade, que a essência do contrato não se altera. Todos são iguais! O que muda é o tempo de duração: 15, 20 anos ou por tempo indeterminado. Pelo simples fato de a Ebserh ser uma empresa de serviços, autônoma e que não aceita, é o que vem ocorrendo, interferências da Universidade.

Considerando todos os argumentos aqui postos, é necessário que a UFRJ interrompa a tentativa de levar à frente qualquer investida para entregar nossos hospitais à Ebserh e estabeleça estratégias para enfrentar os problemas dos hospitais que não são novos, e a universidade já revelou formas de contornar, entre as quais, a judicialização para abertura de vagas.

Docentes do Movimento Barrar a EBSEH na UFRJ

TR – 75

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o Andes-SN retome a luta contra a Ebserh a partir do material já produzido, atualizando-o e avaliando a situação de cada HU após a adesão à Ebserh.
2. Avançar na unidade nacional com Fasubra, Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, CSP Conlutas, União Nacional dos Estudantes (UNE) e demais movimentos de estudantes, para elaborar um Dossiê que mostre os impactos negativos da Ebserh sobre os hospitais universitários cedidos à empresa, no que tange às condições de trabalho, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à autonomia universitária.
3. Que o Andes-SN e suas Seções Sindicais promovam gestões junto ao Congresso Nacional no sentido de extinguir a Ebserh.

TEXTO 76

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Adelson Fernandes Moreira (SINDCEFET-MG); Adriano Vitti Mota (ADUFRA); Albany Mendonça (APUR); Aloizio Soares Ferreira (ASPUV); Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG); Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV); Angelica Lovatto (ADUNESP); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU); Antônio Luís de Andrade – Tato (ADUNESP); Antônio José Mayhé Nunes (ADURRJ); Bráulio Silva Chaves (SINDCEFET-MG); Catarina Barbosa Torres Gomes (SINDCEFET-MG); Celia Regina Otranto (ADURRJ); Cícera Vanessa Maia (SINDCEFET-MG); Dayse Iara dos Santos (ADUNESP); Dilenno Dustan (APES-JF); Edilson Rodrigues Palhares (SINDCEFET-MG); Fábria Barboza Heluy Caram (SINDCEFET-MG); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP); Fernando Ramalho Martins (ADUNESP); Francisco Carlos Duarte Vitória (ADUFPEL); Gabriel Muñoz Palafox (ADUFU); Gilberto Marques Pereira (SINDCEFET-MG); Igor Mota Morici (SINDCEFET-MG); Janete Luzia Leite (ADUFRJ); João da Costa Chaves Júnior (ADUNESP-SSind.); Joao Francisco de Almeida Vitor (SINDCEFET-MG); José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT); Juliana Barbosa de Segadas Vianna (ADURRJ); Lúcia Emília Letro Ribeiro (SINDCEFET-MG); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADURRJ); Marcelo Soares Pereira da Silva (ADUFU); Márcio Pereira da Silva (ADUNESP); Maria Célia Nunes Borges de Lima (SINDCEFET-MG); Maria De Lourdes Couto Nogueira (SINDCEFET-MG); Marisol Valencia (ADURRJ); Milney Chasin (SINDCEFET-MG); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP); Monica Pirozi (ASPUV); Paulo Cesar Lage de Oliveira (SINDCEFET-MG); Samuel França Alves (SINDCEFET-MG); Sueli Guadalupe de Lima (ADUNESP); Valter Luiz de Almeida Vitor (SINDCEFET-MG); Vicente Donizete da Silva (SINDCEFET-MG); Virgílio Coelho De Oliveira Junior (SINDCEFET-MG.); Zenilde Moreira (ADUFERPE).

NOVO ENSINO MÉDIO: A PEDAGOGIA DO OPRESSOR

TEXTO DE APOIO

A reforma do Ensino Médio, implementada pela Lei nº 13.415/2017 foi concebida por intelectuais comprometidos com as classes empresariais e afiliados às políticas hegemônicas internacionais. Esses intelectuais apontam para a necessidade de mudanças no Ensino Médio brasileiro, ajustando o processo formativo às exigências laborais da nova configuração produtiva. Defendem uma nova concepção pedagógica segundo a qual a organização curricular deve ser flexível, estruturada a partir de itinerários formativos, de modo a permitir que o discente, garantida a base nacional comum, opte pelo aprofundamento em uma área acadêmica ou pela formação técnica e profissional, conforme sua trajetória e seu projeto de vida.

Algumas organizações empresariais brasileiras se engajaram tenazmente no processo de formulação, consolidação e implementação da reforma do Ensino Médio. Atuaram constituindo fóruns de discussão, patrocinando pesquisas, realizando avaliações, fomentando campanhas, enfim, sedimentando as condições para a legitimação e adoção desse modelo pedagógico. Entre as organizações que protagonizaram a reforma se destacam as seguintes: Fundação Ayrton Senna, Fundação Bradesco, Fundação Itaú para Educação e Cultura, Fundação Lemman,

Fundação Roberto Marinho, Fundação Victor Civita, Instituto Unibanco, Instituto Natura, Santander, Gerdau, Volkswagen e Todos pela Educação (organização não governamental criada por empresários).

No âmbito do poder público, a reforma vem contando com a forte e arbitrária pressão dos dirigentes do Ministério da Educação dos últimos governos, de diversos parlamentares, do Conselho de Secretários de Educação, do CNE - Conselho Nacional de Educação (nomeadamente Maria Helena Guimarães de Castro, atual presidente do CNE, defensora ardorosa desse modelo pedagógico).

A iniciativa de colocar em tramitação a reforma do Ensino Médio teve origem em 2012, quando foi constituída, na Câmara dos deputados, por solicitação do deputado federal Reginaldo Lopes, do PT de Minas Gerais, uma Comissão Especial com o objetivo de desenvolver estudos e elaborar proposições para essa reformulação. As principais justificativas apresentadas para a instalação da comissão eram as seguintes: a necessidade de buscar soluções para os supostos problemas de retenção e evasão escolar decorrentes de uma organização curricular extenuante, superficial e rígida que tornavam o Ensino Médio desestimulante para o estudante e a urgência de se viabilizar uma nova organização curricular de caráter flexível, para atender a demanda dos diversos projetos de vida dos alunos.

No final de 2013, a Comissão apresentou o Projeto de Lei (PL) n.º6840/2013, que alterava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) e propunha mudanças significativas na organização do Ensino Médio. O PL recebeu mais de 500 emendas apresentadas por deputados tendo sido rejeitado por diversas entidades progressistas dos campos sindical, educacional e científico, notadamente pelo Movimento Nacional pelo Ensino Médio⁸. As críticas contundentes ao projeto inicial deram origem, no dia 16 de dezembro de 2014, a um PL substitutivo. O projeto substitutivo não chegou a ser discutido no plenário da Câmara, recebendo, ao longo de sua tramitação, apenas pedidos de apensamento a outros, sendo engavetado e o debate público silenciado. No dia 22 de setembro de 2016, o Ministro da Educação de então, Mendonça Filho, encaminhou para edição pelo presidente Michel Temer, a Medida Provisória 746/2016, cujo teor se aproximava do PL inicial. Assim, por efeito de Medida Provisória, a reforma foi sancionada. Em 16 de fevereiro de 2017, a Medida Provisória foi convertida na Lei n.º13.415, estabelecendo as novas diretrizes e bases para o Ensino Médio, nos termos dispostos pela referida Medida Provisória. Evidencia-se, portanto, o caráter antidemocrático da reforma que implicou emudecimento do debate público e a entrada em vigor do “Novo Ensino Médio” por força de uma Medida Provisória posteriormente convertida em lei.

A reforma impôs profundas e lesivas alterações na estrutura curricular do ensino médio. Introduziu a concepção pedagógica da aprendizagem flexível que consiste na premissa da distribuição desigual do conhecimento, com arranjos curriculares distintos, conforme os imperativos do mercado. Do ponto de vista operacional, esse modelo pedagógico se estrutura com base em dois pilares definidores do percurso formativo: organização curricular e carga horária.

A estrutura curricular do Novo Ensino Médio abarca a Base Nacional Comum Curricular (BNCC/Ensino Médio)⁹ e os itinerários formativos organizados por diferentes

⁸ O Movimento Nacional pelo Ensino Médio é composto por 10 entidades do campo educacional – ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação), CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade), FORUMDIR (Fórum Nacional de Diretores das Faculdades de Educação), ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), Sociedade Brasileira de Física, Ação Educativa, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, ANPAE (Associação Nacional de Política e Administração da Educação), CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica) e CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) – sendo criado no início de 2014 com vistas a intervir no sentido da não aprovação do Projeto de Lei nº 6.840/2013. Para esse fim, empreendeu um conjunto de ações junto ao Congresso Nacional e ao Ministério da Educação, além de criar uma petição pública.

⁹ <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc-etapa-ensino-medio>

percursos, definidos pelos sistemas de ensino. A lei estabelece cinco possibilidades de “itinerários formativos”: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica e Profissional. O aluno deve escolher um desses itinerários de acordo com a disponibilidade de oferta das instituições ou redes de ensino. Apenas o ensino de Língua Portuguesa e de Matemática constituem os “componentes curriculares” obrigatórios da Base Nacional Comum Curricular previstos para as três séries do Ensino Médio em todos os itinerários. Já o ensino da língua inglesa tem caráter obrigatório, contudo, a lei não menciona se esse componente curricular será ofertado nas três séries. Vale sublinhar que a nova organização curricular abandona por completo o termo disciplina e utiliza a noção de “estudos e práticas” para o ensino de Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia, atribuindo-lhes um significado eminentemente flexível. No caso específico da Filosofia e Sociologia, ao serem convertidas em temas transversais diluídos em outros conteúdos, perde-se a contribuição precípua que essas disciplinas oferecem ao processo formativo, em decorrência do seu papel crítico-reflexivo.

No que diz respeito à distribuição da carga horária, a Lei n.º13.415 prevê a separação entre a formação comum a todos os alunos (BNCC) e a formação diversificada do currículo referente aos itinerários. A BNCC corresponde a 1,5 ano ou 1.200 horas, podendo chegar a até 1.800 horas no caso da implementação do regime de tempo integral. Já a parte diversificada pode perfazer em torno de 2/3 da duração total do curso. Observa-se nessa organização curricular o caráter aligeirado da formação e o significado que o conceito de “flexibilização” curricular assume, atrelado a uma visão fragmentada e superficial do processo formativo. Isso em razão da carga horária estabelecida para a formação geral limitar-se a 1800 horas no máximo, com somente dois componentes curriculares obrigatórios em todo o percurso: os outros componentes curriculares têm carga horária reduzida em contraposição à proposta de educação integral, eixo das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM/2012).

Quanto à educação técnica e profissional, a Lei n.º13.415 basicamente reedita o Decreto n.º2.208/97 do Governo FHC, que possibilita que parte da formação dada nas escolas de Ensino Médio possa ser ofertada por cursos à distância, em módulos ou cursos oferecidos por outras instituições, mediante sistema de créditos e terminalidade específica. Notadamente na formação técnica e profissional, a flexibilização e relativização da organização curricular é sistematizada de maneira mais acentuada e explícita. Especificamente nesse caso, o esvaziamento do conhecimento teórico é de tal magnitude que admite a certificação de competências comprovadas por exercício profissional supervisionado ou adquiridas fora do ambiente escolar, o que permite reconhecer conhecimentos tácitos.

A flexibilização dos sistemas de ensino desmonta o Sistema Nacional de Educação (SNE), consagrado pelo Plano Nacional de Educação do decênio 2014-2024 para o Ensino Médio, pois fica a cargo dos sistemas de ensino o arranjo e a organização dos componentes do currículo concernentes aos itinerários formativos. Diante desse desmonte, as instituições e as redes de ensino têm a autonomia para definir quantos e quais itinerários formativos ofertar, podendo optar por somente um itinerário e pelo mais simples, que demanda baixos investimentos e pouco número de profissionais. Por essa razão, a flexibilização do sistema de ensino abre o flanco para a redução de investimentos na educação básica, sobretudo nas unidades educacionais da rede pública.

Também favorece a redução de investimentos o fato de a Lei n.º13.415 não fixar a duração mínima para a formação geral básica (BNCC) e estabelecer apenas a duração máxima, que não pode ser superior a 1800 horas. Sendo assim, os sistemas de ensino têm autonomia para adotar as formas de organização curriculares com as cargas horárias que julgar pertinentes para a formação geral. Provavelmente as escolas detentoras de maior aporte financeiro, sobretudo, as da rede privada, poderão oferecer a carga horária máxima para a formação geral com os conteúdos escolares básicos que propiciam o acesso e a permanência dos estudantes no ensino

superior. Já as escolas privadas de pequeno porte e as das redes estaduais de ensino tenderão a ofertar arranjos curriculares mais pobres, com duração inferior a 1800 horas.

Em direção oposta “à meta de alcançar um padrão unitário de qualidade” nesse nível de ensino, a pedagogia da aprendizagem flexível promove a distribuição desigual do conhecimento. Aprofunda, dessa forma, a dualidade estrutural presente no sistema educacional brasileiro ao intensificar a fragmentação do sistema escolar composto por duas redes de escolarização: a rede de formação das elites, que controlam o processo laboral, e a outra destinada a treinar os jovens oriundos das classes subalternizadas para executar o processo laboral. A estrutura dicotômica do sistema escolar reproduz e legitima a divisão hierárquica do trabalho indispensável aos processos de expansão e acumulação do capital. Nessa perspectiva, a adoção da pedagogia flexível representa o ajustamento do Ensino Médio às novas formas de acumulação do capital que requerem trabalhadores socializados para se subordinarem à flexibilização precarizada do trabalho e às degradadas relações de trabalho.

O recorte classista do “Novo Ensino Médio” é revestido de atraentes justificativas entre as quais se destaca a do “protagonismo do aluno”. Essa justificativa estabelece uma relação direta entre a escolha do itinerário formativo pelo discente e a redução dos índices de retenção e evasão escolar. Em verdade, sob o pretexto de tornar o Ensino Médio mais interessante para o aluno, esse modelo pedagógico introduz um currículo fragmentado, despojado de conteúdos científicos e filosóficos e da articulação entre o saber teórico e o prático. Além disso, os novos componentes curriculares são organizados pelas grandes áreas do conhecimento, não por disciplinas, com a inserção de temas desprovidos de base epistemológica, entre os quais: Intervenção Cultural e Empreendedorismo, Projeto de vida, Protagonismo Juvenil.

Concretamente, a organização curricular estruturada em itinerários formativos expropria dos alunos o direito à aquisição dos conhecimentos mais elaborados e complexos, dos saberes produzidos pela Biologia, Filosofia, Física, Geografia, História, Química e Sociologia, dos pressupostos epistemológicos e dos princípios filosófico-científicos dos processos tecnológicos sobre os quais se ergue a organização da produção moderna. A expropriação do direito à educação de qualidade lastreada pelos corpos de conhecimento filosófico-científico forma uma nova geração submetida ao conhecimento assistemático, proveniente do senso comum conformado e subordinado às condições econômicas, sociais e políticas dominantes que têm como princípio supremo da moralidade o individualismo, o empreendedorismo e a competitividade.

Da mesma forma, a justificativa do “protagonismo do aluno” em verdade é um simulacro, pois o discente de 14 anos não tem as condições necessárias para optar pelo seu percurso formativo, uma vez que desconhece aqueles saberes formais mínimos que o modelo de Ensino Médio anterior se propunha a assegurar. Tendo em vista essa consideração, a escolha precoce do itinerário formativo, segundo a trajetória e projeto de vida do educando, consiste, de fato, na transferência de responsabilidade para o jovem estudante. Os impactos dessa escolha são de responsabilidade exclusivamente do indivíduo que definiu, precocemente e sem o acúmulo de conhecimento necessário, o seu percurso formativo.

Ademais, o “protagonismo do aluno” representa, sobretudo, a transmissão subliminar de uma noção unidimensional da realidade, segundo a qual a apreensão das relações coletivas é obscurecida. Nessa noção, as questões sociais são deslocadas para a esfera do privado, e os problemas coletivos, tratados como exclusivamente pessoais. A trajetória de vida assim como a trajetória escolar são determinadas pela escolha e pelo empenho individual. Tem-se como resultado do apagamento da dimensão social no processo educativo escolar a pretensão de imprimir nas novas gerações uma sociabilidade unidimensional presa a uma visão de mundo fragmentada, individualista e voluntarista. Socializadas dessa forma, as novas gerações tenderão a perceber a exploração do capital sobre o trabalho como processo natural e a buscar soluções para os problemas sociais mediante a adoção de iniciativas filantrópicas e pessoalizadas, completamente desconectadas das condições socioeconômicas concretas e das relações de dominação presentes na sociedade.

Ainda sob a justificativa do “protagonismo do aluno” e da teoria do “aprender a aprender”, esse modelo pedagógico transfere o professor e o processo de ensino para grupos e comunidades de aprendizagem, nos quais os discentes se inserem desenvolvendo pesquisas sob a supervisão de determinado orientador. O professor passa à condição de organizador de conteúdos e de produtor de propostas de curso. A relação presencial é convertida em tutoria, cabendo ao tutor acompanhar o processo de aprendizagem dos alunos. Cabe também ao discente a responsabilidade pelo seu processo de aprendizagem, estabelecendo os horários, as condições e o compasso da aprendizagem, segundo sua trajetória e projeto de vida. Sendo assim, o “Novo Ensino Médio” prescindir da atuação do professor que assume um papel secundário no processo de aprendizagem flexível, o de tutor, “professor-entregador”. Logo, a atividade docente também é flexibilizada, aproximando o professor das condições a que estão expostos os trabalhadores das novas modalidades de trabalhos precários.

Portanto, o caráter lesivo do “Novo Ensino Médio” se evidencia na brutal expropriação do direito dos estudantes à educação de qualidade em consonância com os fundamentos da pedagogia histórico-crítica. Concretamente, a Lei n.º 13.415 impôs uma pedagogia opressiva por meio de um currículo flexibilizado, da inconsistência epistemológica, da composição de componentes curriculares que esvaziam a relação com o conhecimento, da substituição dos vínculos entre teoria e prática pelo imediatismo e pragmatismo mercadológico, do predomínio das noções do senso comum sobre o conhecimento fundado na Ciência e na Filosofia. Para mais, inviabiliza a compreensão das contradições sociais e do processo de construção da emancipação humana ao imprimir uma noção a-histórica e fragmentada da vida social na qual os processos coletivos de produção da vida material são deslocados para a esfera privada.

É importante ressaltar, por fim, que a implementação desse modelo representará um ataque mortal também à educação superior brasileira, uma vez que os universitários ingressantes não terão tido acesso aos conhecimentos que hoje constituem pré-requisitos para os currículos da educação superior. A reforma do ensino médio é, portanto, o prenúncio de uma reforma universitária que tratará de desmontar a estrutura de produção científica brasileira. Consta-se, desse modo, que o “Novo Ensino Médio” é a contraface da concepção de educação expressa no Caderno 2 do ANDES-SN.

TR – 76

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN envie esforços para a revogação da Lei n.º 13.415/2007, que institui novas diretrizes para o Ensino Médio, e da Resolução CNE/CP n.º 1 de 05/01/2021 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, tendo em vista os prejuízos que poderão causar à educação brasileira nos níveis médio e superior.
2. Que o ANDES-SN promova uma campanha nacional de esclarecimento à população brasileira a respeito das consequências dessas políticas para a formação de estudantes do ensino médio e seus reflexos nas estruturas dos cursos superiores, em especial das licenciaturas.
3. Que esta campanha conte com o apoio financeiro do Fundo de Mobilização do ANDES-SN.

TEXTO 77

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Adriano Vitti Mota (ADUFRA); Albany Mendonça (APUR); Aloízio Soares Ferreira (ASPUV); Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG); Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV); Angelica Lovatto (ADUNESP); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU); Antônio Luís de Andrade – Tato (ADUNESP); Antônio José Mayhé Nunes (ADURRJ); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Celia Regina Otranto (ADURRJ); Cícera Vanessa Maia (SINDCEFET-MG); Dayse Iara dos Santos (ADUNESP); Dileno Dustan (APES-JF); Fábria Barboza Heluy Caram (SINDCEFET-MG); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP); Fernando Ramalho Martins (ADUNESP); Francisco Carlos Duarte Vitória (ADUFPEL); Gabriel Muñoz Palafox (ADUFU); Gilberto Marques Pereira (SINDCEFET-MG); Igor Mota Morici (SINDCEFET-MG); Janete Luzia Leite (ADUFRJ); João da Costa Chaves Júnior (ADUNESP); José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT); Juliana Barbosa de Segadas Vianna (ADURRJ); Lúcia Emilia Letro Ribeiro (SINDCEFET-MG); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADURRJ); Marcelo Soares Pereira da Silva (ADUFU); Márcio Pereira da Silva (ADUNESP); Marisol Valencia (ADURRJ); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP); Monica Pirozi (ASPUV); Samuel França Alves (SINDCEFET-MG); Sueli Guadalupe de Lima (ADUNESP); Zenilde Moreira (ADUFERPE).

É PRECISO VOLTAR A MIRAR OS NOSSOS HORIZONTES - CONSTRUIR O PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA TODA A CLASSE TRABALHADORA

TEXTO DE APOIO

As políticas educacionais das últimas décadas, agravadas pelas tentativas bolsonaristas de desmonte das instituições, órgãos gestores e da infraestrutura de ensino, mantêm o quadro de precariedade da educação brasileira e representam um desastre para a sociedade e em especial para a classe trabalhadora. Estes ataques acontecem em um sistema educacional que já poderia atender de forma plena às demandas de toda a população, mas que, ao contrário, se mantém desigual, com uma precarização cada vez maior do seu setor público e com o avanço da privatização e de seus arautos.

Atravessamos 14 anos de governos petistas sem que se visse uma melhoria consistente na educação infantil e no ensino fundamental. Os índices internacionais de avaliação se mantiveram baixos e o legado deixado após o impedimento de Dilma Roussef está longe e aquém das promessas feitas no início dos anos 2000. Estamos ainda com percentuais altos de analfabetos, com evasão e aprendizado insuficientes e uma segregação perversa na qualidade de formação de crianças e jovens, com grande parte dos filhos dos trabalhadores sem qualquer perspectiva. Uma expansão do ensino superior veio junto, também no governo petista, porém com uma privatização massiva das matrículas, com a privatização de setores e espaços de IFES e IEES, e com o sucateamento de parte da estrutura física. A carreira docente foi precarizada, os salários defasados, e diversas políticas implementadas acentuaram o produtivismo e o adoecimento de professores. O tratamento e o diálogo dos governos nos anos petistas com a

categoria docente não foram diferentes dos períodos anteriores, incluindo aí também as esferas estadual e municipal.

Sob o governo Bolsonaro, este quadro só se acentua, à medida que se retiram verbas para as políticas sociais e cresce o montante de dinheiro público para o chamado fundo eleitoral. Em 2018, esta retirada foi de 1,7 bilhão de reais, dois anos depois 2,035 bilhões e hoje, em 2022, já foram aprovados 4,9 bilhões de reais, mas os partidos querem chegar a 5,7 bilhões. O presidente está fazendo força para agradar os partidos políticos. Tudo isso em um Brasil quebrado, com índices crescentes de fome e pobreza.

Além da apropriação dos recursos financeiros, não podemos deixar de destacar o sistemático controle ideológico do Estado brasileiro. Mesmo reconhecendo que vários Ministérios do atual governo estão totalmente engajados neste controle, vamos aqui destacar o Ministério da Educação (MEC).

Está em curso no MEC uma guerra cultural sustentada pela pauta econômica do governo. Com as ações já implementadas nos dois últimos anos, a regressão na educação brasileira está visível e tende a piorar, enquanto durar o atual governo. Para ilustrar o que afirmamos, bastaria destacar que temos um Ministro da Educação que não defende a escola, e, sim, a educação familiar ou *homeschooling*. Esta é mais uma forma de evitar que crianças e jovens convivam com o “diferente”, com a população LGBTQIA+, com pessoas negras e pobres, enfim, com todos aqueles que possam questionar alguns valores que lhes foram inculcados ideologicamente. Nada a estranhar vindo de um Ministro homofóbico, que afirmou ser a homossexualidade fruto de desajustamento familiar.

O titular da pasta, que se pauta pela ideologia política do Presidente da República, vem ocasionando crises em diversos setores do MEC. Como exemplo, podemos apontar o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que já contou nesse governo com 5 presidentes e, em 4/11/2021, teve 37 funcionários em cargos de chefia pedindo exoneração. O INEP exerce papel importante no cenário educacional brasileiro e as consequências da crise já se fizeram sentir em vários setores, e, em especial, no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Instituído em 1998, no ano de 2019 o ENEM passou a ser utilizado como mecanismo de acesso à educação superior. O governo Bolsonaro já se elegeu com o discurso de controle ideológico da educação brasileira e o ENEM é um dos seus alvos. A interferência ideológica nas questões se faz cada vez mais evidente, gerando inclusive o temor em professores e estudantes de que ele fosse extinto. No entanto, o ENEM continua, mas conta com um número cada vez menor de participantes. É como se grande parte da sociedade brasileira que aspirava o acesso ao ensino superior, desistisse da ideia. E o ENEM continua, não porque o MEC reconheceu sua importância para a ampliação do acesso à educação superior, mas porque este Ministério não quer renunciar aos recursos financeiros oriundos das inscrições e do FNDE. Este financiamento mantém vivos o INEP e o ENEM, com péssima administração controle ideológico cada vez maior do governo.

Se analisarmos a pós-graduação, podemos observar a crise na CAPES, outro braço do MEC, que já teve 3 direções no governo Bolsonaro. Como responsável pela avaliação de Programas de Pós-graduação, tem ocasionado uma série de instabilidades nestes Programas, que se refletem também nas bolsas de pesquisa. Dados da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), por exemplo, mostram que a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) perderam aproximadamente 51% da verba para financiar pesquisas nos últimos dez anos. A tendência é piorar ainda mais em 2022.

Tudo isso se reflete especialmente no ensino superior público federal, com destaque para as Universidades, Institutos Federais e CEFETs. Algumas das ações mais visíveis da

interferência ideológica no interior dessas instituições, são expressas pela perseguição a docentes e estudantes que defendem ideias divergentes do governo federal, e pela interferência direta de Bolsonaro no processo de nomeação de reitores, em aberta afronta à autonomia universitária. O número de nomeados que não foram eleitos pelas comunidades universitárias aumenta a cada dia, na tentativa de controlar as IES “por cima”. No caso das Universidades Federais isso já vem causando interferência na correlação de forças existente na Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior (ANDIFES). Em 03/02 do corrente ano, aconteceu a ruptura: sete reitores fundaram a Associação dos Reitores das Universidades Federais do Brasil (AFEBRAS). São reitores que militam à direita do espectro político e devem ter sido seduzidos pelo governo Bolsonaro, em especial pelo MEC, com vantagens para as suas instituições. Formam a nova Associação os reitores das seguintes instituições: UFC, UVERSA, UFVJM, UNIVASF, UNIFEI, UFRA e UFRGS. A iniciativa deve ter sido facilitada pela nomeação de reitores de confiança de Bolsonaro e pelas condições de penúria das Instituições Federais de Educação Superior, que estão à beira de um colapso financeiro!

De acordo com o presidente da ANDIFES, em declaração dada ao Jornal da SBPC o valor destinado às universidades federais neste ano de 2022 é de 5,3 bilhões, menor que os R\$ 6,1 bilhões de 2019 – último ano em que as universidades funcionaram normalmente, ainda sem pandemia. O mesmo vem acontecendo com os Institutos Federais. De que forma estas instituições poderão retornar com suas aulas presenciais como está sendo cogitado? Depois de 2 anos praticamente sem uso, os laboratórios estão desatualizados e precisando de obras. Também precisam de obras as salas de aula e os banheiros. A rede elétrica precisa ser revisada, assim como a garantia de acesso à rede de internet para todos os alunos. Alguns IF sequer tinham concluído sua construção inicial.

A coordenadora do SoU-Ciência Soraya Smaili, em entrevista ao Jornal *O Estado de São Paulo*, afirmou: “Estamos jogando fora um tesouro”! Ela se referia à queda de 25% do custeio das universidades federais, desde 2019 e complementou com a divulgação de um corte de R\$ 739,9 milhões na área de educação e pesquisa, feito por Bolsonaro em 24/01/22. Disse ela: “[...]o governo Bolsonaro definiu para o setor, em 2022, um dos mais ingratos orçamentos da história da República”.

Os cortes diminuem bolsas de pesquisa e prejudicam publicações científicas. A verba estimada para 2022 na Capes e no CNPq é de menos da metade do orçamento que existia dez anos atrás. A redução de investimentos para a ciência no Brasil já dificulta o trabalho de pesquisadores e universidades do país, e a tendência é piorar nos próximos anos.

A falta de recursos, no entanto, pode ser ainda mais aguda em 2022. As estimativas da diminuição para este ano, feitas pela SBPC, ainda não consideravam os recentes cortes que o governo Bolsonaro anunciou: só no Ministério da Educação, ao qual a Capes é vinculada, a diminuição do orçamento chegou R\$ 802,6 milhões. (Dados do Jornal da SBPC, jan. 2022).

No que se refere ao Conselho Nacional de Educação (CNE) cabe ressaltar que este órgão vem tendo seus membros substituídos desde a posse do primeiro titular da pasta de Educação do governo Bolsonaro. Como órgão de governo, não exerce a crítica isenta das medidas governamentais, pelo contrário, as endossa, mesmo que estejam em desacordo com a visão da maioria dos educadores do país. Depois de inúmeras substituições, o CNE está ideologicamente modificado, de modo a possibilitar as mudanças pretendidas pelo governo, em relação, por exemplo, à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao Novo Ensino Médio, que já vem sendo divulgado nos principais canais de comunicação do país.

Em relação a este último, ele cai como uma luva dentro das pretensões do Sistema S e da rede privada de ensino médio em geral. Já a rede pública vê com muitas restrições uma

reforma da última etapa da educação básica feita por Medida Provisória, sem discussão da sociedade. A carga horária na escola aumenta, mas o número de professores não acompanha na mesma proporção nas instituições públicas, e o leque de disciplinas se diversifica. No entanto, como a Reforma flexibiliza a formação docente, e qualquer um que tenha “notório saber” poderá ministrar aulas, os professores das escolas públicas receiam por tempos ainda mais difíceis. A reforma do ensino médio, se implantada como foi planejada, pode atingir em cheio o ensino superior, principalmente os cursos de licenciatura, que já se tornaram um dos alvos do atual governo.

A educação popular também vem sofrendo perdas significativas ao longo deste governo. Começou com ofensas a Paulo Freire, grande educador brasileiro voltado para a alfabetização jovens e adultos, e concluiu com a extinção da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. Em 2020, o Decreto no 20.252/2020, que reestruturou o INCRA, praticamente inviabilizou o PRONERA (Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária) responsável pela Educação do Campo. As licenciaturas em Educação do Campo de todo o país estão com dificuldades de se manter pois atendem a alunos camponeses que têm necessidades específicas. Muitas estão em vias de fechar!

Somam-se a isso, ações contrárias às conquistas provenientes das lutas dos direitos humanos no Brasil e no mundo, como a defesa da não inclusão de alunos especiais nas classes regulares, para “não atrapalhar” os que podem aprender. Vide fala do presidente ao Correio Brasiliense em janeiro de 2021¹⁰.

O cenário de devastação da educação brasileira é tão desolador, que é difícil imaginar quanto tempo vai demorar, na era pós-Bolsonaro (porque ela vai chegar!), para recuperar pelo menos uma parte do que tínhamos antes de ele ser eleito presidente. No caso específico da educação superior federal, torna-se urgente, desde já, priorizar as Universidades e os Institutos Federais, garantindo-lhes a sobrevivência para que possam continuar a desempenhar o papel importante que lhes cabe na sociedade brasileira. A luta pela recuperação do financiamento dessas instituições e valorização de seus servidores é uma das primeiras que precisa ser travada, para que possam se manter de pé.

Frente a este quadro, algumas tarefas se impõem a todos os movimentos, entidades e organizações que fazem o enfrentamento a este governo, em especial aos que o fazem a partir do campo de esquerda.

Entendemos que as lutas em 2022 devem convergir para livrar o país do atual governo e iniciarmos uma nova construção. Este deve ser o ano do FORA BOLSONARO e as nossas ações devem estar integradas a esta bandeira. As mobilizações no campo da Educação, assim como todas as ações do ANDES-SN devem se articular com essa luta. Neste sentido também devemos atuar de maneira mais incisiva nos fóruns da CSP-Conlutas e em especial no seu Setorial da Educação.

É preciso manter a resistência e o embate contra a destruição das conquistas que tivemos neste setor nas últimas décadas e contra o desmonte que a extrema direita vem realizando, e que visa, inclusive, aparelhar e se apropriar da estrutura institucional da educação. Até que o país se veja livre do bolsonarismo é importante que busquemos ações de unidade na luta, de maneira a tornar mais forte esta resistência.

Entretanto, conforme assinalamos no Tema I, mantidos os números atuais de percentuais de votos, um novo governo Lula se mostra inevitável, enquanto os demais

¹⁰ <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/01/4898782-bolsonaro-diz-ser-favoravel-a-separar-alunos-inteligentes-de-atrasados.html>.

“coadjuvantes” tentam arranjos políticos/eleitorais para se manterem vivos e com alguma possibilidade de barganha eleitoral. E qual é o projeto para a Educação? O que o PT pretende implementar, caso saia vencedor, a partir de 2023? Haverá espaço para a construção de um projeto educacional para a classe trabalhadora? Temos na memória os retrocessos e ataques dos governos petistas, do quadro vergonhoso que deixaram no ensino fundamental, do fechamento de escolas do campo. Os docentes sabem bem como foi a relação com o governo petista, os ataques, as mudanças na carreira nas IFES, a privatização do ensino superior, a introdução massiva da EaD.

Entendemos que as reivindicações dos trabalhadores docentes, representados no ANDES-SN devem se reaproximar das demandas e das lutas de toda a classe neste setor. Devem começar, não só no discurso, mas também na prática, por uma educação universal, gratuita, pública, de qualidade em todos os níveis e socialmente referenciada. A educação infantil e o ensino fundamental de qualidade devem ter condições de acesso e permanência para todos, revertendo urgentemente a situação de sucateamento, descaso e evasões de jovens e crianças, que tem sido mostrada, principalmente nas periferias. É preciso também recuperar a qualidade na formação de professores e na infraestrutura escolar. Sem isto as demais políticas educacionais, inclusive para o ensino superior, ficam capengas.

As diversas tentativas de debates, análises e de encaminhamentos políticos para a Educação no país, nos últimos anos, em Fóruns, Encontros e outros, esbarraram sempre nos limites programáticos e nas disputas por hegemonias políticas, dificultando ou mesmo impedindo uma expressão democrática e representativa das lutas que a classe trabalhadora enfrenta neste setor. É preciso construir um debate nacional, através de mecanismos que garantam a ampla participação da classe, do “chão da escola” e que comece pela reconstrução de um projeto de educação pública, gratuito, inclusivo e socialmente referenciado em todos os níveis.

Precisamos voltar às nossas utopias, aos projetos que ainda não existem e que queremos construir. Temos que voltar a olhar para os horizontes da classe trabalhadora.

Para a Educação, a reconstrução necessária terá que ser resultado do debate, da reflexão e de uma ampla mobilização da sociedade.

TR – 77

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. tomará iniciativas e encaminhará a mobilização pelo FORA BOLSONARO, fazendo o chamamento, inclusive no Setor da Educação da CSP-Conlutas, para todas as organizações dos trabalhadores da Educação, no sentido de atuarmos em unidade na luta contra este governo;
2. através de sua Diretoria, dos Setores das Federais e Estaduais e Municipais e suas Seções Sindicais, tome a iniciativa para construção de um movimento de base, capaz de mobilizar amplamente a sociedade, escolas e comunidades, ainda em 2022, em conjunto com a CSP-Conlutas, incluindo seu Setorial de Educação, buscando a adesão de movimentos sociais e demais organizações da classe trabalhadora, com o propósito de traçar princípios, diretrizes e ações para a Educação após o governo Bolsonaro;
3. encaminhará a luta pela recuperação imediata do financiamento das Instituições Federais de Educação Superior.

TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

TEXTO 78

Contribuição da(o)s sindicalizada(o)s: Aderaldo Alexandrino de Freitas (ADUFERPE); Adriana Machado Penna (ADUFF); Adriano Severo Figueiró (SEDUFMS); Adriano Vitti Mota (ADUFRA); Agatha Justen (ADUFF); Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Airton Paula Souza (ADUFS-SE); Alair Silveira (ADUFMAT); Albany Mendonça (APUR); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre José Medeiros do Nascimento (ADUFPI); Alexandre Macedo (ADUFPB); Aloizio Soares Ferreira (ASPUV); Alyne Sousa (SINDIFPI); Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV); Angelica Lovatto (ADUNESP); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP); Antonia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU); Antonio de Pádua Bosi (ADUNIOESTE); Antonio Francisco Lopes Dias (ADCESP); Antônio José Mayhé Nunes (ADUR-RJ); Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCEG); Antônio Luís de Andrade – Tato (ADUNESP); Antônio Rodrigues Belon (ADUFMS); Aparecida Darc de Souza (ADUNIOESTE); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Beatriz Tupinambá Freitas (ADUFS-SE); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Bráulio Silva Chaves (SINDCEFET-MG); Carlos Costa (ADCESP), Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP); Cássio Alves (APUFPR); Catarina Barbosa Torres Gomes (SINDCEFET-MG); Catharina Marinho Meirelles (ADUFF); Celeste Pereira (ADUFPEL); Celia Regina Otranto (ADUR-RJ); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); Ceres Torres (ADUFPEL); César Honorato (ADUFF); Cícera Vanessa Maia (SINDCEFET-MG); Claudete Sales Sampaio (ADUFS-SE); Claudia Alves Durans (APRUMA); Claudia March (ADUFF); Cláudio Gurgel (ADUFF); David Junior de Souza Silva (SINDUFAP); Dayse Iara dos Santos (ADUNESP); Denise Monte Braz (ADUR-RJ); Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP); Dileno Dustan (APES-JF); Edgard Leite (ASPUV); Egmar Oliveira Souza Júnior (SINDIFPI); Elaine da Silva Neves (ADUFPEL); Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); Eliane Fazolo (ADUR-RJ); Elizandra Garcia da Silva (ADUFF); Elyson Carvalho (ADUFS-SE); Eptácio Macário Moura (SINDUECE); Erlenias Sobral do Vale (SINDUECE); Fábila Barboza Heluy Caram (SINDCEFET-MG); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP); Fabiola Kato (ADUFPA); Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG); Fernando Ramalho Martins (ADUNESP); Franci Gomes Cardoso (APRUMA); Francisca Raquel da Costa (SINDIFPI); Francisco Carlos Duarte Vitória (ADUFPEL); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE); Francisco Santiago (SINDUFAP); Gabriel Muñoz Palafox (ADUFU); Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA); Gelta Xavier (ADUFF); Geraldo do Nascimento Carvalho (ADUFPI); Gihad Mohamad (SEDUFMS); Gilberto Marques Pereira (SINDCEFET-MG); Graziela Lucci de Angelo (SEDUFMS); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR); Igor Mota Morici (SINDCEFET-MG); Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP); Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT); Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI); Jacira Maria Machado de Oliveira (ADUFF); Jairo Paes Selles (ADUFF); Janete Brito (ADCESP); Janete Luzia Leite (ADUFRJ); João Batista Farias Junior (SINDIFPI); João Carlos Gilli Martins (SEDUFMS); João da Costa Chaves Júnior (ADUNESP); João Francisco de Almeida Vitor (SINDCEFET-MG); José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL); José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT); José dos Santos Souza (ADUR-RJ); José Itabiricy (ADUFRA); José Jailton Marques (ADUFS-SE); José Raphael Bokehi (ADUFF); José Vitório Zago (ADUNICAMP); Juliana Barbosa de Segadas Vianna (ADUR-RJ); Juliana Iglesias Melim (ADUFES); Júlio Figueiredo (ADUFF); Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Léia Soares

da Silva (SINDIFPI); Leonardo Dourado de Azevedo Neto (ADUA); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Lorena Moraes (ADCESP); Lúcia Isabel Silva (ADUFPA); Lucas Pacheco Campos (APES-JF); Lúcia Emília Letro Ribeiro (SINDCEFET-MG.); Luciano Coutinho (ADUFRJ); Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ); Luis Silva (SINDIFPI); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL); Luiz Paiva Carapeto (ADUFPEL); Marcelo Barreto Cavalcanti (ADUFEPE); Marcelo Massayoshi Ueki (ADUFS-SE); Marcelo Soares Pereira da Silva (ADUFU); Márcio Leonardo Lima Pereira (SINDIFPI); Márcio Pereira da Silva (ADUNESP); Marco Antonio Escher (APES-JF); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Caral Coutinho (ADUR-RJ); Maria Augusta Tavares (ADUFAL); Maria Célia Nunes Borges de Lima (SINDCEFET-MG); Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA); Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA); Maria das Graças Soares Floresta (ASPUV); Maria de Lourdes Couto Nogueira (SINDCEFET-MG); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); Maria Edilene S. Ribeiro (ADUFPA); Maria Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS); Maria Isabel Duarte Rodrigues (ADUFPA); Maria Luzinete Alves Vanzeler (ADUFMAT); Maria Suely Soares (APUFPR); Maria Thereza Cândido Gomes de Menezes (ADUFF); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Marisol Valencia (ADUR-RJ); Maristela da Silva Souza (SEDUFMS); Marli Clementino Gonçalves (ADUFPI); Marluce Souza e Silva (ADUFMAT); Máuri de Carvalho (UFES); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Milena Martinez (APUFPR); Milney Chasin (SINDCEFET-MG); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP); Monica Pirozi (ASPUV); Mônica Vermes (ADUFES); Olgaíses Maués (ADUFPA); Olinto Silveira Alves Filho (ADUFS-SE); Omar Albomoz (ADCESP); Oneize Amoras de Araújo (ADUFS-SE); Onice Teresinha Dall'Oglio (ADUFMAT); Paulo Antonio Cresciulo de Almeida (ADUFF); Paulo César Lage de Oliveira (SINDCEFET-MG); Osmar Gomes de Alencar Júnior (ADUFPI); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Raimundo Sérgio de Farias Junior (SINDUEPA); Raphael Góes Furtado (ADUFES); Raquel Angela Speck (APUFPR); Regiana Wille (ADUFPEL); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPB); Romildo de Castro Araújo (ADUFPI); Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA); Rosana Mendes Éleres de Figueiredo (APRUMA); Rosângela Assunção (ADCESP); Rosely Cabral Giordano (ADUFPA); Rosimé Meguins (ADUFPA); Rute Glésia Lima Noleto (SINDIFPI); Samuel França Alves (SINDCEFET-MG); Sandra Alessi (APUFPR); Sandra Moreira (ADUFPA); Saulo Arcangeli (SINDUEMA); Sérgio Inácio Nunes (ADUFU); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Sérgio Darwich (SINDUEPA); Sônia Maria Araújo (ADUFPA); Sônia Pimentel (ADUFS); Sônia Regina Teixeira (ADUFPA); Sueli Guadalupe de Lima (ADUNESP); Suly Rose Pereira Pinheiro (APRUMA); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Tamara Cardoso André (UDUNIOESTE); Tarcísio Luiz Pereira (ADUFMS); Valdelaine Mendes (ADUFPEL); Valter Luiz de Almeida Vitor (SINDCEFET-MG); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA); Vera Núbia Santos (ADUFS-SE); Vicente Donizete da Silva (SINDCEFET-MG); Vilson Aparecido da Mata (APUFPR); Vilemar Gomes da Silva (APRUMA); Virgílio Coelho Oliveira Júnior (SINDCEFET-MG); Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADUFMS); Viviane Narvaes (ADUNIRIO); Waldir Bertúlio (ADUFMAT); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA); Waldyr Lins de Castro (ADUFF); Wanderley Padilha (SINDUNIFESSPA); Welbson do Vale Madeira (APRUMA); Wilma Pessoa (ADUFF); Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP); Zenilde Moreira (ADUFERPE).

O ESTATUTO DO ANDES-SN É A CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS APROVADAS DEMOCRATICAMENTE, E NÃO UMA PEÇA BUROCRÁTICA AO SABOR DAS CONVENIÊNCIAS - AS ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA E SUA POSSE DEVEM OCORRER EM 2022

TEXTO DE APOIO

Os anos de 2020 e 2021 impuseram desafios às lutas sociais e anticapitalistas. A pandemia da covid-19 trouxe o imperativo do isolamento social em defesa da sobrevivência, ao tempo em que as condições de vida da classe trabalhadora se deterioraram ainda mais, na esteira da precarização do trabalho e da redução da renda. Nesse contexto, a plataformização das lutas mostrou seus limites; e tão logo possível e necessário que os movimentos voltem às ruas.

A tragédia sanitária evidenciou ainda mais as contradições e limites do capitalismo, que se diz globalizado, mas cuja razão de ser assenta-se na produção e reprodução de desigualdades, na destruição ambiental e, conseqüentemente, na valorização diferenciada da vida no planeta e no interior de cada país.

No Brasil, país que tem um Sistema Único de Saúde público com larga experiência em vacinação, o negacionismo se instituiu de forma insistente por meio do governo federal, e nos fez lutar para termos acesso à vacinação, processo que não se completou, pois ainda não foi derrotada a política genocida levada a cabo por Bolsonaro e seus apoiadores – dentro e fora do Congresso Nacional.

O ano de 2021 foi marcado pela retomada dos atos públicos, com todos os cuidados sanitários necessários, mas com a compreensão que o movimento para derrotar o bolsonarismo – e sua política ultraliberal de extrema direita e neoconservadora no Brasil – deveria se dar nas ruas e em aberto diálogo com trabalhadoras e trabalhadores sobre o aprofundamento de sua exploração e opressão, resultantes da agenda do grande capital que se materializa na política de morte da extrema direita no país.

Destacamos, entretanto, o arrefecimento das lutas e dos atos de rua que retomamos em 2021. A proximidade do ano de eleições presidenciais, por certo, teve um papel importante nesse recuo das lutas mais amplas da classe trabalhadora, apesar de os servidores públicos terem assumido papel central no enfrentamento à aprovação da PEC 32, que propõe a Contrarreforma Administrativa do Estado e a destruição dos serviços públicos no país.

Nas universidades públicas e demais instituições de ensino, as condições de trabalho e de ensino se deterioraram, não só pela precarização e intensificação decorrentes da adoção de modalidades de ensino remoto, como também pelo resultado das políticas de estrangulamento orçamentário das instituições públicas, no marco do desmonte do serviço público em geral.

As condições pregressas de subfinanciamento se agravaram com a Emenda do Teto de Gastos Públicos (EC-95), atingindo as políticas sociais, incluídas aí a educação, a ciência e tecnologia e a saúde.

Nas instituições públicas de ensino superior, básico, técnico e tecnológico, a liberdade de pensamento no ensino e na pesquisa foi duramente atacada, seja pela sua versão mais radical

– a nomeação de dirigentes à revelia das deliberações democráticas internas às instituições, ou seja, a nomeação de interventores – seja pelas formas cotidianas e particulares expressas nos ataques de extrema direita e reacionários aos docentes, estudantes e técnicos.

A “luta remota” ou a “luta à distância”, ou ainda a “luta plataformizada”, mostra seus limites num período marcado por dificuldades para mantermos o sindicato mobilizado, combativo, autônomo, classista e de base. Os encontros virtuais, necessários devido à pandemia, impuseram restrições e desafios em face do que buscamos para preservar a democracia interna e pela base de nosso sindicato.

Cabe ressaltar que a nossa luta política pelo *Fora Bolsonaro e Mourão* não deve e não pode se restringir ao campo institucional, muito menos às eleições majoritárias para a presidência. O debate em torno do que será decidido nas urnas não esgota nem baliza a atuação do ANDES-SN. Este sindicato, ao longo de sua existência, tem reafirmado seu rechaço ao sindicalismo pelego e a toda forma de instrumentalização das forças sindicais. O ANDES-SN não foi e não deve ser indiferente às disputas eleitorais, mas isso não pode significar fazer delas o fundamento do seu plano de lutas. Nesse sentido, vale lembrar das seguintes palavras da Carta de Curitiba, escrita no 10º Congresso do ANDES-SN, em 1991, quando este sindicato comemorava 10 anos de existência: “Ao comemorar dez anos de existência a [hoje o] ANDES-SN, entidade autônoma, desatrelada do Estado, mantida pela contribuição voluntária dos associados, reafirma seus compromissos históricos pela construção de uma sociedade democrática, justa, fraterna e igualitária”.

De um lado, a luta contra a exploração e a opressão demanda compreendermos que Bolsonaro e sua base bolsonarista expressam a expansão capitalista em sua versão mais reacionária e destrutiva da vida e que anda de mãos dadas com setores que, em nível nacional, estão em expressiva expansão. Por outro lado, não podemos supor que essa expansão não se utilize de outras forças políticas, dispostas ao pacto fáustico que tudo promete em troca do poder.

A volta às ruas, assim como a mobilização no “chão da Universidade”, pautada no desafio que será 2022, coloca para nós a importância da retomada do movimento docente presencial e de seu fortalecimento.

A luta em unidade com o conjunto da classe demanda as mediações necessárias entre as lutas em defesa da educação pública, de nossas condições de trabalho, e as lutas mais gerais.

Derrotar Bolsonaro, mas não só. As prospecções para as eleições ao Congresso Nacional apontam para uma futura Câmara dos Deputados e Senado Federal tão ou mais conservadores que os atuais. Combater os setores que os sustentam e os apoiam em 2022 – e para além de 2022 –, demanda movimento concreto da base de nosso sindicato, retomando nossa mobilização presencial e o conjunto de nossas práticas sindicais.

A partir destas reflexões, discordamos veementemente – e, para nós, é fictícia – a oposição entre a implementação dos planos de lutas – geral e específicos das IFES e IEES/IMES – e a realização das eleições do ANDES-SN, explicitada no texto 47. Em todos os congressos eleitorais deste sindicato, os planos de luta foram elaborados, apresentados e aprovados com seriedade e combatividade. Tal argumento de contraposição não passa, portanto, de um sofismo e de um proposital esquecimento do que tem sido nossa prática ao longo dos anos. Ambos, eleições internas e formulação do plano de lutas, são práticas sindicais calcadas em princípios democráticos muito bem-vindas num momento em que urge nos mobilizarmos para fazer mais e mais das ruas nossa arena principal de luta.

Entendemos que a retomada presencial das instâncias e das práticas sindicais do ANDES-SN – Congresso, Conad, Assembleias Gerais, mobilizações, paralisações e greves – inclui, como parte importante do movimento, as eleições para a sua Diretoria e para as das Seções Sindicais. Eleger a nova Diretoria e todo o processo envolvido nisso é elemento fundamental para a mobilização contra Bolsonaro, o bolsonarismo e demais forças que abraçaram a ultradireita reacionária como porto seguro para o enfrentamento da crise do capital e, por consequência, e como garantia de seus privilégios e de suas condições de classe.

Além disso, como será demonstrado mais adiante, a Diretoria não pode pautar em um Congresso a prorrogação do seu próprio mandato sem antes ter convocado as eleições para o Sindicato, conforme estabelece o Estatuto.

Ao descumprir o que está previsto explicitamente no Estatuto do ANDES-SN, omitindo-se de convocar as eleições 30 dias antes do Congresso, a Diretoria forçou um impasse para ser resolvido no curto espaço temporal do evento, ao mesmo tempo em que apresenta como saída a alternativa, no mínimo constrangedora, de prorrogar o seu próprio mandato. Isto aparece como proposta de alteração estatutária no Caderno de Textos, pautada no último tema do Congresso e eivada de outras impropriedades graves, que ferem a democracia, a organização e a boa prática política. Um exemplo disso é a pretensão de introduzir nas Disposições Transitórias do Estatuto que a posse da nova Diretoria seria realizada fora de uma instância deliberativa, simplesmente em uma solenidade promovida pela atual Diretoria.

Tal improvisação implicaria em proceder a transferência de direção sem que o relatório da Comissão Eleitoral seja apresentado a uma instância do sindicato; e sem que o relatório da Diretoria que encerra o seu mandato fique à disposição das Seções Sindicais em uma instância. Porém, o mais grave se dá na expressão da política do sindicato, uma vez que a nova Diretoria assumiria sem ter a possibilidade de submeter a uma instância deliberativa do movimento todo o acúmulo produzido durante o processo eleitoral, bem como a expressão do programa eleito nas urnas, para atualização do Plano de Lutas que assumirá a responsabilidade de implementar.

No Relatório do 13º Conad Extraordinário está absolutamente nítido que a proposta de realização de dois Congressos em 2022, conforme apresentada pela Diretoria, não foi aprovada, mas não há qualquer menção à indicação de não se realizar a eleição para a Diretoria durante o período das eleições gerais no país, como a Diretoria afirma ter ocorrido (Texto 47, Caderno p. 317). O Conad resolveu o que estava ao seu alcance resolver, que era convocar o 40º Congresso, o qual, por ser em ano par, tratará da eleição para a Diretoria, conforme regra o Estatuto. Isto é, não competia ao Conad, mesmo que suas decisões fossem *ad referendum* do Congresso, deliberar sobre convocar um segundo Congresso, Extraordinário, a ser realizado posteriormente ao Congresso que o Conad estava chamado a decidir sobre sua convocação. Essa é uma proposta que só poderia ser apreciada pelo próprio 40º Congresso, como uma das possíveis alternativas para resolver as readequações de períodos de mandatos que tiveram que ser alterados em função da pandemia. A rejeição pelo 13º Conad Extraordinário não pode ser considerada como uma reprovação da proposta, mas a correção de sua colocação na instância errada. Além disso, mesmo se considerássemos a hipótese de que a deliberação do Conad fosse uma proibição à realização de um Congresso Extraordinário em 2022, o 40º Congresso, como instância superior, caso seja eventualmente proposto e a maioria dos delegados assim desejarem, pode convocar um Congresso Extraordinário.

Estamos defendendo, não a favor ou contra a realização de Congresso Extraordinário em 2022, mas tão somente o lugar das coisas na democracia no interior do sindicato, e vamos

ser insistentes nisso, inclusive recuperando o que define o Estatuto. A Diretoria também se mostra preocupada com a democracia do sindicato e afirma em dois textos, sobre a duração de seu mandato, que não seria democrático o encurtar (Texto 1, Caderno p. 47 e Texto 27, Caderno, p. 203). No TR 47 propõe que a eleição seja adiada para 2023 e que seu mandato também seja prorrogado até a posse da Diretoria que será eleita. A questão que levantamos é a seguinte:

Se propor a redução do mandato da Diretoria, a exemplo da realização da eleição em maio de 2022 e posse no próximo Conad, aproximadamente 5 meses antes do mandato completar 2 anos, é algo não democrático, seria democrático a Diretoria propor a prorrogação de seu mandato, para além de 2 anos?

As eventuais propostas relativas ao cronograma da eleição, posse e duração de mandatos, da atual e da próxima Diretoria, não são aprioristicamente democráticas ou não democráticas. O que determinará isso é como tais propostas são encaminhadas e dialogam com as demais propostas, e como nos relacionamos com as instâncias do sindicato e, em especial, como a Diretoria, que tem atribuições muito bem definidas, lida com tais atribuições e, sobretudo, com os direitos dos sindicalizados.

Chamamos a atenção para outro fato em que a atual Diretoria afronta os Estatutos do ANDES-SN. A Diretoria termina o texto de apoio citando que o Estatuto determina que ela convoque a eleição 30 dias antes do Congresso que precede a eleição e conclui: “A nossa compreensão é de que é o Congresso que vai definir o processo eleitoral, e, dessa forma, não há como a Diretoria convocar a eleição de acordo com o estabelecido no Estatuto antes da realização do debate pela categoria nesse evento”. (Texto 47, Caderno p. 319)

Ora, todas as eleições para a Diretoria realizadas anteriormente, inclusive a atual, tiveram seus processos definidos pelo Congresso, e em todas elas a Diretoria as convocou e apresentou, no Congresso, proposta de regimento e de cronograma eleitorais. A pandemia impôs a suspensão do último processo eleitoral, seu adiamento e adequação às condições do isolamento social. A Diretoria, desta vez, ao não convocar a eleição, está antecipando o resultado do Congresso, onde, pela forma como está encaminhando, haverá pouquíssimo espaço – na verdade, praticamente nenhum – para propostas diferentes da sua.

E isso ocorre, não pelas circunstâncias impostas pela pandemia, mas pela insistência da Diretoria em desprezar o Estatuto. Fez isso no 13º Conad Extraordinário, como já mostrado anteriormente, na omissão em convocar a eleição e, como ainda veremos, noutros aspectos da sua proposta.

O Estatuto não é uma peça burocrática que atendemos ou não conforme as conveniências, mas a consolidação das normas democráticas da organização sindical. Caso o Estatuto tenha normas que a Diretoria entenda que devam ser diferentes, ela deve cumpri-lo ao mesmo tempo em que proponha mudanças. No caso, a Diretoria teria que ter convocado a eleição nos termos do Estatuto, proposto um cronograma com data da eleição em maio de 2022 e uma minuta de Regimento. Ela pode propor, concomitantemente, outro texto no qual afirme que cumpriu o que o Estatuto determina, mas que considera que o Congresso deve fazer algo diferente, apresentando outro TR, com conteúdo diferente do anterior.

Mas, a Diretoria, neste caso, estaria fazendo coisas contraditórias concomitantemente?

A resposta é não. Ela cumpriria o Estatuto, sua obrigação, e proporia ao Congresso, outro encaminhamento que, ao seu juízo, melhor atendesse às circunstâncias, inclusive com eventuais alterações estatutárias. Pois, quer se queira ou não, o Estatuto define que o mandato é

de 2 anos, mas nos anos pares e com posse no Conad Ordinário, que é no meio do ano. Não há no Caderno, para além do TR 47, da Diretoria, outras propostas para a eleição, mas qualquer Seção Sindical, assembleia ou grupo de sindicalizados pode ainda apresentar. No entanto, caso alguém pretenda apresentar proposta que implique em o mandato atual ficar inferior a 2 anos, de acordo com a Diretoria, esta não seria democrática. Vejamos como a Diretoria argumenta isso. “Dada a necessidade de fazermos um enfrentamento a altura da conjuntura, e, considerando que, nesse período do 39º Congresso até o momento, a democracia interna do nosso sindicato funcionou plenamente – pois estivemos de frente para a história nas lutas em curso –, entendemos que não é democrático encurtar o mandato da atual direção”. (Texto 1, Caderno p. 47)

O argumento é uma autodeclaração de ser democrática. Algo assim: como somos democráticos, qualquer proposta de redução do nosso mandato seria não democrática e, para garantir a democracia, devemos até mesmo ignorar o Estatuto.

Infelizmente a Diretoria, ao não convocar as eleições neste 40º Congresso, tenta inviabilizar as eleições do sindicato no ano de 2022, com a argumentação de que isso estaria em oposição ao plano de lutas, que este ano deveria ter tratamento diferenciado ao adotado em TODAS as eleições institucionais anteriores, qual seja o de afirmar-se como organização de luta, isso é, que seja quem for que vença as eleições gerais, teremos que continuar lutando. Reafirmamos que não há contradição entre plano de lutas e eleição, pois a eleição no sindicato tem sido, em diferentes contextos, associada às lutas e contribuído para o fortalecimento do sindicato, e não seria diferente no atual contexto. Assim devemos comemorar os 40 anos do ANDES-SN. Defendemos que a eleição para a direção do ANDES-SN seja realizada em 2022, e que o mandato desta diretoria não seja prorrogado, devendo a próxima diretoria tomar posse no Conad, como estabelece o Estatuto do nosso sindicato.

Em sua proposta de prorrogação de mandato e realização da eleição após o 41º Congresso, a Diretoria esvazia o papel do evento, já que a data do pleito, da posse, e o cronograma todos ficam definidos antecipadamente pelo 40º Congresso, inclusive com redução em 50% dos prazos estatutários. Estamos, pois, diante de uma prorrogação que se combina com uma redução dos prazos de um processo altamente importante para a vida do sindicato, e não há necessidade de se fazer isso, pois ainda podemos assegurar os prazos eleitorais com um cronograma em 2022.

TR – 78

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. A eleição e posse da próxima Diretoria ocorrerão em 2022, seguindo-se os prazos estabelecidos pelo Estatuto;
2. Seja realizado CONAD extraordinário no final de novembro, início de dezembro deste ano no qual tomará posse a Diretoria eleita e será atualizado o plano de lutas;
3. Seja introduzido artigo nas disposições transitórias do Estatuto que estabeleça que o mandato da próxima Diretoria vá até o CONAD ordinário de 2024.

ERRATA AO CADERNO DE TEXTOS DO 40º CONGRESSO DO ANDES-SN

Página 17, SUMÁRIO, onde se Lê:

<p>Texto 56 – Método dos Congressos e CONADS - <i>Contribuição do(s) sindicalizado(a)s: da Diretoria da ADUFAL, Diretoria da ADUFRJ, Amália Catharina Santos Cruz (ADUnB), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur), Ariuska Karla Barbosa Amorim(ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFISM), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFISM), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota(ADUFPA), Humberto de Assis Climaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFISM), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFISM), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFISM), Liliane Maria Macedo Machado (AdUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucília Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFISM), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFESJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFISM), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUnB), Neila Baldi (SEDUFISM), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUnB), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), Ronaldá Barreto Silva (ADUnB), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFISM), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves(ADUPE).</i></p>	332
<p>Texto 57 – Pela refiliação do ANDES-SN ao DIEESE - <i>Contribuição do(s) sindicalizado(a)s: da Diretoria da ADUFAL, Diretoria da ADUFRJ, Amália Catharina Santos Cruz (ADUnB), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur), Ariuska Karla Barbosa Amorim(ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFISM), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFISM), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes</i></p>	334

<p>(ADUFPA), Fabricia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczyszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota(ADUFPA), Humberto de Assis Climaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFISM), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFISM), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFISM), Liliane Maria Macedo Machado (AdUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucilia Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFISM), Maria Caramez Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFISM), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUnB), Neila Baldi (SEDUFISM), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUnB), Patricia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUnB), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFISM), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves (ADUPE).</p>	
---	--

Retificamos, para que Leia-se:

<p>Texto 56 – Pela refiliação do ANDES-SN ao DIEESE - <i>Contribuição do(s) sindicalizado(a)s: da Diretoria da ADUFAL, Diretoria da ADUFRJ, Amália Catharina Santos Cruz (ADUnB), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur), Ariuska Karla Barbosa Amorim (ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFISM), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFISM), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza (ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabricia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczyszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota(ADUFPA), Humberto de Assis Climaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFISM), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFISM), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFISM), Liliane Maria Macedo Machado (AdUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur),</i></p>	332
---	-----

<p><i>Lucilia Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFMS), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUneb), Neila Baldi (SEDUFMS), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUneb), Patricia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), RONALDA BARRETO SILVA (ADUneb), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFMS), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves (ADUPE).</i></p>	
<p>Texto 57 – Método dos Congressos e CONADS - Contribuição do(s) sindicalizado(a)s: da Diretoria da ADUFAL, Diretoria da ADUFRJ, Amália Catharina Santos Cruz (ADUneb), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur), Ariuska Karla Barbosa Amorim (ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFMS), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFMS), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza (ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabricia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota (ADUFPA), Humberto de Assis Climaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFMS), Leni Hack (ADUnemat), Lenúcia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Liliane Maria Macedo Machado (ADUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucília Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFMS), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUneb), Neila Baldi (SEDUFMS), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUneb), Patricia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), RONALDA BARRETO SILVA (ADUneb), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFMS), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves (ADUPE).</p>	334

Página 22, SUMÁRIO DOS TR, onde se Lê:

TR 56 – Método dos Congressos e CONADS	334
TR 57 – Pela refiliação do ANDES-SN ao DIEESE	336

Retificamos, para que Leia-se:

TR 56 – Pela refiliação do ANDES-SN ao DIEESE	334
TR 57 – Método dos Congressos e CONADS	336